eranno DEC

JASIEL CESAR



VALORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DA COOPERATIVA NO

SUBSISTEMA RURAL : UM ESTUDO DE CASO

Tese apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado em Administração Rural, para a obtenção do grau de "Magister Scientiae".

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO CEDOC/DAE/UFLA

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS - ESAL

LAVRAS - MINAS GERAIS

1977

VALORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DA COOPERATIVA NO SUBSISTEMA RURAL : UM ESTUDO DE CASO

por

JASIEL CESAR

APROVADA:

Prof. EDGARD ALENCAR (orientador)

T. Miener

Prof. ANTÔNIO JOÃO DOS REIS

Prof^a BÁRBARA KOHL

Prof. JOSÉ GERALDO DE ANDRADE

Prof. VICENTE DE PAULA VITOR



Aos meus pais e sogros, à Heloisa e Andrea, e aos meus nove irmãos.

AGRADECIMENTOS

O autor expressa seus agradecimentos :

- À Escola Superior de Agricultura de Lavras ;
- A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária ;
- À Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão FAEPE, ESAL;
- Aos professores e funcionários do Departamento de Economia Rural ESAL ;
- Ao orientador Prof. Edgard Alencar;
- Aos conselheiros Prof. Antônio João dos Reis;
 - Prof. Barbara Kohl :
 - Prof. José Geraldo de Andrade e
 - Prof. Vicente de Paula Victor
- Aos colegas do Curso de Mestrado em Administração Rural ;
- A sua esposa, pelo dedicado trabalho de datilografia dos originais desta Pesquisa ;
- A quantos o ajudaram anonimamente, a fim de que chegasse ao término de seu Curso.

BIOGRAFIA DO AUTOR

JASIEL CESAR, filho de Joel César e Carlota de Oliveira César, nasceu em Lambari, Minas Gerais, a vinte de sete de outubro de mil novecentos e quarenta e um.

É formado em Teologia e Filosofia.

Lecionou Psicologia e Filosofia no Instituto Educa cional Piracicabano. Exerceu a função de Professor Titular da disciplina "Sociologia Industrial", junto à Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Iniciou, em agosto de 1975, o Curso de Mestrado em Administração Rural, na Escola Superior de Agricultura de Lavras.

Em novembro de 1975, foi contratado como Pesquisa dor, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, à qual se vincula até o presente.

SUMÁRIO

	Pagina
Lista de Quadros	ix
Lista de Figuras	xix
1. INTRODUÇÃO	01
1.1. O Problema e sua Importância	01
1.1.1. Aspectos Históricos	02
1.1.2. Empresa Capitalista : Considerações	04
1.1.3. A Empresa Cooperativa : Correlações e Problemas	08
1.1.4. A Decisão : Componente Administrativo	14
1.2. Objetivos	16
2. MATERIAL E MÉTODOS	18
2.1. Orientação Teórica	18
2.1.1. O Fato Administrativo	19
2.1.2. A Ação Social	25
2.1.3. Ajuste Conceptual : Objetividade e Subjetividade	
2.2. Definição das Variáveis	
2.2.1. Variaveis Individuais	
2.2.2. Variaveis Infra-Estruturais	
2.2.3. Variaveis Estruturais	
2.2.4. Decisão	
2.3. Representação Diagramática das Variáveis	
2.4. Forma de Análise das Variáveis	
2.5. Ārea de Estudo e Metodologia	
2.5.1. A Zona Fisiográfica do Sul de Minas Gerais	
2.5.2. Um Estudo de Caso : Justificativa	
2.6. Amostragem	22.0
2.7. Técnicas de Coleta de Dados	. 51

			Pāgin
3.	RESU	LTADOS E DISCUSSÃO	53
	3.1.	Variaveis Individuais	54
		3.1.1. Idade	54
		3.1.2. Grau de Instrução, em Termos de Educação Formal	56
		3.1.3. Associativismo	57
		3.1.4. Valores	59
		3.1.5. Tradicionalismo	61
		3.1.6. Emoções	63
		3.1.7. Aspiração de Vida	65
		3.1.8. Necessidades Afetas à Produção	68
		3.1.9. Satisfação Pessoal	74
	3.2.	Variaveis Infra-Estruturais	76
		3.2.1. Tamanho da Propriedade Rural	76
		3.2.2. Instalações	77
		3.2.3. Equipamento	80
		3.2.4. Exploração Principal	82
		3.2.5. Tecnologia Empregada	84
		3.2.6. Mão-de-Obra	88
		3.2.7. Assistência Técnica	91
		3.2.8. Capital	94
		3.2.9. Rebanho	99
		3.2.10. Distância da Propriedade	101
		3.2.11. Sistema Viário	104
	7 7	Variaveis Estruturais	108
	3.3.	3.3.1. Estrutura Empresarial	108
		3.3.2. Administração	114
		3.3.3, Grupo Vicinal	116
		5.5.5. Grupo vicinai	110

LISTA DE QUADROS

QU <mark>ADRO</mark>		PÁGINA
01.	Distribuição da Participação das Federações de Cooperativas	
	no Conjunto da Economia do Estado, em 1972	12
02.	As Três Ordens do Fato Administrativo, Segundo Guerreiro	
	Ramos	22
03.	Sintese da Teoria da Ação Social, Segundo Max Weber	30
04.	Efetivos de Animais no Sul de Minas, por Microrregiões ,	
	1970	47
05.	Número de Cooperativas, Segundo a Classificação de Coopera	
	tivas e Microrregiões no Sul de Minas	48
0 6.	Composição das Amostras do Presente Estudo, por Categoria	
	de Entrevistado e por Classe de Tamanho de Propriedade. Sul	
	de Minas, 1977	50
07.	Porcentagens de Idade dos Cooperados e Não Cooperados Entre	
	vistados. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	55
08.	Situação da Educação Formal Recebida por Cooperados e Não	
	Cooperados Entrevistados, em Termos Porcentuais. Amostras em	
	Estudo, Sul de Minas, 1977	57
09.	Porcentual de Participação de Entrevistados, Cooperados e	
	Não Cooperados, em Outras Formas de Vida Associativa. Amos	
	tras em Estudo, Sul de Minas, 1977	59
10.	Porcentagens de Gênios Auto-Avaliados por Cooperados e Não	
	Cooperados. Amostras em Estudo. Sul de Minas. 1977	65
11.	Porcentagens de Aspiração Profissional dos Pais, em Relação	
	aos Filhos: Entrevistados Cooperados e Não Cooperados. A mostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	67

12.	Porcentagens das Principais Dificuldades Apontadas pelos En	
	trevistados, de Ambas as Categorias, para o Desempenho de	
	suas Atividades Agropecuárias, por Classe de Tamanho de Pro	
	priedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	71
13.	Porcentagens de Grau de Satisfação Pessoal dos Agropecuaris	
	tas com suas Atividades, Segundo Declaração de Cooperados e	
	Não Cooperados. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	74
14.		
14.	Porcentagens de Planos para o Futuro de Cooperados e Não Coo	
	perados, Referentes às Atividades Agropecuarias. Amostras em	75
	Estudo Sul de Minas, 1977	/3
15.	Porcentagens de Categorias de Entrevistados, por Classe de	
	Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas,	
	1977	77
16.	Porcentagens de Instalações Agropecuarias, por Categoria de	
	Entrevistado e por Classe de Tamanho de Propriedade. Amos	
	tras em Estudo, Sul de Minas, 1977	79
17.	Porcentagens de Equipamentos Agropecuários, Utilizados, por	
	Categoria de Entrevistados e por Classe de Tamanho de Pro	
	priedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	81
18.	Porcentagem da Principal Exploração Agropecuária, em Termos	
	de Retorno Econômico, por Categoria de Entrevistado e por	
	Classe de Tamanho da Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de	
	Minas, 1977	83
19.	Porcentagens de Procedimentos Técnicos Utilizados nos Ulti	
	mos Doze Meses, por Cooperados e Não Cooperados, Segundo a	
	Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de	

		xi
QUADI	RO	PÁGINA
	Minas, 1977	87
20.	Porcentagens de Utilização de Mão-de-Obra, Segundo sua Compo	
	sição, por Categoria de Entrevistado e por Classe de Tamanho	
	de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	90
21.	Porcentagens de Cooperados e Não Cooperados que Recebem As	
	sistência Técnica, por Origem de Assistência e por Classe de	
	Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	93
22.	Porcentuais de Fatores Considerados Prioritários para o Exer	
	cício da Administração do Empreendimento Rural. Amostras em	
	Estudo, Sul de Minas, 1977	96
23.	Porcentuais de Utilização de Crédito Agrícola, nos Últimos Do	
	ze Meses, por Categoria de Entrevistado e por Classe de Tama	
	nho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	96
24.	Porcentuais de Origens de Capital Utilizado na Pecuária, por	
	Categoria de Entrevistado e por Classe de Tamanho de Proprie	
	dade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	98
25.	Composição do Rebanho, Porcentagens e Média de Cabeças de Bo	
	vinos por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Est <u>u</u>	
	do, Sul de Minas, 1977	100
26.	Composição Porcentual de Rebanho Leiteiro, por Categoria de	
	Bovino e por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Es	
	tudo. Sul de Minas, 1977	102

Porcentagens de Cooperados e Não Cooperados, Segundo a distâm

cia da Propriedade à Sede do Município. Amostras em Estudo,

Sul de Minas, 1977.....

103

27.

			PĀGINA
	28.	Porcentagens de Categorias de Entrevistados, por Classe de	TAGINA
		Distância das Propriedades aos Receptadores de Leite. Amos	
		tras em Estudo, Sul de Minas, 1977	
	29.	Classificação de Fatura	103
		Classificação de Estradas que Ligam as Propriedades à Sede do	
		Município, em Termos Porcentuais, por Categoria de Entrevista	
		por Classe de lamanho de Propriedade. Amostras em Estudo,	
		Sul de Minas, 1977	106
30		Porcentagens das Estradas que Ligam as Propriedades Rurais	
		de Leite, Segundo sua Classificação, por ca	
		R Amanistado e por Classe de Tamanho de Propriode	107
		Amastras em Estudo, Sul de Minas, 1977	
		de Tipos de Estrutura Organizacional de Empresas	
3	1.	a remia de Entrevistados e poi Grass	115
		Rurais, por Categoria de Estudo, Sul de Minas, 1977 nho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	113
		nho de Propriedade. Pala en la Porcentuais de Pecuaristas Entrevistados e Caracterização da Porcentuais de Pecuaristas Entrevistados e Caracterização da	
	32.	Porcentuais de Pecuaristas Entrevistados por Categoria e por Clas	
		Origem das Respectivas Propriedades, por Categoria e por Clas Origem das Respectivas Propriedades, por Categoria e por Clas Origem das Respectivas Propriedades, por Categoria e por Clas	
		Origem das Respectivas Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Mi se de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Mi	118
		nas, 1977	
	35.	Porcentagens de Entrevistados, Cooperados e Não Cooperados ,	
	2.0.	de Residência. Amostras em Estado,	120
		1077	
		Cooperados e Não Cooperados, Consoante Local	121
	34.	de Nascimento. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	
		de Nascimento. Amos de Informação quanto a Pre-	
	35	Porcentagens das Principais Pontes de Insumos, Concursos de ço do Produto Agropecuário, Preço de Insumos, Concursos de Con	;
		ço do Produto Agropecuario, Preço de Produtividade e Outros, de que se Valem Entrevistados Cooper	<u>a</u>
		Produtividade e Outros, de que se varan	

147

148

0		000	
	IJA	DRO	١

41.

QOI DIO		PÁGIN
	dos e Não Cooperados, por Classe de Tamanho de Propriedade .	
	Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977	123
36.	Síntese do Fato Administrativo das Empresas Rurais Estudadas,	
	segundo Tendências e Características - Elementos Individuais.	126
37.	Síntese do Fato Administrativo das Empresas Rurais Estudadas,	
	segundo Tendências e Características - Elementos Infra-Estru	
	turais	127
38.	Sintese do Fato Administrativo das Empresas Estudadas, segun	
	do Tendências e Características - Elementos Estruturais	128
39.	Preços de Alguns Insumos Agropecuários, em Unidades Idênti	
	cas, segundo a Mesma Data de Comercialização, nos Postos de	
	Venda da Cooperativa e de Três Casas Agro-Comerciais, Locali	
	zados no mesmo Município. Sul de Minas, 1977	142
40.	Síntese da Análise dos Componentes da Ação Social, por Apro	

ximação em uma Massa de Casos Estudados. A) Cooperados....

Síntese da Análise dos Componentes da Ação Social, por Apro

ximação em uma Massa de Casos Estudados. B) Não Cooperados..

LISTA DE FIGURAS

FI GURA		PÁGINA
01.	Representação Diagramática de Fato Administrativo, Adaptado a	
	Análise do Empreendimento Rural	25
02.	Modelo de Inter-Relação dos Grupos de Variaveis em Estudo	40
03.	Zonas Fisiográficas do Estado de Minas Gerais	43
04.	Microrregiões Homogêneas que Compõem o Sul do Estado de Minas	
	Gerais	44
05.	Representação Gráfica da Estrutura Radial	109
06.	Representação Gráfica da Estrutura em Linha Vertical Simples.	111
07.	Representação Gráfica de Estrutura em Linha, com Dupla Depar	110
	tamentalização	112
08.	Representação Gráfica de Estrutura em Linha, com Triplice De	1112
	partamentalização	112
09.	Representação Gráfica de Estrutura em Linha Vertical e Hori	117
	zontal (Estrutura Hibrida)	113

LISTN DE HELICVE



1. INTRODUÇÃO

1.1. O Problema e sua Importância.

A cooperativa é sociedade de pessoas, organizada segum do normas pré-estabelecidas : a legislação cooperativa e os princípios cooperativistas. A partir de sua organização singular, passa a estabelecer relação dinâmica com o ambiente físico e social que a rodeia. No meio rural, especificamente, ela se propõe a propiciar uma alternativa a ser utilizada pelo agro pecuarista, tendo em vista a solução dos problemas inerentes a sua atividade. Mas, até que ponto a cooperativa rural logra suas metas? É ela eficiente, em relação aos seus objetivos e às expectativas do produtor rural? De que forma o produtor rural a vê, em termos de auxílio para o desempenho das atividades agropecuárias? Estas perguntas têm o propósito de levantar o problema a ser estudado. Para maior clareza, o tópico está subdividido em : aspectos históricos; empresa capitalista - considerações; a empresa cooperativa - correla

ções e problemas ; e, a decisão como componente da administração.

1.1.1. Aspectos Históricos.

Em fins do século passado, pequeno grupo de intelec tuais brasileiros tomou conhecimento do movimento cooperativista europeu. PI NHO (51) dá conta de que Charles Gide, um dos sistematizadores da doutrina cooperativista, faz referência à participação de representante brasileiro - Santana Nery - em congresso cooperativista realizado em 1889, na França. Ao término do mesmo século foram organizadas poucas cooperativas no Brasil.

Por volta de 1932, quando os reflexos da crise econômica mundial se faziam sentir de forma aguda no País, houve acentuado interesse do governo federal pela prática de cooperativismo. Era, então, uma alternativa que se oferecia para solucionar graves problemas de economia assentada em bases monocultoras.

O ano de 1932 marca, também, o início das jurisprudên cias brasileiras firmadas sobre o cooperativismo. São elas: decreto nº 22.239, de 1932; decreto-lei nº 59, de 1966; e, lei nº 5.764, de 1971, em vigência até o presente. Cumpre assinalar que toda legislação cooperativista, no Brasil, tem inspiração rochdaleana.

Presentemente, o II Plano Nacional de Desenvolvimento - (08) revela interesse pela formação de cooperativas agropecuarias, conforme o demonstra o trecho a seguir :

"A melhoria do sistema de comercialização resultará em maior participação do agricultor no preço final do pro duto, pela sua interferência no processo. Isto será obtido, entre outros meios, através de incentivos a forma ção de cooperativas de compra, venda e processamento, em que parte do valor adicionado ao produto será absorvido pelo proprio produtor".

É notório, ainda, o apoio que órgãos técnicos interna

cionais - a exemplo da FAO, ONU e UNESCO - emprestam ao movimento cooperativista, como instrumento de desenvolvimento econômico e social, segundo menção de PINHO (50).

Em síntese, logo depois que os pioneiros de Rochdale iniciaram sua cooperativa de consumo, a 21 de dezembro de 1844, conforme MAURER (37), o Brasil já mantinha contato com o movimento. Porém, já em Rochdale, o cooperativismo europeu passou por substanciais modificações doutrinárias, com a finalidade de adequar-se à realidade sócio-política e econômica vigente, conforme assinala BORDA (06). Esta não tem sido uma característica predominante no movimento cooperativista brasileiro. Distorções do movimento são apontadas por órgãos oficiais. Dois exemplos:

- O "Diagnostico do Cooperativismo em Minas Gerais" (42), publicado em 1972, revela que das 580 cooperativas, então existentes em Minas Gerais, 232 (cerca de 40%) estavam em situação irregular perante a lei, "inativas ou em estado de insolvência..."

- RIOS (52) menciona recente documento do assessor da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação - FAO - junto à SUDENE, que ao fazer proposições de política agrícola para o Nordeste, des carta a possibilidade de as cooperativas desempenharem papel de relevo em programa destinado a prestar serviços à produção e comercialização agrícolas. O referido documento, no tocante a cooperativas, faz referência a: estruturas incipientes, delimitação da ação cooperativa pela interferência de interesses locais, baixo volume de produção para enfrentar o mercado, insuficiente as sistência técnica e de capital, entre outros fatores que contra-indicam as cooperativas como eventual solução para o problema da economia agropecuária nordestina.

A existência de outros documentos semelhantes, ao lado da busca de soluções e alternativas para a agropecuária brasileira, tem susci

tado vários trabalhos sobre a problemática cooperativista. A título de exem plo, citam-se os seguintes, segundo a motivação dos respectivos autores : PI NHO (51) e BORDA (06) ocupam-se com questões doutrinárias ; LAMMING (29) e ALENCAR (02) visam à administração da cooperativa ; GAVA (23) e OLIVEIRA NETTO (49) analisam capital e crédito em cooperativa ; HAMERSCHMIDT (26) ana lisa aspectos de comercialização de trigo em cooperativas paranaenses ; e, ALENCAR (01) e RIOS (53) estudam o cooperativismo a partir do enfoque socio lógico. Este trabalho analisa a cooperativa através do prisma sociológico-administrativo. Tal enfoque não exclui interesse pelo caráter econômico da cooperativa. Embora o lucro não seja o objetivo fundamental da cooperativa, é ela uma instituição inserida no contexto capitalista, o que faz com que seus associados tenham, individualmente, questões de lucro claramente definidas.

1.1.2. Empresa Capitalista : Considerações.

Os termos capitalista e empresa são utilizados aqui , no sentido em que WEBER (62) os empregou:

"O capitalismo existe onde quer que se realize a satis fação de necessidades de um grupo humano, com caráter lucrativo e por meio de empresas, qualquer que seja a necessidade de que se trate. Diremos que via de regra, uma exploração com conta de capital, isto é, uma empre sa lucrativa que controla sua rentabilidade na ordem administrativa por meio de contabilidade moderna, esta belecendo um balanço(...)".

Os modernos autores de teoria da administração não se preocupam em definir a empresa tipicamente capitalista. É possível que tomem esta definição como um dado implícito para seu objeto de estudo. Em consequência, a tarefa definidora adquiriria caráter tautológico.

Autores como RAMOS (53), MOTTA (46), LIKERT (31) e ETZIONI (21), justapõem o conceito de empresa ao conceito de organização formal; ao de organização formal contrapõem o de organização informal. Conquan

to estas diferenciações não convenham às metas deste estudo, KOONTZ O'DONNEL (28) apresentam oportuma observação:

E

"'ORGANIZAÇÃO tem diversas acepções em administração . Alguns teóricos - especialmente aqueles que vêem a or ganização sobre o prisma das ciências comportamentais-consideram-na simplesmente como as relações humanas , na atividade grupal, que equivalem à estrutura social. Nesse sentido, a organização abrange todas as relações formais e informais, dentro e fora da empresa, que di zem respeito ao comportamento dos empregados. Outros usam organização no sentido de empresa, um empreendi mento para atingir objetivos".

Analisando do ponto de vista econômico, BAUDHIN (03) retrata a empresa capitalista da seguinte forma :

"A conjugação dos três primeiros fatores da produção - o homem, a natureza e o capital - efetua-se no interior da empresa. Esta constitui uma combinação cujo fim é tirar partido das possibilidades virtuais contidas nos três primeiros fatores. O elemento ativo, responsável pela feliz conclusão dessa iniciativa, é o empresário. O termo é aqui usado no sentido meramente econômico e não no sentido corrente. A expressão empre sario designa, assim, uma função e não uma personalida de ou uma profissão".

Os dois textos citados auxiliam a caracterização da em presa capitalista, na acepção moderna e usual. Desprendem-se das citações três pontos fundamentais.

Primeiramente, a empresa é uma organização de pessoas cuja motivação comum é o trabalho, especificamente, no que se refere a operários.

Em segundo lugar, a empresa está dotada de objetivo. O objetivo último da empresa capitalista é o lucro.

Finalmente, as pessoas que compõem a empresa se organizam de acordo com dada ordem hierárquica. A segunda citação deixa claro que o termo empresário refere-se a uma função e não a pessoa ou profissão. É oportuna a explicitação, face à evolução havida na sociedade capitalista. A propósito, afirma CARDOSO (15):

"A estrutura de poder, na fábrica como na sociedade em geral, organiza-se antes em função da linha de autoridade que da linha de propriedade. O manager aparece, enquanto top executive ou head organization, como a en carnação visível mais importante do mecanismo de controle da empresa".

Há, pois, uma hierarquia inicial : a que se estabelece entre compradores e vendedores de força de trabalho. As outras demarcações hierárquicas são determinadas pelo grau de especialização do trabalho.

Outra consideração a respeito da empresa capitalista, de caráter sutil, refere-se à interação com o ambiente. Pode dizer-se que um dos aspectos característicos dessa interação diz respeito ao ser humano. Ao tempo em que algumas pessoas atraem a empresa, úteis que são aos seus objetivos, as empresas, igualmente, exercem atração sobre certas pessoas. Este tipo de relação, sujeito-objeto e objeto-sujeito, tem sido estudado, de forma peculiar, pela moderna psicologia de inspiração fenomenológica, a exemplo da obra de MERLEAU-PONTY (40), com vistas à integração sujeito-objeto, e consequente eliminação de tal dualismo.

Em administração, o enfoque sistêmico coloca em relevo fatores da empresa ligados ao ambiente. Para a teoria dos sistemas, toda or ganização é uma estrutura social adaptativa. Hã, pois, permanente tensão en tre organização e ambiente externo. Para Selznick, segundo RAMOS (53), as or ganizações estão constantemente competindo entre si e com os elementos externos, formando o ecossistema.

Boulding, segundo VASCONCELLOS & NOGUEIRA (60), classifica os sistemas em: a) estáticos; b) dinâmicos simples; c) cibernéticos simples; d) abertos; e) vida vegetal; f) reino animal; g) ser humano; e h) organização social. Neste último componente da classificação situa-se a empresa capitalista, cuja ênfase recai sobre a comunicação. E Boulding acrescenta:

'Esta organização social a que nos referimos é consti

tuida pelo comportamento (behavior) resultante das atitudes dos indivíduos que a compõem e se interagem através dos meios de comunicação".

MOTTA (46) esclarece a questão do enfoque sistêmico para a organização, da seguinte maneira :

"De acordo com a abordagem sistêmica, a organização vista em termos de comportamentos inter-relacionados. uma tendência muito grande a enfatizar mais os que as pessoas desempenham do que as proprias pessoas, entendendo-se papel como um conjunto de atividades sociadas a um ponto específico do espaço organizacional, a que se pode chamar cargo. (...) A organização por ser entendida como um sistema de conjunto de papeis, mediante os quais as pessoas se mantem inter-relaciona das. No interior de um conjunto de papeis, um individuo exerce determinadas ações para relacionar-se com os mais ; tais ações compõem o comportamento do papel. lem disso, cada participante de um conjunto de mantem determinadas expectativas quanto ao papel dos de mais e procura enviar aqueles essas expectativas. mesma forma, cada participante percebe e tais expectativas no sentido de alterar ou reforçar seu comportamento do papel. Por sua vez, esse comporta mento ira alterar ou reforçar as expectativas dos mais".

Para a visão sistêmica da empresa, a comunicação desem penha papel preponderante, quer em suas inter-relações internas, quer em seu relacionamento ambiental. Deutsch, conforme RAMOS (53), atribui esse papel preponderante à informação organizacional, e define-a como relação sistemática entre fatos.

A empresa, por isso, possui características intrínsecas e extrínsecas. Estas referem-se às relações com o ambiente. E o relacionamen to da empresa com o ambiente obedece uma gradação que vai do simples ao com plexo. Citam-se como ordens distintas do relacionamento empresa/ambiente, al guns exemplos de fatores ambientais importantes à empresa : a) existência de mercado; b) existência de mão-de-obra; c) infra-estrutura para compra de ma téria prima e venda do produto acabado; d) satisfação de quesitos políticos e jurídicos exigidos pela organização social maior; e) consideração de fato

res históricos, políticos, culturais, econômicos e sociais ligados ao ambien te; f) possibilidade de intercâmbio permanente; g) eficácia de comunicação; e h) evolução do empreendimento, pari passu com a evolução do ambiente exter no. Estes fatores, dentre muitos outros, determinam a qualidade intrínseca do empreendimento econômico realizado no recesso da empresa capitalista.

Por último, pode-se dizer que a qualidade do relaciona mento empresa/ambiente determina a atração seletiva mútua empresa-indivíduo, e vice-versa, conforme já se disse anteriormente.

1.1.3. A Empresa Cooperativa : Correlações e Problemas.

A primeira vista, a empresa cooperativa pouco difere da empresa capitalista, referida no ítem anterior. Dir-se-la que, mutatis mutandis, são idênticas; suas características gerais se assemelham, sobremaneira.

Contudo, a legislação em vigor para as sociedades cooperativas estabelece diferenças nítidas. Tais distinções podem ser ilustradas pelos artigos 3º e 4º da referida Lei (43):

"Art. 3º - Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro".

"Art. 4º - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica proprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais so ciedades pelas seguintes características: (...)". (São estabelecidas onze diferenciações, conforme o Apêndice A).

O artigo 3º diz que na cooperativa ha uma espécie de contrato social. As pessoas se associam voluntariamente e se obrigam a reunir bens ou serviços para proveito de todos. O aspecto de voluntariedade distingue a cooperativa da empresa capitalista. Esta se define muito mais pela coer

ção que exerce sobre as pessoas que a compõem. Por outro lado, a motivação da cooperativa é o trabalho que visa ao bem comum. Na empresa capitalista, o trabalho existe em função do lucro.

O artigo 4º refere-se as cooperativas como forma e natureza juridica proprias. Isto permite inferir que a distancia-se, em forma e natureza, da empresa capitalista. Ora, a questão ju ridica, além de suas conotações legais, liga-se estreitamente ao fator cultu ral. As normas se estabelecem a partir do consenso grupal. Embora a ção que rege as cooperativas seja providência oriunda do Governo Federal elas so se organizam a partir do consenso grupal quanto a normas e leis. Nin guém está compelido, por força, a tornar-se sócio da cooperativa. Já a forma e natureza jurídica de uma empresa independem do consenso dos que a compõem, à exceção dos dirigentes, que elaboram suas normas. Não é raro que se encon trem pessoas contrafeitas com as normas de sua empresa. Ainda assim, conti nuam trabalhando por causa de seu objetivo : o lucro. E este lucro, em menor ou maior parcela, é dividido a cada trabalhador. A cooperativa requer lealda de de seus socios quanto a normas, porquanto seu objetivo é o bem comum.

Ao contrário da hierarquia existente na empresa capita lista, a cooperativa é sociedade igualitária. O exercício do poder, e toda sua estrutura, se define através do exercício do voto democrático. Em termos legais e doutrinários, as especializações de trabalho não são levadas em conta. Todos têm os mesmos direitos e deveres. As divisões de trabalho só se estabelecem através do voto de todos.

As empresas são propriedades de uma só pessoa, ou grupo de pessoas. As cooperativas não têm dono; ou melhor, o associado é, ao mesmo tempo, dono e empregado do empreendimento. Portanto, as relações de trabalho são virtualmente diferentes das que se estabelecem na empresa capitalis ta. Nas cooperativas existem obrigações reciprocas de trabalho e solidarieda

de.

O fato de as cooperativas serem sociedade de pessoas , atribui a elas o caráter de organização. O aspecto organizacional das cooperativas confere-lhes o primeiro ponto de contato com a empresa capitalista. Em ambas - cooperativas e empresa - existem pessoas organizadas, consoante a distintas motivações.

Também, à semelhança da empresa capitalista, há dotação de objetivos na empresa cooperativa. Como já se expôs, o bem comum é o objetivo de uma cooperativa.

Ademais, visto que a cooperativa é organização, forma também um ecossistema, a partir de suas ligações com o ambiente externo. Es te fato tem importância superlativa para o presente estudo. Uma cooperativa se organiza, cresce, aumenta seu corpo de associados, presta serviços, realiza o bem comum. Ou, contrariamente, experimenta grave processo de estagnação. No caso da cooperativa agropecuária, por que algums produtores são motivados à associação, e outros não, se os objetivos são altruistas? É incontestável que, em suas relações ambientais, a cooperativa pode impor-se à confiança do produtor rural, ou distanciar-se dela. Retomando o ponto de vista da fenome nologia, pode dizer-se que não só o associado escolhe a cooperativa, volunta riamente; a forma de ser da cooperativa também impõe-se ao cooperado. O existir da cooperativa como ecossistema tem, pois, importância decisiva para sua continuidade.

Mas, há questões sutis ligadas à aceitação da cooperativa. Por exemplo, BORDA (06) acredita que o impasse da cooperativa, na América Latina, reside na forma dogmática e ideológica pela qual os princípios rochdaleanos são assumidos. Valendo-se das categorias de Mannheim, fala da de cantação da utopia como:

[&]quot;(...) O acondicionamento dos ideais pela realidade, que tende a transformá-los ou acomodá-los, esvaziando-se assim de seu significado antigo, desvirtuando ou di

luindo as metas originalmente propostas e deixando a descoberto as inconsistências e hipocrisias da socieda de".

A origem do problema estabelecido por BORDA (06) reside no fato de que os princípios cooperativistas foram transpostos, de Rochdale para a América Latina, em sua forma original. Já no século passado os tece lões de Rochdale modificaram tais princípios, a fim de coadumar sua cooperativa às instituições vigentes e ao status quo, conforme já se expôs. Essa foi a solução encontrada pelos cooperados de Rochdale. Segundo BORDA (06), o cooperativismo latino-americano também pode solucionar seus problemas à medida em que buscar novas formas adaptativas. Elimina, assim o conflito que se estabe lece entre os princípios cooperativistas vigentes e a sociedade capitalista e competitiva, na qual se insere.

Infere-se que a solução proposta por BORDA jã se apresenta como alternativa ao cooperativismo de algumas regiões do Brasil. A julgar pelos resultados obtidos pelas cooperativas do Rio Grande do Sul, pode de duzir-se que o movimento adquiriu novas formas. Em 1972 (Cf. QUADRO 1), não só possuia significativo número de sócios, mas era responsável por considerá vel parcela da produção agropecuária do referido Estado.

Por último, é importante observar a conotação do ecos sistema cooperativo numa agricultura em processo de transformação. Saltam aos olhos do observador, as modificações experimentadas pela agropecuária brasileira. E este fato repercute na vida da cooperativa agropecuária.

Verifica-se na América Latina crescente êxodo rural.

Tal fenômeno não se explica por uma única causa. No Brasil, a evasão do campo tem sido tema para muitos estudos, que refletem variada gama de interpretações. Uma das explicações se liga à modernização das técnicas utilizadas na agricultura. A tecnologia é, em geral, poupadora de mão-de-obra. Supõe-se que a mão-de-obra rural esteja sendo totalmente absorvida pela crescente indus

trialização brasileira. Quijano, citado por CASTELLS (16), adverte, contudo, que:

"A mudança na estrutura ocupacional da América Latina significou muito menos um processo de industrialização que a passagem de uma parte da população de tarefas a gricolas para o setor de serviços".

QUADRO 1 - Distribuição da Participação das Federações de Cooperativas no Conjunto da Economia do Estado em 1972. (Estado do Rio Grande do Sul).

Federações	Nº de Cooperativas filiadas	Nº de Associados das filiadas	Porcentagem na Produção
FECOCARNE	10	8.986	50%
FECOTRI GO	71	118.752 (1)	80%
FEARROZ	38	16.224	25%
FECOLAN	19	23.352	80%
FECOMED	10	626	- 1
FECOERGS	12	17.195	-
FECOVINHO	20	5.363	58%
DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO ⁽²⁾		-	<u>-</u>

FONTE: (19, p. 33)

Em contrapartida, o campo - e suas instituições - está sendo cada vez mais ocupado por pessoas e por grupos econômicos do meio urba no. Desde profissionais liberais até grandes empresas multinacionais, todos têm seu interesse voltado para a agropecuária. Este fato tem consequências socioculturais que, por certo, influem nas relações cooperativa/ambiente.

⁽¹⁾ Não estão computados os associados de oito cooperativas de S. Catarina.

⁽²⁾ Não forneceu dados.

Atualmente, a sociologia faz esforços para eliminar a dualidade campo-cidade. Prefere considerar a existência de um continuum en tre os dois polos. Autores como CASTELLS (16), MENDRAS (39), QUEIROZ (52), são alguns sociólogos que se nomeiam como intérpretes desse continuum. Res salte-se, não obstante, a diferenciação entre ambiente natural e ambiente técnico, porposta por Georges Friedmann, e citada por MENDRAS (39):

"Todas essas constatações incitam a pensar que conveniente fazer uma revisão dos estereotipos referen tes à cidade e ao campo, para adapta-los à evolução atu al das estruturas em que vivem os homens. É a preocupa ção de Georges Friedmann, que propõe para isso os ceitos de ambiente natural e ambiente técnico. dois ambientes diversos se caracterizam por uma diferen ça de condicionamento psicológico, sociológico e tecno lógico. Vivendo em ambiente natural, o individuo reage a estimulos que provêm em geral de elementos naturais, seus instrumentos de trabalho são prolongamentos tos de seu corpo. No segundo ambiente, ao contrário, o individuo se vê encerrado numa rede de técnicas comple xas que tendem para a automatização e que lhe fornecem estimulos que a Psiciologia contemporânea tem demonstra do serem essencialmente diferentes dos estimulos de um ambiente natural (...)".

Tanto Georges Friedmann quanto MENDRAS (39) acreditam que o ambiente técnico é resultante da influência das máquinas sobre os indivíduos. Ao contrário, o ambiente natural é caracterizado pela ausência de tais componentes tecnológicos. Entretanto, devem ser apreciadas as coloca ções de QUEIROZ (52) a propósito da distinção feita por Friedmann. Acredita ela que as diferenciações entre rural e urbano prendem-se às formas pelas quais se organizam os respectivos trabalhos. Diz que nas sociedades urbaniza das, os agricultores vivem num ambiente parcialmente técnico e parcialmente natural. Nas sociedades denominadas agrárias predomina o ambiente natural. QUEIROZ (52) acredita que seria impossível ao agricultor viver somente num ambiente técnico. Aduz que: "(...) mesmo no caso da mecanização mais desen volvida, o meio rural será sempre antes de mais nada condicionado pela natu reza, esta determinando tipos específicos da organização do trabalho".

Ademais, o autor deste trabalho acredita que o ambiente técnico também pode ser identificado nas formas de organização que WEBER (61) denominou de burocráticas. Isto significa que o ambiente técnico não só ocorre na presença da máquina, mas nas formas de organização das instituições econômicas, tais como bancos, agências de crédito rural, de assistência técnica, entre outras. Este último aspecto apresenta especial interesse para a abordagem de ambiente técnico e ambiente natural ligada à cooperativa.

A diferenciação entre ambiente natural e ambiente tecnico é oportuna quando se considera a cooperativa como ecossistema. Inclusive, não é despropositado inquirir se a cooperativa, aos olhos do produtor rural, consiste na predominância de ambiente natural ou de ambiente têcnico. A bus ca da cooperativa como meio a ser utilizado pelo pecuarista para a solução de seus problemas, dependerá, em boa medida, do tipo de ambiente que encontrar na cooperativa.

1.1.4. A Decisão : Componente Administrativo.

Desnecessario é lembrar que a tomada de decisão é a es sência da função do administrador. Estas palavras de VASCONCELLOS & NOGUEIRA (60), dão conta da importância da tomada de decisão por parte do administra dor.

LIKERT (31) afirma que toda organização humana, para obter sucesso, precisa estabelecer dinâmica inter-relação com ampla gama de importantes processos. Segundo LIKERT (31) uma organização não pode prescindir de processos de tomada de decisão.

RAMOS (53) atribui à decisão o caráter estruturante da administração. Seu discurso sobre a decisão ocorre no contexto do estudo que apresenta sobre o fato administrativo. São palavras suas, as seguintes:

"As decisões são o elemento dinâmico, intervencionista, pois articulam os elementos aestruturais e os elementos estruturais entre si e uns com os outros, e assim as seguram a forma da empresa. Na empresa verifica-se per manente e simultâneo processo de desestruturação, estruturação e reestruturação e é a decisão funcionalmente racional que possibilita a estabilidade da organização e seu funcionamento minimamente ordenado, segundo as ex pectativas. (...)".

O ponto de vista de RAMOS (53) será retomado na próxima unidade. Mas é oportuno assinalar a importância que atribui à decisão. No contexto mutante e dinâmico de todo empreendimento, a decisão desempenha, se gundo Ramos, papel preponderante. As decisões não são abstrações. Ocorrem num espaço social concreto onde existem elementos materiais, individuais, a titudes, grupos, sindicatos, e as pressões e controles sociais. As decisões também recobram importância para RAMOS (53), especialmente porque só podem ser tomadas por seres humanos.

Todos os autores mencionados, referem-se à decisão das empresas industriais e urbanas. Ainda não existem muitos estudos específicos sobre a decisão no empreendimento rural. Por esta razão extrapolações são feitas, da indústria urbana para a situação agropecuária.

No presente estudo a decisão é elemento importante às análises. A atitude do pecuarista de leite a favor da cooperativa, ou não, é compreendida como oriunda de processo decisório. Tal processo decisório reporta-se à eficácia da administração da empresa agropecuária.

Basicamente, a decisão da empresa rural difere da decisão industrial por estar ligada a uma pessoa, ou família. No caso da empresa urbana, existem escalões e hierarquias nos processos decisórios, o que os tor nam complexos.

A empresa rural, por pequena que seja, deve fazer uso da decisão. O proprietário rural está, de contínuo, tomando decisões que facilitem o desempenho de suas funções administrativas. E pelo fato de a deci

são reportar-se a elementos materiais, individuais, estruturais e sociais, sua análise aqui, se dará através da compreensão da dinâmica do fato administrativo.

Obviamente se a cooperativa for antevista pelo produtor rural como meio alternativo de solucionar problemas de sua empresa, sua filiação será resultante de tomada de decisão. Também, se a cooperativa não propiciar meios de solucionar questões da empresa rural, o agropecuarista to mará a decisão de não se filiar a ela. Nisto reside a importância da com preensão do processo decisônio como ingrediente administrativo.

As questões sugeridas até aqui não esgotam o assunto. Porém, ilustram a importância do problema suscitado por este trabalho. E, sendo o cooperativismo movimento que aloca recursos humanos, técnicos e de capital, oriundos da iniciativa privada e de órgãos governamentais, é oportu no que seja analisado do ponto de vista sociológico-administrativo.

1.2. Objetivos.

Em termos gerais, este trabalho constitui na constata ção descritivo-analítica do *(ato administrativo* da empresa rural. Em outras palavras, busca verificar a existência da administração, mesmo em empresas rurais de organização pouco complexa, como é o caso das empresas dedicadas à pecuária leiteira, e de caráter eminentemente familiar.

Especificamente, este trabalho busca analisar sociológico-administrativamente, quais são os fatores estruturais que explicam a aceitação ou rejeição da cooperativa como meio de que dispõe o agricultor para satisfazer as necessidades próprias de sua empresa e de racionalizar o seu trabalho. Em outros termos, propõe-se a perquirir sobre o processo de orientação do produtor rural em relação à cooperativa e identificar quais são os fatores que induzem ou condicionam tal orientação.

Por ser pesquisa desenvolvida em uma comunidade, constituindo um caso, não se espera que suas contribuições estejam relacionados com a explicação da problemática cooperativista nacional. Espera-se que for neça subsídios e levante questões a futuras pesquisas, à medida em que revele fatores até agora não considerados nos estudos existentes sobre tais organizações.

2. MATERIAL E METODOS

2.1. Orientação Teórica

O presente tópico destina-se a clarificar alguns conce<u>i</u> tos das teorias sociológica e administrativa que hão de apoiar proposições posteriores, bem como fundamentar as análises.

Para que se evitem equívocos quanto à metodologia utilizada, e para impedir que se espere deste estudo aquilo que não pretende e nem pode formecer, valer-se-á, inicialmente, da caracterização da atividade sociológica, apresentada por BERGER (04).

Depois de descartar várias concepções acerca da sociolo gia e do sociólogo, diz que a sociología não é uma ação e sim uma tentativa de compreensão. Para que o sociólogo leve a bom termo sua função, faz uso da metodologia. É, entretanto, contundente ao afirmar que a metodologia não é a meta do sociólogo, mas o instrumento que o auxilia na compreensão. Um instru

mento pode ser a estatística. Porém, ele afirma textualmente que :

"(...) A estatística pode ser da maior utilidade na so lução de certos problemas sociológicos. Entretanto, es tatística não é sociologia (...). Finalmente, o interes se do sociologo é essencialmente teórico. Isto é, ele está interessado em compreender. Poderá estar ciente ou até mesmo envolvido com a aplicabilidade e consequên cias práticas de suas conclusões, mas nesse ponto ele abandona o quadro de referência e passa-se (sic) para domínios de valores, convicções e ideias que partilha com outros homens, não sociologos".

Destarte, o esforço para compreender a tomada de decisão do pecuarista - favorável ou contrariamente à cooperativa - é conducente ao uso de um par de conceitos : o fato administrativo (segundo Ramos) e a ação social (segundo Weber).

2.1.1. O Fato Administrativo.

Fala-se em fato administrativo por tratar-se de termino logia mais adequada à interpretação sociológica, e por causa da analogia com o próprio fato social, fato jurídico, fato religioso, fato artistico, entre outros. A outra possibilidade seria estudar a administração a partir do enfo que sistêmico. Entretanto, preferiu-se a abordagem fática, em função da natureza do presente estudo.

Para TIMASHEFF (59), a sociologia, segundo Durkheim, consistia no estudo dos fatos sociais, mais do que isso, um estudo cuja natureza é determinada em parte por seu objeto. Daí a definição que Durkheim, segundo CASTRO & DIAS (17), atribui ao fato social:

"(...) Nossa definição compreende, então, todo o definido, se dissermos: É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, ou mais ainda, que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência propria, independente das manifestações individuais que possa ter".

Para Durkheim, pois, os fatos sociais emergem de duas circunstâncias : a) pela coerção exercida sobre indivíduos, e b) pela sua difusão penetrante dentro dos grupos sociais.

RAMOS (53) considera o fato social como abstração meto dologica. Apóia seu ponto de vista da seguinte forma:

"L.J.Henderson observou que o fato científico é menos uma realidade material, tangível, do que enunciado empiricamente verificável acerca de fenômenos em termos de um esquema conceitual. Não é, ele mesmo, o fenômeno, mas uma espécie de descrição, súmula de seus aspectos importantes, ou conforme Talcott Parsons, nunca um fenômeno é um fato, senão num sentido elíptico".

Embora considere o fato social como abstração metodolo gica, RAMOS (53) não está interessado em distanciar-se muito de Durkheim, conforme se verá mais adiante. Entretanto, RAMOS (53) acredita que em Durkheim existe tendência a coisificar o fato social. A esta tendência RAMOS denomina de reificação do fenômeno social.

Fornecidos estes elementos preliminares, chega-se a de finição de fato administrativo, segundo RAMOS (53).

Fato administrativo "é um complexo de elementos e de suas relações entre si, resultante e condicionante da ação de diferentes pessoas, escalonadas em diferentes niveis de decisão, no desempenho de funções que limitam e orientam atividades humanas associadas, tendo em vista objetivos sistematicamente estabelecidos."

Os elementos característicos da definição, são os se guintes: a) O fato administrativo é dinâmico, à diferença de fatos encontra veis como objeto de outras sociologias. Sobre a dinâmica do fato administra tivo, RAMOS (53) salienta o seguinte:

Reificação, segundo GOODE & HATT (24), significa considerar as abstrações como se fossem fenômenos reais.

- "(...) À diferença de certos fatos, objetos de estudo em outras sociologias especiais, que se oferecem ao ob servador em modalidades quase estáticas ou restritamen te dinâmicas, e de modo transcendente aos seus agentes, o fato administrativo está em permanente atualização , por força do desempenho consciente e ininterrupto dos agentes que constituem dele elemento capital. Sem as atividades dos agentes, so restam do fato administrati vo elementos materiais e estatutos mortos. Os sufixos das palavras administração e administrativo estão a in dicar que se referem essencialmente a manifestações em hábito, e secundariamente em ato. Das palavras direito e juridico, arte e artistêco, por exemplo, não se pode dizer o mesmo. A administração e essencialmente adminis tração em hábito, e secundariamente em ato".
- b) O fato administrativo relaciona-se com o desempenho de funções, não sem levar em conta a ambiguidade que o termo função adquiriu no desenvolvimento da teoria administrativa. A respeito do termo função, RA MOS (53) manifesta-se assim :
 - "(...) Importa, porém, observar que qualquer que seja a validade da crítica a esta ou aquela corrente, o proble ma das funções administrativas típicas persiste e continua sendo assunto sério da teoria científica. Pode-se discutir se Fayol e Gulick acertaram em conceituá-las e se os princípios que propuseram são ou não rigorosos, ou têm cientificidade. Certamente alguma razão não se nega a Simon em chamá-los proverbios e em apontar sua ambiguidade de sentido. Isto quer dizer que a questão foi reaberta. Mas continua a ser pertinente. Por isso, a nossa definição do fato administrativo não a elidiu".
- c) O fato administrativo refere-se à ação social, pois se reporta a atividades humanas limitadas e orientadas;
- d) Finalmente, o fato administrativo pressupõe ativid<u>a</u> des humanas associadas, implícita ou explicitamente.

Ramos atribui três ordens de elementos constitutivos do fato administrativo. É o que se pode observar através do QUADRO 2.

QUADRO 2 - As Três Ordens do Fato Administrativo Segundo Guerreiro Ramos.

ELEMENTOS ESTRUTURAIS ELEMENTO ESTRUTURANTE **ELEMENTOS AESTRUTURAIS** OU CONFIGURATIVOS 1) Morfologia material 1) Elementos configurativos in-1) A decisão e o elemento do fato administra ternos. tivo : instalações, truturante do 2) Elementos configurativos maquinas, ferramen fato adminis ternos de primeiro grau : as trativo. tas, aparelhos, pre sociações, sindicatos, clas dios, moveis, acomo ses sociais. dações, veículos, 3) A sociedade global como ele matérias-primas mento configurativo externo etc. de segundo grau. 2) A força do trabalho. 4) A sociedade mundial como ele 3) Atitudes individuais mento configurativo externo e coletivas. de terceiro grau.

FONTE: (53) Organizado pelo autor deste trabalho.

Outro comentário específico que se pode fazer é que o fato administrativo é um fato social. Duas razões são apresentadas para justificar a afirmativa (53):

- a) "O fato administrativo (...) é um fato social, entre outros motivos, porque a sua explicação só pode ser ob tida à luz dos critérios imanentes ao fato social (...)" e
- b) "Os fatos administrativos satisfazem o requisito que Durkheim sintetiza com o termo coerção. Eles se incluem entre os mais impositivos dos fatos sociais. Ninguém lo gra furtar-se ao alcance de sua força coercitiva. São, pois, fato sociais".

Aqui reside a afirmação anterior de que RAMOS, a despei to de discordar de Durkheim, não quer distanciar-se dele.

Ocorre que RAMOS tem como pressuposto básico, a adminis tração do empreendimento industrial na sua acepção moderna, ou seja, que está dotado de elevado grau de complexidade. Tal é assim que, ao tratar da decisão como elemento estruturante do fato administrativo, refere-se a vários níveis decisórios e atribui-lhes alguns pressupostos sistemáticos, a sa

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO
CEDOC/DAE/UFLA

ber : a eficácia, a comunicação e o tempo. Estas características que RAMOS atribui à decisão, fazem jus ao curso evolutivo da ciência administrativa de caráter industrial. Assim, sua referência à eficácia, guardadas as devidas proporções, corresponde ao que DRUCKER (20) denominou de impacto social das decisões empresariais. A comunicação, também enunciada como elemento sine qua non da decisão, não corresponde e nem se relaciona ao tipo de decisão referida no presente estudo, por causa da peculiaridade característica da decisão do empreendimento rural. Por seu turno, o tempo, mutatis mutandis, é o pressuposto sistemático que melhor se ajusta ao processo decisório, objeto desta pesquisa.

O referente teórico de RAMOS ajusta-se, pois, a siste mas administrativos complexos. O estudo a que se propõe o presente trabalho, refere-se a formas administrativas mais elementares, razão pela qual, ao processo decisório não se podem justapor os pressupostos de eficácia e comunicação, no mesmo sentido em que RAMOS os emprega.

Ademais, o conceito heurístico de RAMOS confere autono mia à decisão, à diferença do trato atribuido aos elementos aestruturais e estruturais do fato administrativo. Conquanto acredite-se que o referido au tor deixou implícita a ideia de uma relação dialética, ou dinâmica, entre o ser humano - agente das decisões - e o meio ambiente, explicitar-se-á melhor este conceito. Ao referir-se a comportamento, situação e ajustamento , MANNHEIM (32) assim se expressa :

"(...) Um animal adapta-se, via de regra a situações emergentes no meio natural e o faz com uma escala redu zida de variações. O homem além de adaptar-se ao meio natural, adapta-se, também, ao meio psicossocial e institucional e o faz numa ampla variedade de situações que exigem reações flexíveis. Assim sendo, a maior va riabilidade de comportamento e de adaptação ao meio so cial é específica do homem".

Portanto, ao considerar-se a proposição de fato adminis

trativo feita por RAMOS, pode-se afirmar que não somente a decisão é influente e configurativa a elementos aestruturais e estruturais; mas, pela nature za mesma do ser humano, as decisões são de igual sorte influidas e configuradas pelos mesmos elementos.

Tomando-se os componentes do fato administrativo e, iso lando-se a decisão, para fins heurísticos, poder-se-ia acrescentar outro grupo de elementos: o individual. Os elementos individuais reportam-se a atitudes, crenças, valores e emoções do agente da decisão. Observe-se que este recurso so se toma possível quando a decisão tornou-se uma abstração, para fins de estudo. Saliente-se, ainda, que é possível, e até viável, estabele cer correlação entre os elementos, visto que, na realidade, não ocorrem de forma estanque. Note-se que elemento aestrutural nada mais é do que a propria infra-estrutura do empreendimento rural, razão pela qual considerou -se esta nomenclatura mais adequada.

O fato administrativo, aplicado a empresas rurais, de organização pouco complexa, pode ser redefinido da seguinte forma :

Fato administrativo, para a empresa rural, é um comple xo de elementos e de suas relações entre si, resultante da tomada de decisão do proprietário rural (ou proprietários), no desempenho de suas funções, ten do em vista objetivos sistematicamente estabelecidos.

A representação diagramática do fato administrativo, <u>a</u> daptado a empresas rurais, objeto deste estudo, está sugerida pela FIGURA 1. As setas da figura indicam a dinâmica e inter-relação dos elementos entre si.

Exclui-se, neste estudo, o elemento estrutural ou configurativo externo de terceiro grau : a sociedade mundial. Foge aos objetivos deste estudo, que pretende ser micro-analítico. Sua importância restringe-se apenas às macro-análises.

elementos individuais, além de fazer jus ao tipo de empreendimento rural em análise, não violenta a conceituação de RAMOS; ele atribui a dinâmica do fa to administrativo à ação consciente e ininterrupta dos agentes. São agentes que constituem o elemento principal do fato administrativo.

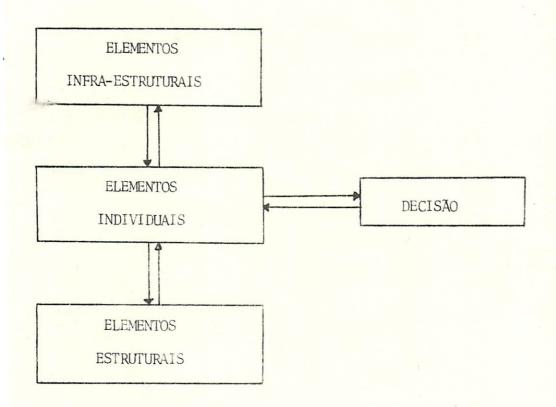


FIGURA 1 - Representação Diagramática do Fato Administrativo, Adaptado à Análise do Empreendimento Rural.

2.1.2. A Ação Social

O fato de introduzir-se novo componente ao estudo do fato administrativo - o elemento individual - acarreta, basicamente, duas con sequiências: a) aproxima o quadro de referência teórico à realidade, visto que a decisão, a nível de empreendimento rural, via de regra, é decisão de uma única pessoa ou família; e b) como tal, deve incluir estudo mais aprofundado de fatores individuais que, em geral, se mesclam com a decisão, em sua forma última; impõe-se, pois o estudo da ação social.

Optou-se, no presente estudo, pela teoria da ação, segum do Max Weber. Em ciência social, qualquer teoria da ação oferece vantagens e desvantagens. Esta opção se deve ao fato de corresponder a terminologia comparativamente mais simples, quando relacionada a outras, embora haja consciência das limitações que apresenta.

Para WEBER (61), o sentido define a ação social. Ocorre que o termo sentido, para ele, tem mais de uma conotação. Em primeiro lugar há o sentido subjetivo, instalado no sujeito da ação, que pode ser : a) existente de fato, em duas circumstâncias : a primeira, num caso historicamente dado, e, a segunda, como media e como aproximação numa determinada massa de casos; b) o outro sentido refere-se à construção do tipo ideal, com atores igualmente ideais. Sentido, pois, não tem referente empiricamente justo, nem apresenta o caráter de verdade metafísica². E esta diferenciação, segundo WEBER (61), estabelece limites entre as ciências empiricas da ação (a sociolo gia, a história) face a todas as ciências dogmáticas (jurisprudência, lógica, êtica, estética), as quais pretendem investigar, em seus objetos, o sentido justo e válido.

A importância da distinção entre ciências empiricas da ação e ciências dogmáticas, para o presente estudo, reside no fato de que os resultados obtidos serão sempre aproximados. Distanciam-se, pois, em maior ou menor grau, do objetivamente justo e não tem implicações de verdade metafísica.

Metafísica - termo oriundo da filosofia. Os primeiros sociologos, a exemplo de Comte, Durkheim e Weber, valeram-se de categorias filosoficas. Etimologi camente metafísica designa o que se encontra além do mundo físico. Em senti do posterior, significa a busca das causas últimas da realidade. Contudo, é possível que, em virtude de sua inspiração iluminista, Weber tenha usado o termo na acepção Kantiana: o que explica o comportamento do ser; matéria de fé ou de mundivivência, nunca uma ciência.

Outra consideração esclarecedora é que existe diferença entre uma ação dotada de sentido e a conduta que é simplesmente reativa, visto que esta última não está ligada a um sentido indicado pela subjetividade. WEBER (61) diz a este respeito :

"Uma parte muito importante dos modos de conduta de interesse para a sociologia, especialmente a ação puramente tradicional, acham-se na fronteira entre ambos".

O estudo do sentido na ação social deve levar em conta que frequentemente, os elementos compreensiveis e os não compreensiveis de um processo estão unidos e misturados entre si. Isto sugere que algo da ação humana enquadra-se entre os elementos não compreensiveis, razão pela qual o estudo da ação social não pode lograr resultados objetivamente justos, nem metafisicamente verdadeiros.

A ação social, que inclui tolerância e omissão, orienta—
-se pelas ações dos demais atores. Estas opções podem ser passadas, presen
tes e futuras ou esperadas. Os atores podem ser indivíduos, pluralidade de
indivíduos, conhecidos pelo agente da ação ou totalmente desconhecidos, ou
não identificados.

Nem sempre os contatos entre seres humanos têm caráter social. Reveste-se de conteúdo social a ação que possui sentido próprio e que está voltada à ação dos demais atores. Quando a conduta reativa de um agente provoca a imitação de outro agente, esta não pode ser consideráda ação social específica. Tal se deve ao fato de que a ação reativa é destituí da de sentido. Na prática, os limites entre uma e outra ação, mal podem ser distinguidos. Segundo WEBER, esta ação não se orienta pela ação de outrem, mas é determinada causalmente, pela de outros, mas não pelo sentido que ela encerra. As ações que são imitadas porque são fruto da moda, ou de comporta mento de classes, ou são tradicionais, estão dotadas de sentido.

Para WEBER (61), as ações sociais podem ser, basicamen

te classificadas da seguinte maneira :

1) Racional conforme fins determinados - esta ação ba seia-se na esperança do ator de que objetos e pessoas do mundo exterior se comportem de determinadas maneiras. Tais maneiras são utilizadas como condi ções ou meios para a consecução dos fins a que o ator se propõe, os são estabelecidos, avaliados e perseguidos racionalmente. Em consequência, quem atua racionalmente, conforme os fins determinados, tem sua ação orienta da pelo fim, pelos meios e pelas consequências ; os fins são escoimados relação às consequências que podem produzir; os fins são, igualmente, cote jados com os outros fins possíveis, aliados às respectivas consequências Esse tipo de ação inclui a possibilidade do tradicional e do emocional, como componentes que lhe sejam inerentes. Por tratar-se de recurso metodológico de tipo-ideal, "(...) absoluta racionalidade na ação conforme fins determina dos é, no entanto, um caso limite, de caráter essencialmente construtivo".

2) <u>Racional conforme valores</u> - é a ação que se fundamenta no valor aceito conscientemente. Os valores podem ser : éticos, estéticos, religiosos, ideológicos ou de quaisquer outras categorias axiológicas³. O que caracteriza a ação ditada pelo valor é que ela faz cessar qualquer juizo quanto a fins e conseqüências. É, pois, ação dogmática. Sua racionalidade está ligada apenas aos meios. Diz WEBER (61) que :

"A orientação racional conforme a valores determinados pode, portanto, estar numa relação muito diversa com respeito à racional conforme fins determinados. A partir da perspectiva desta última, a primeira é sempre irracional, e esse caráter se acentua à medida em que o valor que a movimenta se eleve à significação de absoluto, porque a reflexão sobre as conseqüências da ação é tanto menor quanto maior for a atenção concedida ao valor próprio do ato em seu caráter absoluto".

³Axiológico - relativo a valores. Termo engendrado pela filosofia.

A irracionalidade, a que se refere WEBER, pode ser ex plicada pelo papel imperativo que os valores exercem sobre a mente do ator. O significado desta ação é tênue, permitindo apenas que o cientista a identifique como um tipo peculiar. Há de registrar-se que uma ação que poderia ser identificada como racional com relação a fins, cotejada com as conseqüências, pode estabelecer um conflito. A solução do conflito, que exige opção, transforma-se em ação valorativa. A peculiaridade da ação racional conforme valo res é que está dotada de valor intrínseco, independendo, pois, dos fins; va le por si mesma.

3) Afetiva - é a ação determinada pelos estados emotivos e sentimentais por que passa o agente, no momento mesmo da ação. À seme lhança da ação racional conforme valores, o sentido da ação não está coloca do no seu resultado, podendo estar colocado fora dele. O que importa é a ação em sua peculiaridade. Diz WEBER (61):

"Implica uma sublimação quando a ação emotivamente con dicionada aparece como descarga consciente de um estado sentimental; neste caso, encontra-se na maioria das ve zes (não sempre), no caminho para a hacionalização axio logica, ou para a ação conforme fins determinados, ou para ambas as coisas, ao mesmo tempo".

Tendo em vista seu caráter fluido, não raro, resulta difícil de ser detectada a ação afetiva.

4) Tradicional - é a ação determinada por costume ar raigado, que se aproxima da vasta gama de ações quotidianas habituais. A ação tradicional é escassa, ou nula, de avaliação sistemática de suas consequências, à semelhança da ação afetiva. As emoções e os costumes (tradições) são, de ordinário, elementos irracionais que perturbam o rendimento ou o êxito da conduta racional. Conforme já se salientou anteriormente, a ação tradicional caracteriza-se como ação social, visto que está dotada de sentido. Não cabe aqui discutir sobre o conteúdo desse sentido, mas, não raro, é mera

mente imitativo.

O QUADRO 3 sintetiza os componentes da teoria da ação segundo MAX WEBER.

QUADRO 3 - Síntese da Teoria da Ação Social, segundo MAX WEBER.

	AÇÃO	SENTIDO	RACIONALIDADE	AVALIAÇÃO
1)	Racional conforme fins determinados.		Inteiramente racional.	De meios, fins e con sequências, e de fins entre si.
2)	Racional conforme valores.	Conscientemente dotada.	Racional e/ou irracional.	Dos meios (valores) e da ação em si.
3)	Afetiva.	Conscientemente e/ou inconscien temente dotada.	Irracional.	Somente de meios e da ação em si.
4)	Tradicional.	Conscientemente e/ou inconscientemente dotada.	Irracional.	Somente de meios.

FONTE: (61) Organizada pelo autor deste trabalho.

As dificuldades que a metodologia tipico-ideal - como é o caso da ação social weberiana - apresenta, são iniludíveis. Vejam-se, de passagem, o que dizem a respeito, alguns comentadores de Weber :

'Mas, como dissemos, ideal significa, no conceito de Weber, o que não está exemplificado na realidade (...) Esta imaginação é que constitui a chave : o tipo ideal é o caso puro, jamais concretizado, isento de atributos extrinsecos e ambiguidades". MACRAE (38).

"A noção de tipo-ideal sublinha efetivamente o caráter lógico original dos conceitos utilizados em sociologia. Estes conceitos não estão suficientemente ligados uns aos outros para dar lugar seja a definições pelo gênero próximo e a diferença específica, como em botânica, se ja a definições derivadas, como em física. Mas Weber quase nunca é explícito sobre a metodologia que conduz a construção dos tipos ideais. De sorte que esta noção

não define propriamente um método. Antes contribui para descrever uma dificuldade". BOUDON (07).

"Economia e sociedade, de Weber, fornece-nos uma ilus tração, frequentemente citada, de seu uso do tipo ideal, e também salienta as dificuldades desse procedimento. Aqui, Weber formula um tipo puro de ação racional (...) e argumenta que, para os propositos de uma análise cien tifica tipológica, é possível tratar condutas não racionais e irracionais como desvios do tipo racional ideal. Donde ficar o sociologo apto a estudar as maneiras em que o comportamento humano real é influenciado por ele mentos irracionais e não-racionais. O método - conclui Weber - não implica que a conduta racional predomine na vida social". TIMASHEFF (59).

A classificação apresentada por WEBER (61), além de ser tipico-ideal, não pretende ser exaustiva. Diz ele:

"Raramente a ação, especialmente a ação social, está exclusivamente orientada por um ou outro destes tipos. Estas formas de orientação também não podem ser conside radas de forma alguma, como uma classificação exaustiva, mas sim, como puros tipos conceituais, construidos para fins de investigação sociológica, relativamente aos quais a ação real se aproxima mais ou menos, ou o que e mais frequente, de cuja mistura se compõe. Somente os resultados, que com eles se obtenham, poderão dar-nos a medida de sua conveniência.

Esta elucidação de WEBER não só estimula a investigação quanto mostra as possibilidades de que, eventualmente, encontrem-se formas hibridas de ação social.

2.1.3. Ajuste Conceptual : Objetividade e Subjetividade.

A presente orientação teórica, à primeira vista, pode parecer contraditória e, até mesmo, falaciosa. De um lado, tem-se a elucida ção do fato administrativo, inclusive a de sua constituição. Tal formulação se apresenta como algo objetivo, claro e com referentes empíricos bem tangí veis. A despeito de tomar-se o fato administrativo, não como coisa, segundo a tradição durkeimiana, mas como recurso metódico, atribuiu-se-lhe caráter empírico, ao contrastá-lo com o fato social, consoante definição de Durkheim.

A inspiração parsoniana foi decisiva para que se chegasse ao fato administra tivo rural.

Por outro lado, tem-se, na teoria da ação social de Max Weber, a exacerbação da subjetividade. Para a teoria weberiana, nada está <u>e</u> xemplificado empiricamente com exatidão. Seu recurso metódico, por si só, <u>a</u> ponta para entranhada subjetividade, ao designá-lo de tipico-ideal.

Entretanto, um dos aspectos mais graves da oposição en tre Durkheim e Weber, situa-se na ênfase analítica que cada um sustenta. Pa ra Durkheim a realidade social última é o grupo e não o indivíduo. Esta ma neira de ver a sociologia, foi denominada de realismo sociológico, por TIMASHEFF (59). Ora, o realismo, em filosofia, possui vasta série de comotações, citando-se dentre elas, a ênfase sobre o que é genérico e universal. O realismo, pois, não se ocupa com o que é individual e particular. Nestes ter mos, realismo é expressão apropriada para designar o trabalho sociológico de quem acredita que os fatos sociais são irredutiveis aos fatos individuais. Weber, por seu turno, coloca ênfase sobre o indivíduo, antes que sobre o grupo. Conforme assinala TIMASHEFF (59):

"O elemento fundamental da investigação sociológica, pa ra Weber, é a ação social típica, ou mesmo o indivíduo isolado, que ele denominava a unidade básica ou o atomo da sociedade."

Acompanhando-se o raciocínio de TIMASHEFF, pode dedu zir-se que, enquanto Durkheim é <u>realista</u>, Weber se caracteriza por um certo <u>nominalismo</u>. O <u>nominalismo</u>, em filosofia, por sua vez, atribui ênfase ao par ticular, ao individual, ao que tem nome (este último vocábulo deu origem à palavra nominalismo), conforme BRUGGER (14).

Contudo, em sociologia, sempre existem possibilidades conciliatórias. Esta possibilidade reside no fato de que a objetividade, em sociologia, não exclui a subjetividade, e vice-versa. Tal se deve à natureza

e ao objeto mesmo de seu estudo. Esta afirmação encontra apoio nas palavras de BERGER & LUCKMANN (05) :

"(...) O melhor modo de descrever o caminho que mos será fazer referências a duas das mais famosas e in fluentes ordens de marcha da sociologia". "Uma foi dada por Durkheim em As Regras do Metodo Sociologico, a outra por Weber em Wirtschaft und Gesellschaft (Economia e Sociedade). Durkheim diz-nos : A primeira regra e a mais fundamental e: Considerar os fatos sociais como coisas. E Weber observa: Tanto para a sociologia no sentido atual quanto para a historia o objeto de conhecimento é o complexo de significados sub jetivos da ação. Estes dois enunciados não são contradí torios. A sociedade possui na verdade facticidade obje tiva. E a sociedade de fato é construida pela atividade que expressa um significado subjetivo. E, diga-se passagem, Durkheim conheceu este último enunciado, sim como Weber conheceu o primeiro. É precisamente o du plo carater da sociedade em termos de facticidade obje tiva e significado subjetivo que torna sua sui generis, para usar outro termo fundamental Durkheim. A questão central da teoria sociológica pode por conseguinte ser enunciada desta maneira : como possivel que significados subjetivos se tornem factici dades objetivas? Ou, em palayras apropriadas as ções teóricas acima mencionadas : Como é possível que a atividade humana (Handeln) produza um mundo de (choses)? Em outras palavras, a adequada compreensão da realidade sui generis da sociedade exige a investigação da maneira pela qual esta realidade é construída. Esta investigação, afirmamos, constitui a tarefa da sociolo gia do conhecimento".

Se este capítulo seguisse a orientação inspirada somen te em Durkheim, poderia incorrer em restrição do objeto de estudo do presen te trabalho. Conforme o primeiro tópico deste capítulo, tomar-se-ia a decisão como elemento estruturante do fato administrativo. A seguir, por proces so de decomposição, estabelecer-se-iam os componentes da decisão. O caminho mais curto para tal procedimento, seria o de analisar o processo decisório através dos seus elementos estruturais. Agindo assim, coisificar-se-ia ou atribuir-se-ia caráter de pura facticidade à decisão, através de artifício reducionista. Uma das possibilidades consistiria em valer-se, no presente es tudo, da proposição de Karl Mannheim, segundo CARDOSO (15). Guardadas as diferenças entre pensamento e decisão, afirmar-se-ia com Mannheim:

"O pensamento não cria o mundo, mas ao contrário, em um mundo dado, com uma estrutura dada, uma forma dada de pensar é um instrumento que, em um determinado momento, pode ser tanto adequado ou inadequado ou estar a cami nho de tornar-se cada vez mais adequado. Não existe pen samento como tal, um determinado tipo de criatura viva pensa em um mundo com um determinado tipo de estrutura a fim de realizar determinadas funções vitais".

Não que Mannheim tenha sido reducionista. Pelo contrá rio, suas obras posteriores (especialmente : Ideologia e Utopia e Liberdade, Poder e Planificação Democrática) demonstram o oposto. Fora do contexto, a citação supra poderia, eventualmente, servir de suporte para que se buscas sem os elementos constitutivos da decisão, unicamente na identificação da es trutura em que se insere o ator. Caso isto ocorresse, o ser humano seria to mado como elemento passivo face ao dado societário. Ignorar-se-ia a relação dialética, ou dinâmica, que se estabelece entre o ser humano e a realidade social. E é à passividade do ator que se atribui, aqui, caráter reducionista.

A segunda possibilidade seria a da coerência aparente.

Acompanhando RAMOS (53), nas observações a respeito da retomada da temática weberiana por Karl Mannheim, chegar-se-ia à definião de ação administrativa

Tal definição deixa transparecer claramente, tanto a terminologia de Weber quanto a de Mannheim. Ei-la Ação administrativa

"(...) É a modalidade de ação social, dotada de raciona lidade funcional, e que supõe estejam os seus agentes enquanto a exercem, sob a vigência predominante da ética da responsabilidade".

conquanto este procedimento insinue elevado grau de coe rência, não faz jus aos objetivos propostos, no Capítulo Um, acerca deste trabalho. RAMOS refere-se à ação administrativa característica de um empresa rio industrial. Conforme já assinalaram vários autores. a exemplo de MARTINS (35), não existe uma tradição junto ao emergente empresariado rural. Seria ignorar os fatos e abolir qualquer observação sensata. O pretender que o empresariado rural estivesse dotado de racionalidade funcional, atuando con

soante à ética da responsabilidade. Se tal acontecesse, poder-se-iam descar tar as decisões do produtor rural baseadas na tradição, nas emoções e nos valores, entre outras. Este procedimento serviria, tão somente, para escamo tear a realidade dos fatos, conquanto, admita-se, seja menos complexo.

A terceira possibilidade consistiria no reducionismo psicológico, num estudo de comportamentos subjetivos, i.e., um psicologismo, em última análise. Para tanto, ignorar-se-iam os fatores aestruturais, estruturais e estruturantes e buscar-se-ia o fundamento último da decisão do em presário rural, internalizado em sua mente. Somente os processos mentais do indivíduo constituiriam a chave da explicação da sua tomada de decisão.

As três possibilidades foram rejeitadas por não se coa dumarem, nem com os objetivos propostos, nem com análise cientificamente con sistente. Optou-se, pois, pelo tipo eclético de análise, que leva em conside ração tanto os elementos objetivos, estruturais e fáticos, quanto os elementos subjetivos e individuais. Os primeiros, obedecem a uma conceituação do fato administrativo e de seus componentes, de acentuada inspiração durkhei miana. O segundo, foi estabelecido através da teoria da ação social, segundo Max Weber. E esta foi a orientação teórica mais segura que se encontrou para nortear a pesquisa proposta neste trabalho. Do ponto de vista metodológico, encontra-se apoiada em Berger e Luckmann, e, por conseguinte, fundamentada na teoria sociológica.

Para concluir o presente tópico, lembram-se palavras de Marx, citadas por CASTRO & DIAS (17), através das quais confirma-se a importância da interpenetração de objetividade e subjetividade, em análise sociológica:

'Toda ciência seria superflua se a aparência e a es sência das coisas se confundissem'.

2.2. Definição das Variáveis

A partir do modelo teórico, selecionam-se, inicialmente, três grupos de variáveis : as individuais, as infraestruturais e as estruturais.

As <u>variáveis</u> individuais pressupõem que o proprietário rural estabelece relação dialética, tanto com os elementos constitutivos de sua propriedade, quanto com a sociedade global. É, pois, o grupo de <u>variá</u> veis que há de fornecer subsídios sobre a maneira pela qual o indivíduo está interagindo com os recursos de que dispõe e com as instituições que o circum dam.

As <u>variáveis</u> infraestruturais buscam fazer um invent<u>a</u> rio sucinto das disponibilidades de bens e a maneira pela qual estão sendo organizados. Ocupam-se, pois, da propriedade, das possibilidades e inviabil<u>i</u> dades inerentes a ela.

As <u>variáveis estruturais</u> estão voltadas para a socied<u>a</u> de como um todo. Ademais, buscam analisar as principais ligações do proprietário rural com outras instituições da sociedade.

Os três grupos de variáveis estabelecem inter- relações dinâmicas entre si. Tal dinamismo pressupõe complexo feixe de decisões toma das pelo proprietário rural. Estas variáveis se prestam para colocar a descoberto a existência do fato administrativo rural.

Conforme já foi dito anteriormente, para fins heuristicos, prescindir-se-á da análise das decisões inerentes ao fato administraticos. A vasta gama de decisões será um dado fixo, estando, portanto, subenten dida na descrição do fato administrativo, propiciada pelos três grupos de variáveis.

Num segundo momento, tomar-se-á a última variável - a decisão - que é dependente do próprio fato administrativo. Tal dependência

decorre do caráter inter-relacional que os quatro grupos de variáveis guar dam entre si. A análise da decisão restringir-se-á à compreensão da atitude do agente do fato administrativo face à cooperativa. Trata-se pois, da análi se da ação social do pecuarista com referência à cooperativa. Com esta variá vel, colimar-se-á o objetivo fundamental do presente estudo.

Usar-se-á, para tanto, a teoria da ação de Max Weber , que é típico-ideal. Em consequência, as variáveis elucidativas do fato administrativo, respaldam a desejada compreensão da variável decisão. Os três primeiros grupos de variáveis serão usados, a exemplo da pattern-variable de Parsons, ou da formula-mãe, sugerida por Lazarsfeld. BOUDON (07) explicita este raciocínio:

"Observemos, de passagem, que a noção de tipo ideal, ou mais exatamente, os problemas lógicos de definição que subentende inspiraram pesquisas metodológicas recentes. Na verdade, a noção de formula-mãe proposta por Lazarsfeld, como o conceito parsoniano de pattern - variable podem ser considerados como respostas fragmen tárias às questões levantadas pela noção de tipo ideal".

2.2.1. Variaveis Individuais

- a) <u>Idade</u> refere-se à idade cronológica do proprieta
- b) <u>Grau de instrução</u> reporta-se ao número de anos que o pecuarista frequentou escola, em termos de educação formal :
- c) <u>Associativismo</u> liga-se a atividades, atuais ou pas sadas, que revelem interesse dos entrevistados pelas diversas formas de vida associativa;
- d) <u>Valores</u> reporta-se ao quadro de referência axiológico que norteia basicamente a vida do produtor rural;
- e) <u>Tradicionalismo</u> reporta-se a ações do produtor <u>ru</u> ral determinadas pelos costumes ;

- f) $\underline{\text{Emoções}}$ refere-se à possibilidade de o pecuarista tomar decisões fundamentadas em estados emotivos de apatia ou de exacerbação ;
- g) <u>Aspiração de vida</u> refere-se à aspiração fundamental do pecuarista, e ao sentido de sua ação, seja presente ou futura;
- h) <u>Necessidades afetas à produção</u> refere-se aos problemas sentidos pelo agricultor no desempenho de suas funções econômicas;
- i) <u>Satisfação pessoal</u> reporta-se ao grau de realiza ção que o empreendimento agropecuário está proporcionando ao agricultor.

2.2.2. Variaveis Infra-Estruturais

- a) <u>Tamanho da propriedade</u> refere-se à área que o proprietário dispõe, efetivamente, para o exercício de suas atividades ;
- b) <u>Instalações</u> diz-se de todas as instalações existentes na propriedade rural, e, em especial, as que facilitam o exercício da pecuária;
- c) <u>Equipamentos</u> refere-se a tratores, pulverizadores, polvilhadeiras, seringas, ordenhadeira mecânica, câmara frigorífica, ener gia elétrica para motores, etc.
- d) <u>Exploração principal</u> diz-se da atividade econômi ca que, segundo o proprietário, está propiciando maior retorno ;
- e) <u>Tecnologia empregada</u> refere-se a insumos, crédito rural, implementos agropecuários, manejo do gado, tipo de ordenha, em uso na propriedade rural;
- f) <u>Mão-de-obra</u> liga-se ao grau de especialização , quantidade e facilidade de encontrar a mão-de-obra que está sendo empregada;
 - g) Assistência técnica refere-se ao tipo de assistên

cia técnica, e à regularidade com que o pecuarista a recebe ;

- h) <u>Capital</u> refere-se à disponibilidade de capital e à maneira pela qual está sendo gerido ;
- i) <u>Rebanho</u> diz-se da quantidade e qualidade de vacas em lactação, vacas secas, touros, novilhos e novilhas com mais de dois anos e novilhos e novilhas de um a dois anos;
- j) <u>Distância da propriedade</u> refere-se à distância da propriedade à cidade e da propriedade à cooperativa ou laticínio ;
- 1) <u>Sistema viário</u> refere-se à qualidade da via que dá acesso à propriedade rural e aos meios de transporte utilizados.

2.2.3. Variáveis Estruturais

- a) <u>Estrutura empresarial</u> refere-se à organização atu al do empreendimento agrícola e à identificação da pessoa, ou grupo de <u>pes</u> soas, que toma decisões de caráter administrativo;
- b) Administração refere-se ao uso de recursos administrativos, a saber : registro ou contabilidade ; registro de empregado, plane jamentos e controles de quaisquer tipos ;
- c) <u>Grupo vicinal</u> diz-se do grau de relacionamento do pecuarista com os demais proprietários que circundam seu empreendimento;
- d) <u>Origem da propriedade</u> liga-se à origem econômica do empreendimento. Ou seja, refere-se a aquisições da propriedade : com capi tal próprio, por herança de pais, ou por herança de sogros ou de terceiros ;
- e) <u>Grupos de pertenência</u> diz-se dos grupos sociais a que está filiado o proprietário rural, a saber : cooperativas, sindicatos, clubes, organizações religiosas, partidos políticos, ou outros ;
 - f) Local de residência refere-se ao fato de o proprie

tário residir, ou não, no meio rural;

g) <u>Informação</u> - refere-se às principais fontes de informação sobre assuntos que se ligam à atividade do produtor rural, a saber: no va tecnologia, abertura de programa de crédito, início de concurso de produtividade, aumento do preço dos produtos, etc.

2.2.4. Decisão.

Esta variável básica refere-se à atitude do agropecua rista em relação à Cooperativa. Destina-se a avaliar a decisão do produtor rural com respeito à Cooperativa, relacionando-a com o fato administrativo, explicitado pelas variáveis anteriores.

2.3. Representação Diagramática das Variaveis

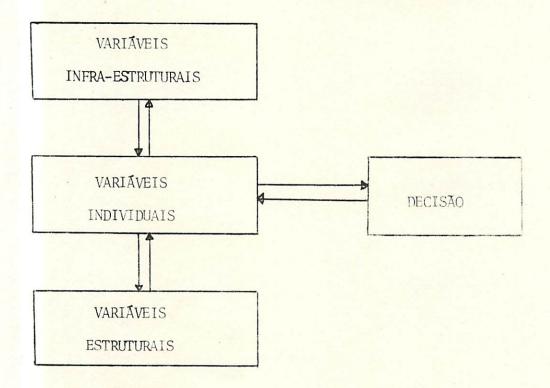


FIGURA 2 - Modelo de Inter-Relação dos Grupos de Variáveis em Estudo.

2.4. Forma de Análise das Variáveis.

Os dados obtidos serão analisados da seguinte forma :

a) Descrição dos três primeiros grupos de variáveis, recorrendo-se ao auxílio de tabelas estatísticas. Trata-se da descrição do fa to administrativo do empreendimento rural. Tal procedimento pode assemelharse à demonstração do que é óbvio³. Contudo, se não se constata a existência do fato administrativo, não há empreendimento rural. Se não há empreendimento rural torna-se inócuo falar de participação do agente da administração na Cooperativa.

Se o trabalho tivesse por objetivo a elucidação da dinâ mica do fato administrativo, justificar-se-ia outro tratamento. Poder-se-ia, por exemplo, calcular o comportamento de cada variável, em relação ao fato administrativo. Bastaria que se ajustasse a seguinte função:

$$Y = f(X_1, X_2, X_3, X_4, \dots, X_{27})$$

Y = fato administrativo.

f = função.

X = variaveis dos três primeiros grupos.

b) Interpretação da decisão dos agropecuaristas estuda dos, em relação à Cooperativa.

Por tratar-se de modelo típico-ideal weberiano, usarse-a a interpretação empática, conforme o exige o quadro de referência teóri co.

A respeito, manifestam-se GOODE & HATT (24) : "Em todos os casos é certo que o que todos sabem não é conhecido até ser verificado."

O proprio WEBER (61) é quem explicita o significado da interpretação empática :

"(...) Podemos revivenciar muitos sentimentos reais (me do, colera, ambição, inveja, ciume, amor, entusiasmo, orgulho, vigança, piedade, devoção e desejos de toda sorte) e as reações irracionais (a partir do ponto de vista da ação racional com fins determinados) derivadas deles, de modo tanto mais evidente quanto mais suscetí veis formos a esses mesmos sentimentos; e, em todo ca so, ainda que excedam completamente, em intensidade, as nossas possibilidades, podemos compreendê-los empatica mente em seu sentido, e calcular intelectualmente seus efeitos sobre a direção e os meios de ação".

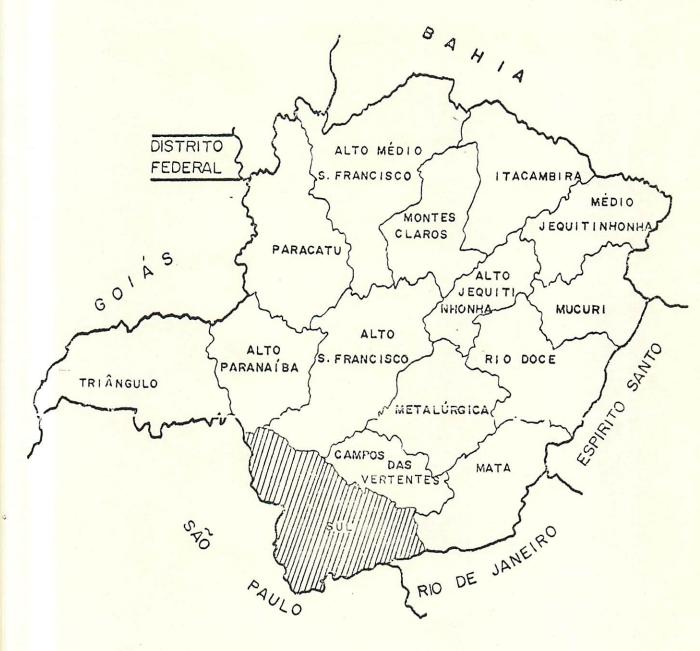
2.5. Área de Estudo e Metodologia

O Estado de Minas Gerais é constituido por quinze zonas fisiográficas. Embora este critério de regionalização tenha sido substituido, oficialmente, pelo de microrregiões homogêneas, preferiu-se aquela divisão por conter áreas mais extensas, o que dificulta eventual identificação das amostras selecionadas. A FIGURA 3, fornece uma idéia da regionalização do Estado de Minas Gerais em zonas fisiográficas.

2.5.1. A Zona Fisiográfica do Sul de Minas Gerais.

O que doravante denominar-se-a Região do Sul de Minas Gerais representa a parte do Estado constituída de seis microrregiões homogê neas. São elas : Furnas (190), Mogiana Mineira (194), Planalto de Poços de Caldas (197), Planalto Mineiro (198), Alto Rio Grande (199) e Alta Mantiquei ra (202), conforme FIGURA 4.

O Sul de Minas Gerais ocupa área de 51.601 km², ou seja, 8,9% da área total do Estado. Esta área abriga, segundo o censo de 1970, 1.559.333 habitantes, o que, à época do censo, representava 13,6% da população estadual, com o total de 153 municípios, segundo o IBGE (42).



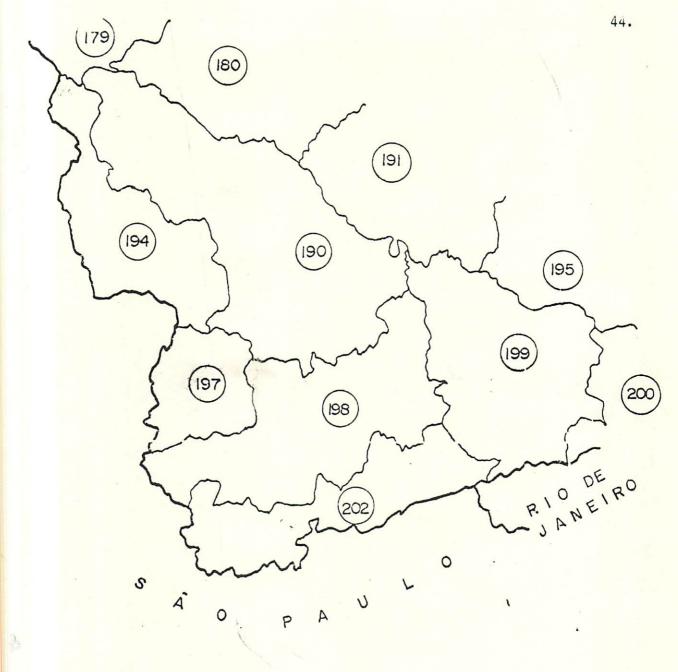
LEGENDA

___ LIMITE INTERESTADUAL

____ LIMITE Z. FISIOGRÁFICAS

REGIÃO EM QUE SE LOCALIZA
A AMOSTRA DO ESTUDO

FIGURA 3 - Zonas Fisiográficas do Estado de Minas Gerais.



LEGENDA

	LIMITE INTERESTADUAL
	LIMITE DE MICRO REGIÕES HOMOGÊNEAS
	MICRO REGIÕES HOMOGÊNEAS
190	FURNAS
194	MOGIANA MINEIRA
197	PLANALTO DE POÇOS DE CALDAS
198	PLANALTO MINEIRO
199	ALTO RIO GRANDE
202	ALTA MANTICHETRA

A Região do Sul de Minas possui aspecto climático homo gêneo, classificando-se como clima mesotérmico (classificação Koeppen). A estação chuvosa inicia-se em setembro, prolongando-se até abril, com precipita ção pluviométrica anual média de 1.525 milímetros. As temperaturas médias anuais estão entre 17,5° e 22,5° (graus centígrados). A umidade relativa a nual é de 77,8% (mínima de 74,2% e máxima de 83,0%), conforme o IBGE (11).

Situam-se no Sul de Minas as barragens de Furnas, Peixo tos, Camargos e Itutinga que integram os oito lagos existentes em Minas Gerais para geração de energia elétrica.

rior à do Estado: 30,2 habitantes por quilômetro quadrado, contra 19.7 habitantes por quilômetro quadrado, contra 19.7 habitantes por quilômetro quadrado, que representam a densidade média estadual. Oito municípios regionais apresentam densidade demográfica superior a sessenta habitantes por quilômetro quadrado, segundo o IBGE (10).

O crescimento populacional do Sul de Minas não é significativo. Segundo o INDI (56) a participação da população da Região na de Minas Gerais decresceu de 18,8%, em 1940, para 13,6%, em 1970, conseqüência da significativa emigração para outros centros, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A população regional considerada urbana, segundo o censo de 1970, conforme o IBGE (43), foi calculada em torno de 50.8%. 55.7% da população economicamente ativa estava ocupada na agropecuária, tradicional atividade econômica da Região. O restante da população economicamente ativa distribuia-se da seguinte forma: 12,4% na indústria e mineração e 31,9% no setor de serviços.

Cerca de 54% da população regional, em 1970, era constituida de jovens com menos de vinte anos. dado que torna a região semelhante à maioria da população mineira. As faixas etárias mais representativas da po

pulação economicamente ativa - entre quinze e cinquenta e nove anos - totalizavam 53% da população do Sul de Minas, de acordo com o IBGE (43).

Intrincado sistema viário liga a Região aos principais centros estaduais e nacionais. A facilidade de transportes verifica-se pela existência de linha de ônibus, com pelo menos um horário diário, que liga as principais cidades regionais com Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Tal facilidade de transporte é explicada, em parte, pela posição privilegia da do Sul de Minas, que o torna, relativamente, equidistante dos referidos centros urbanos.

A distribuição fundiária é singular, em relação à do Estado. Os latifundios da Região apresentam superfície média 43% inferior à su perfície média dos latifundios do Estado. O Sul de Minas caracteriza-se, pois, por acentuada divisão de terras. A superfície média, por propriedade, é de cinquenta e dois hectares, contra cem hectares médios no Estado, conforme o INDI (58).

A principal atividade econômica concentra-se na agrope cuária. 25% da produção agropecuária estadual são oriundos do Sul de Minas. As atividades básicas do setor são : pecuária leiteira e policultura, especialmente a cafeicultura.

Do Sul de Minas, provêm 32% do leite e 20% da carne produzidos em Minas Gerais (11). Os rebanhos bovino e suino da Região partici pam com 15 e 14%, respectivamente, para o cômputo estadual. Igualmente relevante é a produção avicola. Os dados do QUADRO 4, embora reportem-se ao censo de 1970, fornecem uma idéia da importância do Sul de Minas para a produção agropecuária mineira.

Em 1972, quatorze municípios sul-mineiros ministravam ensino superior, através de vinte e seis estabelecimentos, a saber : doze Fa culdades de Filosofia, Ciências e Letras, quatro de Administração e Ciências

Econômicas, três de Engenharia, duas de Medicina, duas de Direito, uma de Enfermagem, uma de Farmácia e Odontologia e uma de Agronomia (58).

QUADRO 4 - Efetivos de Animais no Sul de Minas, por Microrregiões. 1970.

MI CRORREGIÃO	Bovinos	Suinos	Aves
Furnas	598.926	121.458	1.713.082
Mogiana Mineira	278.679	65.644	547.438
Planalto de Poços de Caldas	160.486	56.107	304.527
Planalto Mineiro	532.162	96.823	1.470.645
Alto Rio Grande	313.143	45.546	384.683
Alta Mantiqueira	321.944	68.172	1.087.237
Sul de Minas	2.205.345	453.750	5.507.612
Minas Gerais	15.080.399	3.291.527	22.924.152
Sul de Minas/Minas Gerais	14,6%	13,8%	24,0%

FONTE: (13).

O ensino de primeiro grau é ministrado em 673 estabele cimentos urbanos e 2.426 estabelecimentos rurais. O ensino de segundo grau está sob os cuidados de 168 estabelecimentos urbanos e dois rurais, segundo o INDI (58).

Em onze municípios, ministraram-se cursos profissional<u>i</u> zantes, através de vinte e três estabelecimentos. Os cursos oferecidos são orientados para atender à especialização de mão-de-obra demandada pelo emergente parque industrial sul-mineiro.

O movimento cooperativista da Região apresenta oscila ções notórias quando analisado através da comparação entre as microrregiões homogêneas. Predominam as cooperativas de produção que, na sua maioria, são formadas por produtores rurais. O QUADRO 5 é revelador.

QUADRO 5 - Número de Cooperativas segundo a Classificação de Cooperativas e

Microrregiões no Sul de Minas.

	C 0 0				
MICRORREGIÕES	Produção	Consumo	Serviços	Eletr. Rural	Total
Furnas (190)	15	3		2	20
Mogiana Mineira (194)	5	1	-	1	7
Planalto de Poços de Caldas (197)	1	-			1
Planalto Mineiro (198)	14	1		1	16
Alto Rio Grande (199)	3	-	-	1	4
Alta Mantiqueira (202)	3	-	-	1	4
TOTAL	41	5	-	6	52

FONTE: (9) . Dados organizados pelo autor.

2.5.2. Um Estudo de Caso : Justificativa.

Usa-se, no presente estudo, a metodologia de estudo de caso.

Existem vários exemplos da utilização desta metodologia, na literatura disponível. De passagem, serão mencionados dois.

MERTON (41), por exemplo, em estudo que já se tornou clássico - Influentes Locais e Cosmopolitas - pesquisou uma cidade de 11.000 habitantes que, segundo ele, está situada na vasta orla marítima do leste <u>a</u> mericano. Ademais, para atribuir-lhe caráter estritamente sigiloso, desig nou-lhe pelo nome fictício de Rovere.

O segundo exemplo é o estudo de LAWRENCE & LORSCH (29). Dizem literalmente :

"Com o fim de manter o necessário sigilo, evitamos uma designação mais específica do segmento escolhido das in

dústrias de recipientes e de produtos alimentícios. Da qui por diante referir-nos-emos aos segmentos escolhi dos como indústria de recipientes e indústria de alimentos.

De igual sorte, procura-se, neste trabalho, não identificar o município. O <u>sigilo</u> confere maior autonomia ao pesquisador, e o dei xa à vontade para expor os resultados.

Ademais, o nome da localidade não é elemento imprescin divel para a clareza dos resultados que se encontraram com esta pesquisa.

2.6. Amostragem.

Em função do modelo teórico proposto, e dos objetivos que norteiam esta pesquisa, foi necessário escolher uma amostra de coopera dos e outra de não cooperados, nos limites do mesmo município. Isto se deve ao fato de que, sendo a cooperativa apenas uma das alternativas de que dis põe a agropecuarista, era mister que todos os entrevistados dispusessem do mesmo quadro institucional de alternativas. Se a amostra se situasse em mais de um município, os recursos institucionais à disposição dos produtores rurais não seriam homogêneos. De igual forma, os resultados apresentariam dis crepâncias significativas para este tipo de estudo. A inclusão de não-cooperados se deve ao fato de que a não associação à cooperativa é fruto de processo decisório, e como tal, precisava também ser estudada.

Assinale-se que a determinação do universo das referidas amostras defrontou-se com várias dificuldades. A maior delas consistiu na divergência entre os dados oficiais.

O universo escolhido foi seccionado em dois : o de cooperados e o de não cooperados. Esta subdivisão foi obtida pelo processo de exclusão. I.e., selecionaram-se todos os sócios da Cooperativa num grupo, e em consequência, os demais componentes do universo compuseram o grupo de não cooperados.

A seguir, buscou-se determinar, aleatoriamente, 10% de cada grupo, para constituirem as duas amostras. Ademais, julgou-se inconveniente estabelecer amostras maiores, face à natureza do estudo. As amostras ficaram constituidas conforme o QUADRO 6.

QUADRO 6 - Composição das Amostras do Presente Estudo, por Categoria de Entrevistado e por Classe de Tamanho de Propriedade. Sul de Minas, 1977.

ÁREA (ha)	Cooperados	Não Cooperados	Total
Até 50	10	. 20	30
51 a 100	9	4	13
Mais de 100	10	4	14
TOTAL	29	28	57

FONTE : Dados da Pesquisa.

Observe-se que há maior concentração de entrevistados na classe compreendida entre um e cinquenta hectares. Conforme já se expôs anteriormente, a superfície média das propriedades da Região do Sul de Minas é de cinquenta e dois hectares.

Finalmente, lembra-se que a coleta de dados foi prolon gada além do previsto. A causa foi a reação contrária de bom número de entre vistados. Tal reação manifestou-se, em geral, pela tentativa de evitar a en trevista, adiando-a para outra data e/ou local. Por outro lado, cumpre regis trar-se que mesmo quando realizada em outra data e local, a entrevista lo grou bom nível de rapport⁴, eliminando-se, desta forma, a barreira entre en

ARapport - termo com muitos sentidos em Metodologia Científica. Define-selhe, aqui, da mesma maneira que GOODE & HATT (23): Um rapport existe entre o entrevistador e o informante, quando o último aceita os objetivos da pes quisa e procura ativamente auxiliar a obter a informação necessária.

trevistado e pesquisador. E o resultado obtido expressa-se pela boa qualida de das respostas aos questionários aplicados.

2.7. Técnicas de Coleta de Dados.

Para a coleta de dados foram utilizados dois recursos técnicos: a) ficha individual de informante; e b) roteiro de entrevista.

A ficha individual de informante é constituida de per guntas fechadas e abertas. Isto é determinado pelo tipo de informação deseja da.

Este método foi escolhido em função de seu menor custo econômico, e, em virtude de atender, plenamente, às necessidades da pesquisa.

Um dos objetivos iniciais, quanto à coleta de dados , era o de gravar boa parte das entrevistas. Contudo, aboliu-se esta pretensão, em face das dificuldades expostas no ítem anterior.

Como de costume, os questionários foram submetidos a teste preliminar, em 15% do total das amostras.

As questões fechadas foram respondidas de forma rapida. Entretanto, não se poupou tempo para a obtenção de respostas às questões <u>a</u> bertas. Isto determinou a esperada qualidade das informações, útil à tarefa de compreensão.

COSTA, citado por ALENCAR (01), comenta a respeito da técnica, aqui utilizada, para a coleta de dados:

"(...) A entrevista com roteiro, por meio de suas ques tões flexíveis, facilita a maior penetração do pesquisa dor no meio socio-econômico em estudo e também cria con dições mais abertas e maleaveis ao diálogo espontâneo e natural entre o pesquisador e o entrevistado".

A boa qualidade das informações lograda, conforme indicação anterior, corrobora, plenamente, o ponto de vista de CASTRO. Finalmen

te, registre-se que os dados foram coletados entre os meses de junho e setembro de 1977.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Reconhece-se que uma das limitações deste estudo $\tilde{\mathbf{e}}$ a \underline{u} tilização de vinte e sete variáveis descritivas do fato administrativo da em presa rural. A limitação consiste em não se levar em conta todo o volume decisões que permeia tal fato. Como já foi dito, trata-se de recurso metodo lógico, que detém. secciona ou paralisa o fato administrativo, para fins estudo. Tal recurso rouba-lhe o conteúdo dinâmico : a decisão. Contudo, mister que se conjecture acerca de tão importante componente. Tome-se, para comparação, a fotografia de pessoa conhecida. A fotografia é recurso de representar ao observador, a pessoa que estampa. Entretanto, a fotografia elimina a ação, e ainda, reduz o tamanho de quem está fotografado. Mas nada impede que se façam inferências quanto à dinâmica de quem está retratado nem quanto à real dimensão. É o que ocorre com o fato administrativo da empresa rural : é fato estancado e, talvez, com dimensões reduzidas. Mas, po de-se conjecturar a respeito de sua dinâmica e de sua real amplitude.

Para apresentar o fato administrativo da empresa rural, far-se-á, neste Capítulo, descrição de variável por variável. Para tanto, usar-se-ão tabelas. Este uso é algo abusivo, e foge à praxe de que se valem trabalhos semelhantes. Espera-se que tal abuso das tabelas seja tomado como esforço elucidativo e, sobretudo, como respeito a quem, porventura, manusear este volume. Após descrição individualizada das variáveis, far-se-á análise global das mesmas.

Se, de um lado, a descrição do fato administrativo da empresa rural fica prejudicada, por outro lado, corrobora a elucidação da decisão do produtor rural, no tocante à cooperativa. Isto ocorre em virtude do uso que se fará das variáveis elucidativas do fato administrativo, à seme lhança da pattern-variable parsoniana, ou da formula-mãe de Lazarsfeld, con forme îtem 2.2. Tal procedimento se deve à natureza subjetiva da teoria da ação social de Max Weber. As variáveis descritivas do fato administrativo es tarão presentes quais pilares e vigas : sustentáculos invisíveis de um edificio.

Justifica-se tal procedimento, porque a segunda parte da analise encerra o objetivo fundamental do presente trabalho.

Tendo em mente limitações e virtudes do método proposto, empreender-se-ão as tarefas descritivas e analíticas dos resultados deste es tudo.

3.1. Variáveis Individuais

3.1.1. <u>Idade</u>

O QUADRO 7 demonstra que cerca de 28% dos cooperados de claram possuir até cinquenta anos de idade. Não se registra, nesta categoria de entrevistados, nenhum elemento com mais de setenta anos de idade. Dentre os não cooperados, cerca de 27% estão situados na faixa etária que vai de

quarenta a sessenta anos. É notório que 7% dos elementos nesta categoria possuem mais de setenta anos de idade. Contudo, a idade média de cooperados foi de 50, 30 anos de idade, contra a média 54, 85 anos para não cooperados.

QUADRO 7 - Porcentagens de Idade de Cooperados e Não Cooperados Entrevista dos. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Idade	Cooperados	Não Cooperados	Total
Até 40 anos	10,51	10,50	21,01
40 ► 50	17,51	10,50	28,01
50 ← 60	14,12	15,75	29,86
60 <u>~</u> 70·	8,86	5,25	14,11
Mais de 70 anos	<u> </u>	7,00	7,01
TOTAL	51,00	49,00	100,00
(Frequencia)	(29)	(28)	(57)

FONTE : Dados da Pesquisa.

Embora o presente estudo possua limitações já considera das, é de bom alvitre que se considere a importância de uma variável, e, de modo específico, da variável individual : idade. É BOUDON (07) que assim se manifesta :

"(...) Qualquer que seja o problema sociológico que se queira demonstrar, confrontar-nos-emos sempre com o pro blema da construção das variáveis, isto é, da tradução dos conceitos e noções em operações de pesquisa defini das. A palavra variavel tem, notemos de passagem, uma história ambígua. Oriunda da matemática e da física teo rica, tomou nas ciências sociais um sentido cada mais amplo e pouco a pouco se estabeleceu o hábito compreender no conceito de variavel o resultado da par ticipação de conjuntos de objetos segundo um ou varios critérios específicos : sexo, nível de qualificação idade, são exemplos de variaveis. As classificações que correspondem a primeira e a segunda são, respectivamen te, nominal e ordenada; somente a terceira e quantita tiva e do mesmo tipo que as variaveis utilizadas

física. Poder-se-ia dizer para salientar as distinções que o sexo é um atributo de dois valores, a hierarquia profissional, uma ordem, a idade, uma variavel no sentido estrito da palavra (...)".

3.1.2. Grau de Instrução, em Termos de Educação Formal.

Esta variavel hierarquica, segundo expressa BOUDON no texto retrocitado, serve para assinalar certa heterogeneidade entre coopera dos e não cooperados. Apenas um indivíduo, dentre os cooperados, jamais fre quentou escola. Entre não cooperados somente dois receberam educação formal. O QUADRO 8 mostra que o maior porcentual, em ambas as categorias de entrevis tados, é de indivíduos com curso primário completo: 15,76% de cooperados e 27% de não cooperados. As discrepâncias surgem agora. Inexistem, entre não cooperados, pessoas com curso ginasial completo, com curso colegial incomple to e com curso colegial completo. O mesmo não acontece com relação a coopera dos, exceção feita apenas no que se refere a curso colegial incompleto. É no tório o porcentual de cooperados com curso superior. A julgar pelo QUADRO 8, os cooperados têm grau de instrução formal mais elevado, em termos proporcio nais.

QUADRO 8 - Situação da Educação Formal Recebida por Cooperados e Não Coope

Nível de Educação Formal	Cooperados	Não Cooperados	Total
Nunca frequentou escola	1,76	1,75	3,60
Primário incompleto	5,26	17,50	22,76
Primário completo	15,76	21,00	36,76
Ginasial incompleto	8,76	3,50	12,26
Ginasial completo	5,26		5,26
Colegial incompleto			-
Colegial completo	3,60		3,60
Curso superior	10,60	5,25	15,76
TOTAL	51,00	49,00	100,00
(FREQUÊNCIA)	(29)	(28)	(57)

FONTE: Dados da Pesquisa.

A despeito de tratar-se de variavel hierárquica, pos sui longo alcance interpretativo. Quando se confronta educação formal em ter mos sociais amplos, verifica-se que, antes de mais nada. é ela valor cultural aceito tacitamente. Pode-se ter melhor noção desta evidência através da exposição contida no ítem 3.1.7. Enfim, os dados obtidos aqui, prestam-se a várias outras correlações, a exemplo das referentes a local de nascimento. Isto, em termos de análise global.

3.1.3. Associativismo

Esta variável busca perquirir a respeito do interesse que ambas as categorias de entrevistados revelam por diferentes formas de vida associativa. O QUADRO 9 mostra que, em termos relativos, os não coopera

dos possuem maior interesse por dois tipos de vida societária : a eclesiásti ca e a sindical. Ademais, não possuem representantes junto ao Rotary Clube, nem ao Lions Clube. A participação sindical, quase maciça, de não cooperados, pode ser entendida como o único instrumento, de que dispõe esta categoria de entrevistados, para efetuar suas eventuais reivindicações. Seria de se espe rar, para esta categoria, maior participação político-partidária. Contudo ressalte-se que estes dados são relativos. O cômputo geral de respostas participação em formas de vida associativa é de sessenta, para não dos. O mesmo dado para cooperados, excluindo-se a participação na cooperati va, é da ordem de oitenta e cinco. Isto determina que, em termos a participação sindical seja maior, e a eclesiástica ligeiramente em nio, quanto a cooperados. A participação em parcerias e em clubes vos e esportivos é bastante significativa para cooperados, quando comparada com não cooperados. Em termos absolutos, a participação de cooperados em par tidos políticos é, também, comparativamente maior. Além de participarem cooperativa, encontram-se os cooperados integrados - em maior ou menor grauem cada uma das formas de vida associativa alinhadas no QUADRO 9. se a participação de ambas as categorias de entrevistados, encontra-se que a maior concentração se situa, também, na igreja e no sindicato rural.

Observe-se, finalmente, que os cooperados se inclinam mais a formas de vida gregária do que os não cooperados. Talvez é bom relembrar o que foi dito, no final do primeiro capítulo, sobre ambiente natural e ambiente técnico. Tem-se que, à exceção dos três primeiros ítens do QUADRO 9, os demais apontam, em certa medida, ao ambiente técnico.

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO

CEDOC/DAE/UFLA

QUADRO 9 - Porcentual de Frequência de Participação de Entrevistados Coopera dos e Não Cooperados em Outras Formas de Vida Associativa. Amos tras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Formas de Vida	Cooperados	Não Cooperados	Total
Associativa	(%)	(%)	(%)
Mutirão	2,04	1,36	3,50
Parceria	7,48	1,36	8,94
Sindicato Rural	19,36	17,10	35,46
Rotary Clube	0,68	7 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 - 1 -	0,68
Lions Clube	1,36		1,36
Igreja de qualquer confissão	17,10	17,78	35,78
Clubes Recreativos e Esportivos.	7,48	1,46	8,84
Partidos políticos	3,40	2,04	5,44
TOTAL	58,90	41,10	100,00
(FREQÜÊNCIA)	(85)	(60)	(145)

FONTE: Dados da Pesquisa.

3.1.4. <u>Valores</u>

A questão dos valores ocupa lugar proeminente nas preocupações da sociologia e de toda gama das disciplinas de ciências sociais.

Entretanto, não existe consenso, entre os sociólogos, quanto à maneira pela qual os valores atuam na vida social. Citem-se, de pas sagem, dois exemplos.

O primeiro, refere-se ao ponto de vista expresso por MANNHEIM (32). Segundo ele, as escalas de valores correspondem a sinais de trânsito que a sociedade organiza para orientar seus membros. Quando os individuos não possuem avaliações valorativas, pode ocorrer desorganização so

cial. Isto, para Mannheim, é suscetível de ocorrer em sociedades em mudança, visto que a mudança exige contínuo rearranjo de avaliações valorativas. Esta belece, por fim, uma dialética: a sociedade engendra valores, e, depende de les para subsistir em estágio não caótico.

Weber, citado por TIMASHEFF (59), entende que a ação existe como conduta de seres humanos individuais. As coletividades sociais não passam de reflexos, ou resultantes, das ações individuais. Portanto, à diferença de Mannheim, acredita Weber, que é a ação individual - inclusive a ditada por valores - que codifica e atribui forma à sociedade.

Finalizando estas considerações, lembra-se que uma das contribuições weberianas à sociologia foi o estudo dos valores. Em especial, adverte ao cientista a fim de que seja cauteloso ao analisar os valores, visto que somente uma atitude de isenção pode resguardar a objetividade científica do sociólogo. Seu discurso - A Ciência como Vocação (63) - ocupa-se exaustivamente do tema.

Os entrevistados, de ambas as categorias, foram solicitados a apontar as qualidades fundamentais que um homem deve possuir.

A palavra honestidade foi mencionada por 42,1% de cooperados e 38,6% de não cooperados. Um cooperado e dois não cooperados aponta ram a honestidade como qualidade única de um homem. Entrevistados de ambas as categorias usaram expressões sinônimas de honestidade. Dos cooperados, dois mencionaram a expressão: respeitador do próximo; outro usou os seguintes termos: ter moral e ser correto nos compromissos. Dentre os não cooperados, as expressões substitutivas, em diferentes casos, foram as seguintes: sinceridade, ser direito, ter bom caráter e ser bom pagador.

A fé religiosa foi apontada, como qualidade, por 8,77% de cooperados e por 14,28% de não cooperados. Este dado é interessante, por que no ítem anterior, a participação eclesiástica relativa de não cooperados

excedeu à de cooperados.

Ser trabalhador foi qualidade indicada por 24,5% de cooperados, e, por 19,39% de não cooperados.

Seguem-se algumas respostas isoladas de cooperados: ter calma, ser corajoso e entendido do que faz; ser bom chefe de familia; ser progressista, expansivo e atualizado e, por último, ter palavra e ser pon tual.

As respostas que ocorreram uma única vez entre não coo perados são : amar as pessoas, amar a vida e ser gente ; ser bom pagador ; ser dialogal e econômico.

Para ambas as categorias de entrevistados, as qualida des de um homem, encerram virtudes ou valores.

Finalmente, registra-se que quando solicitados a responder acerca das qualidade que um administrador rural deve possuir, o resulta do foi o seguinte: 24,56% de cooperados e 33,33% de não cooperados incluiram as virtudes entre os componentes que qualificam o administrador rural. Dentre as virtudes mencionadas, aqui, a honestidade predominou em ambos os grupos.

3.1.5. Tradicionalismo

Weber, conforme menção no capítulo anterior, qualifica de ação social somente a que está dotada de sentido. Estabelece, então, clara diferença entre a ação imitativa e a ação tradicional. Na primeira, o a gente não apreendeu o sentido que o imitado confere à ação; na segunda, existe dotação de sentido, até mesmo inconsciente, em função do consenso social a respeito da referida ação.

Ora, tratar-se de tradicionalismo num meio rural que ex

perimenta transformações radicais - conforme já foi sugerido no Capítulo Umnão constitui tarefa simples e fácil. Indicadores que são válidos para uma situação, não se aplicam a outra. Contudo, deve-se estabelecer nítida diferença entre saudosismo e tradicionalismo. O saudosismo é fuga da realidade, não raro, motivada pela inadequação do ator face às situações novas; em emergência. O tradicionalismo, ao contrário, pode ser forma adequada de ação social; a preservação de formas costumeiras de ação podem-se constituir em instrumental de resposta a situações novas, e ainda mais, dotado de elevado teor de racionalidade. A diferenciação proposta é tanto mais oportuna quando se estudam atitudes no meio rural.

Os dados desta pesquisa revelam que: 10,52% de coopera dos e 17,54% de não cooperados apresentam atitudes saudosistas. É possível que estas cifras revelem a inadequação individual às transformações que estão ocorrendo no meio rural.

Entrevistados, de ambas as categorias, ao responderem <u>a</u> cerca de sua preferência pelo *tempo antigo* ou pelo *tempo atual*, apresentaram respostas sintomáticas :

- Antigamente havia mais compreensão; cuidavam-se mais das amizades;
 - Tudo era mais facil e mais barato!;
 - De primeiro era mais calmo; mudou para pior;
 - O povo era mais honesto...;
- Havia menos protocolo : vendia-se o gado sem guia ; podia-se cortar lenha em qualquer lugar...;
- Tudo era mais barato, havia mais fartura e menos ambi ção.

Esta lista poderia prolongar-se ainda mais. As respostas, aqui reproduzidas, ilustram o que a atitude saudosista está significan

do para o meio rural em estudo.

Ao responderem sobre o que fazem com o leite na sextaseira santa, o resultado foi o seguinte : 42,10% de cooperados doam o leite a empregados e vizinhos, sendo que 16% o fazem por tradição ; 40,35% de não cooperados procedem da mesma forma, sendo que 26,31% declaram fazê-lo por tradição.

Outros fatores, como o religioso, já descrito, podem abrigar elevado teor de tradicionalismo.

Há, na recente literatura de sociologia e economia ru rais, trabalhos sobre a resistência a novas técnicas. Tal resistência, ao contrário de demonstrar tradicionalismo, num sentido pejorativo, aponta, não raro, a aguçada racionalidade da organização dos meios de produção. GALJART (22), MARTINS (35) e HOPPER (27) são algums exemplos desta posição.

Para finalizar, guardando-se em mente o referente anterior, apresentam-se dados da pesquisa relativos à resistência para a adoção de novas técnicas. O mérito destes dados não será discutido. Sua inclusão aqui, deve-se à possível importância para análises posteriores. Eis os resultados: 5,26% de cooperados se mostram resistentes à adoção, contra 5,26% de não cooperados. Dos cooperados, 17,55% manifestam-se dispostos a adotar no vas técnicas, somente depois de cotejá-las com seu procedimento habitual; a mesma cifra para não cooperados é de 10,52%.

3.1.6. Emoções

Os indicadores para esta variável são frágeis. Forma se gura de observar o estado emocional do agropecuarista - numa perspectiva so ciológica - consistiria em observações reiteradas de suas atitudes. Tal procedimento é inviável, neste trabalho, em função do tamanho das amostras utilizadas.

Aqui, a palavra emoção não tem o mesmo sentido que 1he atribui a moderna ciência psicológica. Trata-se de considerar, tão somente, aspectos comportamentais passíveis de observação direta, sem levar em conta as técnicas de detecção de reações emotivas. WEIL (64), assinala que na esfe ra neurovegetativa registram-se emoções no aparelho circulatório, no respira tório e no sistema glandular; ademais, existem reações emotivas detectáveis na esfera neuromuscular e na esfera intelectual. Entretanto, não se confere à emoção, presentemente, esse tratamento.

Cada entrevistado foi convidado a qualificar, ou descrever, seu temperamento. As respostas aparentam fidedignidade. O pesquisador teve a sensação de confirmar, por observação do entrevistado, enquanto durou a entrevista, sua auto-avaliação do temperamento. Embora tenha sido questão aberta, foi possível sintetizar as respostas no QUADRO 10.

As tipologias de temperamento do QUADRO 10 não guardam a menor relação com as da psicologia. Porém, relacionam-se com as designações apresentadas pelos próprios entrevistados. O conteúdo explicativo perde em rigor técnico e ganha em significação.

Observa-se, no QUADRO 10, que as menores concentrações ocorrem - em ambas as categorias de entrevistados - nos dois limites extremos: muito calmo e explosivo, respectivamente.

Quanto a decisões tomadas em estado de exacerbação emotiva, os resultados são os seguintes: 15,78% de cooperados e 15,80% de não cooperados. Entretanto, apenas 12,28% de cooperados e 8,77% de não cooperados declaram-se arrependidos de tais decisões.

QUADRO 10 - Porcentagens de Temperamentos Auto-Avaliados por Cooperados Não Cooperados. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Temperamento	Cooperados	Não Cooperados	Total
Muito calmo	7,00	8,76	15,76
Calmo	12,25	12,36	24,61
Meio nervoso	8,75	14,11	22,76
Nervoso	12,25	8,76	21,11
Explosivo	10,50	5,26	15,76
TOTAL	50,75	49,25	100,00
(FREQÜÊNCIA)	(29)	(28)	(57)

FONTE : Dados da Pesquisa.

3.1.7. Aspiração de Vida

Esta variavel averigua as aspirações que os agropecua ristas estabelecem para suas próprias vidas. É importante constatar a expectativa que cada entrevistado possui, a fim de estabelecer orientação a respeito da conduta individual.

MOULY (47) comenta que fracasso e êxito dependem do $n\underline{i}$ vel de aspiração de cada pessoa, e aduz :

"Se o individuo estabelece expectativas demasiadamente elevadas para suas capacidades, inevitavelmente experimentara fracassos desnecessarios; ao contrario, se estabelece objetivos muito faceis, pode obter êxitos relativamente imerecidos e, ao mesmo tempo, perder a oportunidade para maiores realizações. Um aspecto interessante do conceito de aspiração foi salientado por Sears: o êxito tende a fazer com que o individuo estabeleça objetivos adequados, enquanto o fracasso contínuo o leva a estabelecer objetivos irrealisticamente baixos (numa tentativa, aparentemente, de assegurar o êxito), ou a persistir em objetivos irrealisticamente elevados (aparentemente, numa tentativa desesperada para manter um auto-conceito de pessoa capaz)(...)".

Este trabalho não se ocupa em detectar insucessos ou $\hat{\underline{e}}$ xitos, mas intenta averiguar como está o nível de aspiração dos entrevista dos.

A pergunta - "Se o Sr. estivesse começando a vida agora, que gostaria de ser?" - obtiveram-se os seguintes resultados : 29,82% de cooperados e 28.07% de não cooperados gostariam de ser produtores rurais ; 17,54% de cooperados e 8,77% de não cooperados gostariam de ser profissionais liberais, aqueles preferindo medicina e estes agronomia, em termos gerais ; 3,5% e 1,75% de cooperados gostariam de ser, respectivamente, comerciantes e proprietários de caminhão ; 1,75%, 1,75%, 3,50% e 1,75% de não cooperados gostariam de ser, respectivamente, contabilistas, empregados de boa firma , funcionários públicos e militares.

Notória é a resposta dada por um não cooperado:

"Gostaria de ser qualquer coisa, menos produtor rural".

Não é raro que os pais projetem suas aspirações frustra das sobre os filhos. MOULY (47), ao comentar a respeito do mecanismo de compensação, afirma :

"Uma forma comum de compensação refere-se à compensação através dos outros. Por exemplo, os pais que se sentem inadequados por não terem tido uma educação completa , farão o possível para que o filho ou filha cheguem à u niversidade ou até os estudos de pos-graduação. Esse ti po de compensação exige identificação com o indivíduo a través do qual se compensa, a fim de obter satisfação vicária de suas necessidades, com a realização do outro. Um pai se identifica com o filho, de forma que as realizações academicas deste último se tornarão suas realizações (...)".

O que Mouly coloca no texto retro, é tão somente a visão do problema a partir da psicologia. Para a sociologia existem outras fon tes explicativas. As sociedades não são estáticas, mas dinâmicas. A mudança social traz consigo alterações nas formas de interação social, nas normasimplícitas ou explícitas - da sociedade e, sobretudo, nos valores que se im

põem, graças ao consenso e ao controle social. É possível que educação seja necessidade individual e valor social, ao mesmo tempo.

Estas observações são feitas a fim de que não se bus quem conclusões apressadas com relação aos dados do QUADRO 11.

A expressão não se aplica designa, no QUADRO 11, o por centual de pecuaristas que não têm filhos. Outros refere-se a um tipo de res posta relevante para os objetivos desta variável : Meus filhos podem ser o que quiserem, exceto produtores rurais.

A expectativa básica dos entrevistados, a respeito de seus filhos, é que se tornem profissionais liberais ; isto foi revelado por 26,26% de cooperados e 31,50% de não cooperados.

A menor expectativa dos pais, com relação aos filhos, é a de que sejam produtores rurais : 3,61% de cooperados e 3,5% de não cooperados.

Concluindo : as diferenças de resultado, entre este QUADRO e a pergunta anterior, são marcantes.

QUADRO 11 - Porcentagens de Aspiração Profissional dos Pais, em Relação aos Filhos: Entrevistados Cooperados e Não Cooperados. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Profissão Almejada Para os Filhos	Cooperados (%)	Não Cooperados (%)	Total (%)
Produtor Rural	3,61	3,50	7,11
Profissional Liberal	26,26	31,50	57,76
Indiferente	12,26	7,00	19,26
Outros	5,26	3,50	8,76
Não se aplica	3,61	3,50	7,11
TOTAL	51,00	49,00	100,00
(FREQÜÊNCIA)	(29)	(28)	(57)

FONTE : Dados da Pesquisa.

3.1.8. Necessidades Afetas à Produção

Esta variável busca oferecer um panorama das dificulda des e problemas que, segundo o pecuarista, têm maior peso para o desempenho de suas atividades econômicas globais.

O QUADRO 12, apresenta alguns problemas apontados com maior frequência, a saber :

a) Escassez de mão-de-obra

Entre os cooperados, os que se enquadram na classe de um a cinquenta hectares ressentem-se mais com o problema de mão-de-obra. Os não cooperados que apontam este problema como básico, situam-se na classe de cinquenta e um a cem hectares. Conforme se há de constatar, posteriormente, os não cooperados situados na classe de um a cinquenta hectares possuem atitude administrativa centrada na própria família, ou seja, todas as funções da propriedade são realizadas por mão-de-obra característicamente familiar. Tal não é assim com os cooperados.

A Região do Sul de Minas, onde se situam as amostras deste estudo, se caracteriza por crescente êxodo rural. Ademais, a legisla ção trabalhista, aplicada ao meio rural, provoca certo retraimento, por par te dos proprietários, quanto à contratação de empregados sixos ou permanen tes. Valem-se da mão-de-obra volante ou temporária.

Além disso, a orientação que as duas categorias têm a respeito do problema é diversa. Os cooperados tendem a compreender que as so luções dependem, em grande parte, deles próprios. Já os não cooperados se sentem incapazes de apontar soluções. Preferem transferir a responsabilidade da solução ao Governo Federal. Este fenômeno já foi salientado por GALJART (22), nos seguintes termos:

"Em minhas pesquisa no Brasil, conclui que a falta de cooperação entre agricultores é parte de uma sindrome,

cuja característica mais notável era uma busca ativa , por parte dos rurícolas, de benefícios a serem concedi dos por pessoas mais poderosas. Eles acreditavam que não podiam depender de seus proprios esforços (...)".

No caso desta pesquisa, selecionaram-se, ao acaso, três respostas que dão conta da orientação de não cooperados, quanto ao problema apontado:

- "(...) Talvez se o Governo acabasse com a lei traba lhista, melhoraria".
- "A lei protege muito os empregados ; a única solução seria oferecer mais oportunidade ao produtor rural para que progrida. O Go verno deveria acabar com a lei trabalhista na lavoura e acabar com o êxodo rural".
- "O Governo deveria aumentar o preço do leite e dar condições ao fazendeiro de pagar melhor os empregados".

Nestas citações, o elemento comum é a ação governamental. Buscam um tipo de patronagem, para usar uma expressão de Galjart, na pessoa mais influente de que têm conhecimento: o Governo. Observe-se ainda que, nas transcrições, há uma ordem ascendente quanto à compreensão do problema. E isto ocorreu involuntariamente.

Dos cooperados, transcrevem-se as seguintes respostas :

- "A solução do problema de mão-de-obra é muito difícil, porque o povo da roça está preferindo a cidade, e ninguém pode impedí-lo de ir embora".
- ''O problema poderia ser resolvido através do aumento do grau de mecanização da lavoura.''.
- ''Para o trabalhador rural deve ser feito um salário melhor a fim de impedir sua mudança para a cidade''.

Também estas citações expressam diferentes níveis de

orientação. Obedecem, por acaso, ordem ascendente quanto ao que sugerem para solucionar o problema de mão-de-obra. A primeira é pessimista, a segunda é solução situada fora do agente, e na terceira, a solução depende somente do pecuarista.

b) Preço dos produtos agropecuários

Segundo o QUADRO 12, este problema foi apontado com a maior intensidade. A concentração de respostas em torno dele foi máxima, a saber : 17.17% de cooperados e 16,16% de não cooperados.

A despeito da quase totalidade de entrevistados não efetuar quaisquer tipos de controles administrativos, conforme se verã adiante, possui plena consciência de que o preço de seu produto está subestimado. Talvez esta atitude possa ser denominada de administração intuitiva. Não dispõe de elementos considerados, pela teoria administrativa, indispensã veis à segura tomada de decisões, como por exemplo, a contabilidade.

Em consequência da subestimação de preços para os seus produtos, entrevistados de ambas as categorias, vêem na elevação dos referidos preços, solução para boa parte de seus problemas.

Os catorze cooperados (24,5%) que sugeriram a elevação do preço do leite, apontaram as medidas sintetizadas, a seguir :

- Maior adesão à Cooperativa, por parte dos produtores;
- Produção de leite tipo B, com vistas à filiação na CCPL (Cooperativa Central de Produtores de Leite);
- União dos fazendeiros para reivindicar o aumento;
- Ação governamental mais efetiva para estabilizar os preços;
- O problema do preço do leite não tem solução ;
- A Cooperativa deve empenhar-se na solução do problema do preço do leite;

QUADRO 12 - Porcentagens das Principais Dificuldades Apontadas pelos Entrevistados, de Ambas as Categorias. Para o Desempenho de suas Atividades Agropecuárias, por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

		Coope	rados		N	ão Coopera	idos		Total
Dificuldades Apontadas	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub- Total (%)	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	(%)
Escassez de mão-de-obra	5,05	1,01	5,05	11,11	8,08	3,03	3,03	14,14	25,26
Preço dos produtos agropecuários	5,05	7,07	5,05	17,17	11,11	3,03	2,02	16,16	33,33
Preço dos insumos	1,01	4,04	3,03	8,08	7,07	1,01	2,02	10,10	18,18
Obtenção de crédito rural	- .	1,01	1,01	2,02	1,01	-	-	1,01	3,03
Carência de mecanização	15-	1,01		1,01	1,01	-	-	1,01	2,02
Precariedade das estradas	2,02	1,01	-	3,03	2,02	-	-	2,02	5,05
Area insuficiente	2,02	-	-	2,02	2,02	-	-	2,02	4,04
Manutenção de cercas	T	1,01	1	1,01	2,02	H. =	2,02	4,04	5,05
Clima	1,01	1,01	_	2,02	2,02	_		2,02	4,04
TOTAL	16,16	17,17	14,14	47,47	36,36	7,07	9,09	52,52	100,00
(FREQÜÊNCIA)	(16)	(17)	(14)	(47)	(36)	(7)	(9)	(52)	(99)

FONTE : Dados da Pesquisa.

- O Governo deveria aumentar o preço do leite ;
- Subsídio governamental para o produtor de leite ;
- Liberação do preço do leite ou reajustamento compat<u>í</u> vel com o preço dos insumos ;
- Promoção de política mais realista de preços ;
- Garantia de preço mínimo ; e
- Ação política, junto a ministros de Estado, através da Cooperativa.

Também, treze não cooperados (22,8%) apresentaram solu ções semelhantes às retro descritas. Uma, porém, chama a atenção de manei ra peculiar :

"Provocar diminuição na oferta de leite para conseguir melhores preços para o produto".

Em resumo, as proposições de cooperados e não cooperados, quanto ao preço do leite, são basicamente três :

- União dos fazendeiros para reivindicar o aumento;
- Aumento auspiciado pela compreensão do problema, por parte do Governo ; e
- O problema não tem solução.

c) Custo dos insumos

Este foi mencionado como um dos três maiores problemas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Em certa medida, este problema é decorrente do anterior, visto que o preço do leite fica subestimado pelas despesas efetuadas com insumos. De fato, entrevistados de ambas as categorias demonstram este tipo de raciocínio. Ao lado da reivindicação de aumento do preço do leite, preconizam, em sua maioria, queda ou estabilização do preço de insumos.

Fica a impressão de que a palavra governo tem sentido vago e difuso, para vários entrevistados. Falam em governo, mas não indicam, de forma concreta, como chegar a ele. Acrescente-se, ainda, que nenhum dos entrevistados revela sensibilidade a questões conjunturais e estruturais 1<u>i</u> gadas ao exercício do governo.

Exemplo de questão conjuntural - ligada ao preço do lei te - reside no fato de que, a época da realização da pesquisa, o País atra vessava grave crise inflacionária, originada em parte, segundo alguns estudiosos, na crise da economia mundial.

A expansão do parque industrial brasileiro exige produtos agricolas - considerados de primeira necessidade - a preços baixos, a fim de estabilizar o mercado consumidor, constituido de operários, em sua maioria. Esta questão exemplifica o aspecto estrutural da economia brasileira, o que explica parte da questão do baixo preço do leite. O assunto em pauta é colocado, com felicidade, por MARTINS (35):

"(...) Os preços mínimos para a agricultura têm em ge ral sido fixados em termos muito próximos dos do merca do atacadista, deixando de atender à sua função inicial que seria a de manter em certo nível a renda agrária . Além do que, ao invês de serem fixados na época do plan tio, para justamente permitirem a previsão de lucro com patível com uma ação weberiana não-tradicional, são fixados antes da colheita, em função do custo de vida das populações urbanas. Nota-se, pois, que as condições de constituição da economia nacional, num país como este que arrancou dos alicerces da economia colonial (ao con trário do que ocorreu com os países metropolitanos), as sumem aqui um caráter particular, envolvendo tanto a economia e a sociedade agrárias quanto a economia e a sociedade industriais".

Entretanto, é notória a sensibilidade que os agropecua ristas revelam no tocante a preço do produto e de insumo, e carência de mãode-obra.

Esta última questão serviu, entre outros, para levantar problemas de legislação trabalhista, remuneração do trabalhador rural e êxo

do rural.

Os demais problemas suscitados são de menor magnitude , e podem ser observados no QUADRO 12.

3.1.9. Satisfação Pessoal

Esta variável destina-se a averiguar em que medida o pecuarista se sente realizado com o exercício de suas atividades.

Recordem-se, previamente, os comentários dos ítens:

3.1.5., que sugere a inadequação dos saudosistas; e

3.1.7., que estabelece aspirações de pecuaristas para si mesmos, e para seus filhos.

QUADRO 13 - Porcentagens de Grau de Satisfação Pessoal dos Agropecuaristas

Com Suas Atividades, Segundo Declaração de Cooperados e Não Coo

perados. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Grau de Satisfação	Cooperados	Não Cooperados	Total
Pouco satisfeito	1,65	1,75	3,73
Muito satisfeito	29,02	28,75	57,75
Muitissimo satisfeito	21,02	17,81	38,52
TOTAL	51,69	48,31	100,00
(FREQUÊNCIA)	(29)	(28)	(57)

FONTE : Dados da Pesquisa.

O QUADRO 13 sintetiza a opinião dos entrevistados - cooperados e não cooperados - quanto à propria satisfação pessoal.

Aparentemente, ninguém apresenta ausência de satisfação; os pouco satisfeitos são em número reduzido (3,73%) de respostas, entre cooperados e não cooperados. Os muito satisfeitos representam a maioria (57,75%)

de respostas em ambas as categorias de entrevistados). Finalmente, os muitis simo satisfeitos apresentam ligeiro declínio (38,52% de respostas entre coo perados e não cooperados).

Faz parte da dinâmica motivacional a intenção de progre dir. Isto significa que quanto maior é o grau de satisfação, maiores são as intenções de incrementar a atividade. Como assinalou MOULY (47), em citação anterior, satisfação gera satisfação e fracasso gera fracasso. Por esta razão, foi feita a seguinte pergunta aos entrevistados: "Quais são seus planos para o futuro?"

A despeito de ser pergunta aberta, foi possível sintetizar as respostas no QUADRO 14.

QUADRO 14 - Porcentagens de Planos Para o Futuro de Cooperados e Não Coopera dos, Referentes às Atividades Agropecuárias. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Plano	Cooperados	Não Cooperados	Total
Plano	(%)	(%)	(%)
Melhorar Pecuária	28,80	24,59	53,49
Melhorar Culturas	17,28	5,87	23,25
Ausência de Planos	5,86	10,19	15,95
Abandonar a Atividade	2,98	4,43	7,31
TOTAL	54,92	45,08	100,00
(FREQUÊNCIA)	(38)	(31)	(69)

FONTE : Dados da Pesquisa.

Vinte cooperados e dezessete não cooperados (53,49% do total de respostas) demonstram interesse em aprimorar a pecuária. Esta melhoria abrange vários aspectos, conforme especificação feita pelos entrevista dos: instalações, equipamentos, técnicas de manejo, pastagens, tamanho e qualidade do rebanho, dentre outros.

O interesse por melhoria de culturas é expresso por do ze cooperados e quatro não cooperados (23,25% do total de respostas). Em ge ral, referem-se à implantação ou ampliação de lavouras de café.

A idade avançada é responsável pela ausência de planos em quatro cooperados e sete não cooperados (15,95% do total de respostas).

Dois cooperados e três não cooperados (7,31% do total de respostas) desejam abandonar a agropecuária. Motivos : necessidade de morar na cidade e idade avançada.

Os dados deste QUADRO 14 conferem confiabilidade aos que se referem a grau de satisfação com o empreendimento agropecuário (QUADRO 13). Cotejando-se os dois grupos de dados, tem-se que a satisfação pes soal com a agropecuária é mediana, tendente a aumento.

3.2. <u>Variáveis Infra-Estruturais</u>

3.2.1. Tamanho de Propriedade Rural

A composição dos entrevistados, por área de propriedade, é a seguinte: 17,51% de cooperados e 35,11% de não cooperados possuem propriedades até cinquenta hectares, o que representa 52,62% entre ambas as a mostras; 15,65% de cooperados e 7,11% de não cooperados possuem área entre cinquenta e cem hectares, constituindo 22,76% de propriedades de ambas as ca tegorias de entrevistados; 17,51% de cooperados e 7,11% de não cooperados possuem área superior a cem hectares, representando 24.62% do total de pecua ristas entrevistados.

A area utilizada pelos entrevistados corresponde, na maioria dos casos, à area total. Exceção é feita com propriedades em que existem reservas florestais, terrenos alagados, etc. Não se registram as cifras que correspondem à exceção mencionada, por considerá-las pouco signifi

cativas para o comportamento global das propriedades.

Finalmente, a cifra de 52,62% de propriedades entre um e cinquenta hectares, reforça o que se afirmou no Capítulo Dois. Ora, a Região do Sul de Minas possui elevado número de minifundios, em relação ao Estado, sendo que a área média das propriedades, conforme já foi mostrado, é de cinquenta e dois hectares.

Os dados ora descritos, estão sintetizados no QUADRO 15.

QUADRO 15 - Porcentagens de Categorias de Entrevistados, por Classe de Tama

nho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Tamanho (ha)	Cooperados	Não Cooperados	Total (%)
1 50	17,51	35,11	52,62
50 —100	15,65	7,11	22,76
Mais de 100	17,51	7,11	24,62
TOTAL	50,67	49,33	100,00
(FREQUÊNCIA)	(29)	(28)	(57)

FONTE : Dados da Pesquisa.

3.2.2. Instalações

É importante para a compreensão de fatores infra- estruturais, o tipo e quantidade de instalações de que se valem os produtores rurais em estudo. Veja-se o QUADRO 16.

Os cooperados dispõem de menor número de casas-sedes , em relação aos não cooperados. A variável local de residência pode ajudar a explicar esta discrepância.

Por seu turno, cooperados dispõem de maior número de ca

sas para colonos (11,2% das instalações), em relação à cifra idêntica de não cooperados (3,48% das instalações). Estas cifras podem ser melhor compreendidas quando da consideração da mão-de-obra e do tamanho da propriedade.

Os cooperados possuem trinta e sete depósitos (7,14% das instalações) contra vinte e cinco depósitos (4,82 das instalações) de não cooperados.

As tulhas representam, entre as duas amostras, 5,01% das instalações.

Em números absolutos, os cooperados possuem vinte e seis galpões para máquinas, e os não cooperados, vinte e um, perfazendo o total de 9,08% de instalações, entre as duas amostras.

Enquanto cooperados possuem vinte e um estábulos (4,05% das instalações), os não cooperados possuem apenas sete (1,35% das instalações). Dentre os últimos, os que se situam na classe de mais de cem hectares não possuem nenhum.

Existem dezesseis troncos entre as duas amostras (3,09% das instalações). Os cooperados compreendidos entre cinquenta e um e cem hec tares, não possuem nenhum tronco.

Dezenove são os bezerreiros (5,01% das instalações) utilizados pelos cooperados. Somente os não cooperados até cinquenta hectares é que utilizam bezerreiro (1,35% das instalações).

Os currais estão distribuidos, de forma relativamente regular, entre todas as classes de cooperados e não cooperados, perfazendo o total de 14,1% das instalações.

Os cooperados usam silos, na sua maioria aéreos, num to tal de trinta e seis (6,95% das instalações). Este tipo de instalação é en contrado em apenas uma propriedade de não cooperado , da classe de um a cinquenta hectares.

QUADRO 16 - Porcentagens de Instalações Agropecuarias, por Categoria de Entrevistado e por Classe de Tamanho de Propriedade.

Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

		Cooperados				Não Coope	erados		Total
Instalações	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub- Total (%)	(%)
Casa sede	2,51	0,97	2,12	5,60	3,86	1,16	0,96	5,99	11,59
Casa para colono	0,96	2,31	7,91	11,20	1,73	0,20	1,54	3,48	14,68
Deposito	1,54	1,73	3,87	7,14	3,48	0,57	0,78	4,82	11,97
Tulha	0,39	1,16	1,16	2,70	1,35	0,77	0,19	2,31	5,01
Galpão para máquinas	1,35	1,35	2,31	5,01	2,90	0,38	0,78	4,06	9,08
Estábulo	1,16	1,16	1,73	4,05	1,16	0,20	-	1,35	5,40
Tronco	0,39	-	0,78	1,16	1,16	0,38	0,38	1,93	3,09
Bezerreiro	0,77	0,78	2,12	3,66	1,35	-	-	1,35	5,01
Curral	1,54	2,50	5,01	9,07	3,48	0,78	0,78	5,01	14,10
Silo	1,35	1,54	4,06	6,95	0,20	_	_	0,20	7,14
Sala de resfriamento para o leite	-	0,20	0,58	0,78	- 1 <u>-</u>	_	_	<u>-</u> -	0,78
Energia elétrica	1,16	0,78	1,36	3,29	0,96	0,20	0,38	1,54	4,82
Instalação hidráulica	1,16	1,16	1,55	3,87	2,50	0,38	0,58	3,48	7,33
TOTAL	14,28	15,64	34,56	64,48	24,13	5,02	6,37	35,52	100,00
(FREQÜÊNCIA)	(74)	(81)	(179)	(334)	(125)	(26)	(33)	(184)	(518)

PONTE : Dados da Pesquisa.

Equipamento destinado ao resfriamento do leite foi <u>en</u> contrado em quatro propriedades de cooperados (0,78% dos equipamentos), e em nenhuma propriedade de não cooperados.

Vinte e cinco propriedades dispõem de energia elétrica, sendo dezessete de cooperados e oito de não cooperados.

Instalação hidráulica é encontrável em vinte proprieda des de cooperados e em dezoito de não cooperados.

Eventualmente, outras variáveis - tecnologia empregada, mão-de-obra e assistência técnica - auxiliem na compreensão, tanto das instalações utilizadas, quanto de sua distribuição por classe de tamanho de propriedade.

3.2.3. Equipamentos.

O QUADRO 17, reflete o tipo de equipamento mais frequente mais frequente usado. O roteiro de entrevista inclui listagem maior do que a que aparece no QUADRO 17. Entretanto, foram eliminados os implementos cuja frequência foi muito reduzida.

Picadeira e desintegrador representam 28,02% dos equipamentos, compondo 16,38% dos equipamentos de cooperados, e 11,64% dos de não cooperados.

O arado manual (tração animal) é utilizado por vinte e seis cooperados e por quinze não cooperados, constituindo 17,67% do total de equipamentos.

Existem vinte e quatro pulverizadores costais entre cooperados, e quinze entre não cooperados. Representam 16,81% do total de equipamentos.

QUADRO 17 - Porcentagens de Equipamentos Agropecuários Utilizados, por Categoria de Entrevistados e por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

		Coopera	idos			vão Cooperad	os	1903	Total
Equipamentos	Ate 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	(%)
Picadeira e desintegrador	5,17	4,31	6,90	16,38	7,75	2,15	1,73	11,64	28,02
Arado manual	2,59	3,01	5,60	11,21	3,89	1,30	1,29	6,46	17,67
Pulverizador costal	2,59	3,01	4,74	10,34	4,31	0,86	1,29	6,46	16,81
Carro-de-boi	0,43	2,59	4,31	7,33	2,15	0,43	1,29	3,89	11,21
Carreta	0,86	2,16	3,44	6,46	2,59	-	0,43	3,02	9,48
Trator	0,43	1,30	3,02	4,74	-	-	-	_	4,74
Conjunto: arado de disco, grade e sulcador	0,43	1,72	3,02	5,17	_		_	 -	5,17
Conjunto de ordenhadeira mecânica	-	2,16	4,74	6,90	_	-	_	-	6,90
TOTAL	12,50	20,26	35,77	68,53	20,69	4,74	6,03	31,47	100,00
(FREQÜÊNCIA)	(29)	(47)	(83)	(159)	(48)	(11)	(14)	(73)	(232)

FONTE : Dados da Pesquisa.

Dezessete carros-de-bois (7,33% dos equipamentos) são encontrados entre cooperados, e nove (3,89% de equipamentos), entre não cooperados.

As carretas, de tração mecânica e animal, representam 9,48% de todos os equipamentos. Entre não cooperados, uma classe - a de cinquenta e um a cem hectares - não registra este tipo de implemento.

Entre os cooperados, existem onze tratores (4,74% de <u>e</u> quipamentos da categoria). ao passo que os não cooperados não possuem tratores. De igual sorte, é idêntica a situação, para ambas as categorias de <u>en</u> trevistados, quanto a conjunto de arado de disco, grade e sulcador.

Dezesseis conjuntos de ordenhadeira mecânica (6,9%) são encontrados entre cooperados, e nenhum, na categoria de não cooperados.

Em números absolutos, são mencionadas 232 unidades de implementos agrícolas : 159 unidades entre cooperados, e setenta e três en tre não cooperados.

3.2.4. Exploração Principal.

Conforme ja foi dito no Capítulo Um, considera-se explonação principal aquela que propicia maior renda bruta a entrevistados de ambas as categorias.

O QUADRO 18 da conta que, para ambas as categorias de entrevistados, o leite é considerado exploração principal (59,29% do total de respostas).

O segundo lugar, em termos de retorno econômico, é atribuido às culturas permanentes, para cooperados, e às culturas anuais para não cooperados (6,24% e 6,34%, respectivamente).

QUADRO 18 - Porcentagem da Principal Exploração Agropecuária, em Termos de Renda Bruta, por Categoria de Entrevistado e por Classe de Tamanho da Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

		Cooperado	S		N:	ão Coopera	idos		Total
Exploração	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Até 50 ha (%)	De 50 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub- Total (%)	(%)
Pecuária de leite	7,80	9,36	12,48	29,64	20,37	6,25	3,12	29,64	59,29
Culturas permanentes	3,12	3,12		6,24	1,55		-	1,65	7,81
Culturas anuais	-	-	3,12	3,12	6,33		-	6,34	9,37
Avicultura	1,56	-	-	1,55	1,56		-	1,55	3,13
Suinocultura		-	1,55	1,55	_	_	_	- 1-	1,57
Outras	3,12	3,12	1,55	7,80	7,80	257-	3,12	10,92	18,83
TOTAL	15,60	15,60	18,70	49,90	37,61	6,25	6,24	50,10	100,00
(FREQÜÊNCIA)	(10)	(10)	(12)	(32)	(24)	(4)	(4)	(32)	(64)

FONTE : Dados da Pesquisa.

O terceiro lugar é ocupado por culturas anuais, entre cooperados (3,12% do total de respostas da categoria), e por culturas perma nentes, entre não cooperados (1,65% do total de respostas da categoria).

As culturas anuais citadas com maior frequência são milho e hortaliças. As culturas permanentes referem-se, no geral, ao café.

A seguir, está a avicultura, com 1,55% do total de respostas de cada categoria, respectivamente.

A suinocultura foi mencionada por apenas um dos coopera dos.

O ítem Outras, refere-se aquelas propriedades em que o salário do proprietário supera as rendas auferidas na agropecuária, incluin do-se vencimentos de aposentados. Existem, também, propriedades que não es tão obtendo retorno, por estarem em fase de implantação.

Portanto, a despeito da subestimação do preço do leite, referida pelos pecuaristas anteriormente, é a pecuária a exploração principal, em termos de renda bruta.

3.2.5. Tecnologia Empregada.

O objetivo desta variável é averiguar a frequência com que certas técnicas foram utilizadas, nos últimos doze meses, pelos pecuaris tas entrevistados.

O uso de sal mineral e sal comum é prática generalizada entre os pecuaristas. De igual sorte, são generalizados, em ambas as catego rias de entrevistados, os seguintes procedimentos : aplicação de calcário em solos ácidos, adubação química e orgânica, conservação de pastagens naturais, plantio de forrageiras de inverno, ensilagem de milho e implantação de pique tes de capim Napier (é citado apenas este, por ser mais frequente). As técni

cas que vêm a seguir, conforme o QUADRO 19, ligam-se estreitamente ao manejo do rebanho.

Monta controlada. Este procedimento reporta-se ao plane jamento do tamanho de plantel e da produção de leite. Contudo, seu uso não é disseminado. Entre cooperados ele representa 2,7% de procedimentos técnicos, e entre não cooperados a 0,52%. 3,22% representam o uso da técnica, no cômputo geral.

Inseminação artificial. É procedimento relacionado ao anterior. Seu uso, entretanto, é escasso. Apenas 0,7% de cooperados valem-se de tal prática; situam-se na classe de mais de cem hectares. Não se observa o uso desta prática entre não cooperados.

Vacinação contra aftosa. É a prática que obteve, segum do a pesquisa, maior número de resposta. Vinte e nove cooperados, e vinte e sete não cooperados vacinam o rebanho contra aftosa. Portanto, apenas um não cooperado, deixa de vacinar o plantel. O uso deste procedimento cor responde a 18,16% do total de práticas técnicas, sendo este o índice mais elevado.

Vacinação contra brucelose. Dez cooperados e cinco não cooperados (3,3% e 2,56% das respostas por categoria, respectivamente), vacinam o gado contra brucelose. Sabe-se que a Região do Sul de Minas possui rebanhos brucélicos, e que há vitimas humanas, na Região, do referido mal. 5,86% referem-se ao uso da técnica, em comparação com o total de respostas.

Vacinação contra manqueira (carbúnculo sintomático). É prática mais usual que a anterior, e ligeiramente menos aplicada do que a vacinação contra aftosa. Corresponde a 8,58% do total de práticas entre cooperados, e a 7,44%, do mesmo total, para não cooperados. Representa 16,02% do total de técnicas utilizadas.

Aplicação de bernecida e carrapaticida. Justifica-se o agrupamento das duas práticas, porque o produto químico, de uso generalizado, destina-se ao combate de ambas as infestações. Do total de práticas entre cooperados, esta representa 8,16%; cifra idêntica para não cooperados, é da ordem de 6,2%. Em termos totais, esta prática representa 14,36%.

Cura de umbigo de bezerros. Esta prática destina-se à prevenção de infecções, de suscetibilidade à infestação de berne, ocorrência de hemorragias, etc. É efetuada por cooperados e não cooperados, perfazendo o total de 13,13%, entre todas as práticas.

Assistência técnica de veterinário. Os dados referentes a este procedimento devem ser cotejados com os do ítem 3.2.7., mais genéricos. Quinze cooperados, correspondendo a 4,35% das respostas entre a catego ria, declaram receber assistência de veterinário. Um, não cooperado - pertencente à classe compreendida entre cinquenta e um e cem hectares - recebe as sistência veterinária. Este ítem constitui 4,67% do total de respostas.

Uso de ração balanceada. Esta prática é bem generaliza da entre cooperados e não cooperados. Vinte e sete cooperados (8,47% entre as respostas desta categoria) e vinte e três não cooperados (18,11% das respostas da categoria), declararam alimentar seu rebanho com ração balanceada. Acresce-se que as respostas ao ítem estão distribuidas, equitativamente, a cada classe de tamanho de propriedade. Dado semelhante para não cooperados e da ordem de 7,14%.

QUADRO 19 - Percentagens de Procedimentos Técnicos Utilizados nos Últimos Doze Meses, por Cooperados e Não Cooperados, Segum do a Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

		Cooperado	S			Não Cooper	rados		Total
Procedimentos Técnicos	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Atē 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	(%)
Monta controlada	0,42	0,63	2,70	2,70	0,52	_	-	0,52	3,22
Inseminação artificial		-	0,70	0,70	<u>-</u>		_		0,70
Vacina contra aftosa	3,15	2,79	3,10	9,79	5,78	1,25	1,27	8,37	18,16
Vacina contra brucelose	0,70	0,63	1,81	3,30	2,54	<u>-</u>	-	2,56	5,86
Vacina contra manqueira	2,89	2,48	3,10	8,58	5,17	0,96	1,27	7,44	16,02
Bernicida e carrapaticida	2,16	2,79	3,10	8,16	4,34	0,96	0,95	6,20	14,36
Cura de umbigo (bezerros)	2,16	2,48	3,10	7,85	3,41	0,96	0,95	5,28	13,13
Assistência veterinária	1,24	1,59	1,81	4,35	-	0,31	h	0,32	4,67
Uso de ração balanceada	2,89	2,48	3,10	8,47	4,86	0,96	1,27	7,14	15,61
Outras técnicas de manejo	0,99	1,59	3,10	5,78	1,86	0,31	0,32	2,49	8,27
TOTAL	16,60	17,46	25,62	59,68	28,58	5,71	. 6,03	40,32	100,00
(FREQUÊNCIA)	(52)	(56)	(80)	(188)	(90)	(18)	(19)	(127)	(315)

FONTE : Dados da Pesquisa.

Uso de outras técnicas de manejo. Para obter respostas a este ítem, o entrevistador inquiriu os entrevistados sobre o uso de práticas, tais como : época pré-estabelecida para desmama de bezerros, utilização de bezerreiros, uso de fichas de controle do plantel, existência de cocho coberto, limpeza e desinfecção diária das instalações e equipamentos utiliza dos para a ordenha, número de ordenhas por dia, etc. A metade de respostas aos quesitos anteriores foi considerada suficiente para satisfazer o ítem. Para cooperados, representa 5,78% de respostas; para não cooperados, representa 2,49% de respostas. Analisado o ítem, em números absolutos, verificase que o uso de tecnologia para o rebanho é mais intenso entre cooperados do que entre não cooperados, conforme QUADRO 19.

3.2.6. Mão-de-Obra.

A análise da mão-de-obra - utilizada nas propriedades que compõem as amostras em estudo - sugere, implicitamente, noções acerca de mudança social, organização social e, sobretudo, acerca das mudanças por que passam as empresas rurais. Isto já foi mencionado nos capítulos anteriores. Segue-se a análise do QUADRO 20.

Duas propriedades, da categoria de cooperados, funcio nam apenas com mão-de-obra familiar; situam-se na classe compreendida entre cinquenta e um e cem hectares, e correspondem a 3,4% desta amostra. Das propriedades de não cooperados, seis executam suas atividades com mão-de - obra exclusivamente familiar; delas, cinco pertencem à classe de até cinquenta hectares, e uma, à classe compreendida entre cinquenta e um e cem hectares; juntas correspondem a 11,5% da amostra a que pertencem. Portanto, a propriedade caracteristicamente familiar predomina entre não cooperados.

Das propriedades pertencentes a cooperados, 10,3% fun cionam com mão-de-obra familiar e com empregados ocasionais. Ao todo, são se

te propriedades com este tipo de mão-de-obra, assim distribuidas : cinco na classe que vai de um a cinquenta hectares, uma na classe compreendida entre cinquenta e um e cem hectares, e uma na classe de mais de cem hectares. A mesma consorciação de mão-de-obra, entre não cooperados, corresponde a 15,75% das propriedades desta categoria. A distribuição, por classes, é a se guinte : sete, são propriedades entre um e cinquenta hectares ; uma, entre cinquenta e um e cem hectares; e uma, com mais de cem hectares. São, pois, nove propriedades que se valem de mão-de-obra familiar associada à do traba lhador temporário. Novamente, este tipo de consorciação de mão-de-obra é en contrado, em maior proporção, entre não cooperados.

Quanto a propriedades que somente utilizam <u>mão-de-obra</u> <u>fixa</u>, o resultado é o seguinte: a) cooperados, duas, significando 3,3% de propriedades da categoria; b) não cooperados, quatro, constituindo 7% de propriedades da categoria. O tipo de mão-de-obra ora descrito, predomina, também na categoria de não cooperados.

O último tipo de mão-de-obra utilizada é a que se com põe de empregados permanentes e temporários, sem a interferência do trabalho familiar. Neste caso, somente o proprietário exerce funções que são nitida mente administrativas, como se verá no ítem 3,3,2, Dezenove proprietários da categoria de cooperados, se incluem aqui ; representam 33,05% das proprieda des desta categoria. Por classe, sua distribuição é a seguinte: 7% de propriedades até cinquenta hectares; 8,65% das propriedades entre cinquenta e um e cem hectares; e 17,42% de propriedades com mais de cem hectares. A si tuação para não cooperados é diferente. 15,7% de propriedades da categoria, se incluem neste tipo de uso de mão-de-obra, representando nove propriedades. Por classe: seis, em propriedades com até cinquenta hectares; uma, em pro priedades de cinquenta e um a cem hectares; e duas, em propriedades de mais de cem hectares.

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO CEDOC/DAE/UFLA

QUADRO 20 - Porcentagens de Utilização de Mão-de-Obra, Segundo sua Composição, por Categoria de Entrevistado e por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

		Coopera	ados			vão Coopera	idos		Total
Composição da mão-de-obra	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	
Somente familiar.	-	3,40	-	3,40	8,75	1,76	-	11,50	14,11
Familiar e empregados temporários.	8,64	1,65	_	10,30	12,36	1,86	1,85	15,75	26,26
Somente empregados permanentes.	1,64	1,65	÷ (-	3,30	3,60	1,86	1,85	7,00	10,52
Empregados permanentes e temporários.	7,00	8,65	17,42	33,05	10,60	1,86	3,60	15,70	49,11
TOTAL	17,28	15,35	17,42	50,05	35,31	7,34	7,30	49,95	100,00
(FREQUÊNCIA)	(10)	(9)	(10)	(29)	(20)	(4)	(4)	(28)	(57)

FONTE : Dados da Pesquisa.

Embora exista certa distribuição homogênea dos tipos de composição de mão-de-obra entre não cooperados, a maior concentração o corre nos dois primeiros tipos : mão-de-obra exclusivamente familiar, e, familiar associada a empregados ocasionais. Entre cooperados, ocorre o opos to : existe significativa concentração no último tipo : mão-de-obra compos ta de empregados fixos e temporários.

3.2.7. Assistência Técnica

Conforme o QUADRO 21, dezesseis cooperados recebem as sistência técnica. Destes, quatro pertencem à classe que vai de um a cin quenta hectares; cinco pertencem à classe compreendida entre cinquenta e um e cem hectares; e, sete às propriedades com mais de cem hectares. Por origem da assistência técnica, os mesmos dados significam que : 26,05% a recebem da EMATER; 17,47% são atendidos pela Cooperativa; 13,03% são as sistência técnica somente de particulares; e os restantes, 13,03% recebem as sistência técnica somente de particulares.

Consoante ao mesmo QUADRO 21, apenas sete não coopera dos recebem assistência técnica. Por classe de tamanho de propriedade, a ci fra anterior se traduz da seguinte maneira : cinco pertencem à classe que vai de um a cinquenta hectares ; um, à classe compreendida entre cinquenta e um e cem hectares ; e um, à das propriedades com mais de cem hectares . Quanto à origem da assistência técnica, estes dados apresentam os seguintes porcentuais : 4,35% são atendidos pela EMATER ; 4,35% são assistidos pela Cooperativa ; 4,35% recebem assistência técnica da EMATER e de particula res ; e 17,37% a recebem, unicamente, de particulares.

Entre as duas amostras, o total dos que recebem as sistência técnica é da ordem de vinte e três proprietários. Esta cifra, con vertida em porcentuais de origem da assistência técnica, fica assim : da

EMATER, 30,47%; da COOPERATIVA, 21,6%; da EMATER e de particulares, 17,46% e, somente de particulares, 30,47%. Portanto, as maiores concentrações de frequência estão na EMATER e em particulares somente.

A regularidade com que os entrevistados recebem as sistência técnica é fator ponderável. 68,75% de cooperados que se valem da assistência técnica, recebem-na só ocasionalmente, ou quando solicitam. A mesma cifra, para não cooperados, é da ordem de 71,5%. Estes dados sugerem o caráter precário da assistência técnica recebida por ambas as amostras.

É assaz controvertida a questão da assistência técnica em países ditos subdesenvolvidos.

GUIGOU (25) discute problemas do sociológo rural, liga dos à ideologia da mudança. Eis uma de suas considerações, no artigo indica do :

"Assinalemos, por outro lado, que o sociologo - prático (sociologue-praticien), contrariamente ao psicologo so cial de inspiração rogeriana, busca, com a ajuda de con ceitos teóricos críticos e de um dispositivo analítico singular, não mascarar os verdadeiros problemas do de senvolvimento rural que são de natureza essencialmente política".

Não se pretende, aqui, descer ao mérito da questão. Por outro lado, não deixa de ser perturbador o significado rarefeito da assistên cia técnica, especialmente para não cooperados.

MARTINS (35), em estudo sobre a modernização da agricultura no Estado de São Paulo, liga seu tema a questão ideológica sutil. Encontra que, modernizar significa impor ao campo os valores urbanos. E este fato sutil, nem mesmo tem despertado a sensibilidade de agentes da modernização os extensionistas. Não raro, pretendem eles incutir valores urbanos no homem do campo, além de desprezarem questões importantes, como o retorno do capital investido pelo agropecuarista. E cita exemplo desolador, desse tipo de comportamento ideológico:

QUADRO 21 - Porcentagens de Cooperados e Não Cooperados que Recebem Assistência, por Origem de Assistência e por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Origem de Assistência Técnica	Cooperados				Não Cooperados				T
	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Atē 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Total (%)
EMATER	4,34	13,03	8,68	26,05	4,35	_		4,35	30,47
Cooperativa	8,69	8,79		17,47	-	4,35	-	4,35	21,60
EMATER e particular	4,34	-	8,68	13,03	4,35	-	-	4,35	17,46
Somente particular	-	-	13,03	13,03	13,02	-	4,35	17,37	30,47
TOTAL	17,37	21,83	30,39	69,58	21,72	4,35	4,35	30,42	100,00
(FREQUÊNCIA)	(4)	(5)	(7)	(16)	(5)	(1)	(1)	(7)	(23)

FONTE : Dados da Pesquisa.

"Um dos agrônomos entrevistados revelou preocupações centuadas desse tipo e a valorização que faz do conforto e do consumo ostensivo nas grandes cidades ; é até mesmo objeto de anedotas na região em que trabalha. Contaramme que ao chegar ao Rio do Peixe para iniciar a sua car reira de agrônomo regional, perguntou a uma pessoa onde ficava a boate local, ao que ela lhe respondeu que basta va apanhar o trem que estava na estação e ele o levaria ate la (era o trem que o trouxera de São Paulo e que ali fazia o retorno). No geral, o afastamento do mundo rural esta associado ao progresso pessoal, ao êxito. Desse mo do, os agentes da inovação so a concebem como das virtudes urbanas (simbolizadas pela maquina e tecnica moderna) sobre a sociedade agrária. A desvincula ção da racionalidade técnica e da racionalidade do capi tal, jā apontada por Schumpeter, indica os ideológicos orientadores da ação inovadora".

Ora, poder-se-ia falar em apatia do homem do campo, em preguiça, em falta de iniciativa, em resistência à mudança, entre outros. É uma solução mais simples, mas também, mais simploria. A questão de assistência técnica, pois, está a exigir análise mais profunda. Por esta razão, foram evocados os textos acima, lembrando-se que muitos outros poderiam ser mencio nados.

3.2.8. Capital.

Esta variável tem como finalidade precípua, localizar a proveniência do capital utilizado na pecuária.

A racionalidade quanto ao uso de bens de capital, está, em grande medida, relacionada com a racionalidade do próprio empreendimento a gropecuário. O ítem referente a principais problemas enfrentados no desempe nho da agropecuária, demonstrou a sensibilidade do produtor rural para ques tões relativas ao retorno do capital.

Como se observa no QUADRO 22, dentre os fatores considerados pelos entrevistados, como prioritários ao exercício da administração rural, o lucro recebe importância proeminente. Das respostas de cooperados, 21,25% apontam-no como fator prioritário. Dos não cooperados 21,25% de respos

tas ligam-se, também, ao lucro. Em suma, 42,5% de todas as respostas, cen tram-se no lucro. Infere-se, pois,que o problema de capital é sentido, de for ma aguda, por cooperados e não cooperados.

Por seu turno, o QUADRO 23, refere-se à utilização de crédito agrícola, nos últimos doze meses, por ambas as categorias de entrevistados.

Dentre os cooperados, 76% fizeram uso do crédito agríco la nos últimos doze meses. Considerando-se os dezenove cooperados que utiliza ram recursos de crédito, por classe de tamanho de propriedade, tem-se que : até cinquenta hectares, 20% utilizaram crédito; de cinquenta e um a cem hectares, 24% valeram-se do crédito; com mais de cem hectares, 32% de proprieta rios serviram-se do crédito.

A situação é diferente, para não cooperados. Apenas seis pessoas (24% do total das amostras) usaram crédito agrícola; quatro de propriedades com até cinquenta hectares; e, um de cada uma das duas classes restantes, respectivamente.

Em termos globais : 36% dos que utilizaram crédito, si tuam-se na classe entre um a cinquenta hectares ; 28,0% se localizam na clas se que vai de cinquenta e um a cem hectares ; e, 36% pertencem à classe de propriedades com mais de cem hectares.

QUADRO 22 - Porcentuais de Fatores Considerados Prioritários para o Exercício da Administração do Empreendimento Rural. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Fatores Prioritários	Cooperados (%)	Não Cooperados (%)	Total · (%)
Necessidades pessoais	3,75	1,25	5,00
Necessidades da família	15,00	21,25	36,25
Principios religiosos	2,50	3,75	6,25
Boa vizinhança	3,75	1,25	5,00
Lucro	21,25	21,25	42,50
Outros	2,50	2,50	5,00
тотаь	48,75	51,25	100,00
(FREQÜÊNCIA)	(39)	(41)	(80)

QUADRO 23 - Porcentuais de Utilização de Crédito Agricola, nos Últimos Doze Meses, por Categoria de Entrevistado e por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Classe de Tamanho de Propriedade	PECUARISTAS QUE UTILIZARAM CRÉDITO AGRÍCOLA								
(ha)	Cooperados	Não Cooperados	Total						
Até 50	20,00	16,00	36,00						
51 - 100	24,00	4,00	28,00						
Mais de 100	32,00	4,00	36,00						
тотаь	76,00	24,00	100,00						
(FREQUÊNCIA)	(19)	(6)	(25)						

Sem embargo, os dados relativos a crédito agrícola podem mascarar a realidade dos fatos e distorcer o interesse principal atribuido a esta variável. Isto se deve ao fato de que as amostras não são constituídas por pecuaristas, mas por agropecuaristas. O ítem 3.2.4. dá conta desta possibilidade, entre outros.

Os dados do QUADRO 24, se prestam a análise mais realista. Estabelecem a proveniência do capital utilizado, de forma específica, na pecuária leiteira.

Entre os cooperados, encontram-se sessenta e nove respostas quanto à procedência do capital utilizado na pecuária. Sua distribuição, por ítem, fica assim: a) leite, 17,02%; b) venda de bezerros e novilhos, 11,1%; c) venda de esterco, 0,74%; d) café, 4,44%; e) crédito agrícola, 9,62%; e f) outros, 8,14%. O último ítem, refere-se à aplicação de capital na pecuária, proveniente de: culturas anuais, salários, aposentadoria, avicultura, suinocultura, etc.

As sessenta e seis respostas de não cooperados, acerca da origem do capital empregado na pecuária, estão assim itemizadas : a) lei te, 18,6%; b) venda de bezerros e novilhos, 12,58%; c) venda de esterco , 4,44%; d) café, 2,22%; e) crédito, 1,48%; e, f) outros, 9,62%. Este último îtem se assemelha ao de cooperados.

Quer seja por categoria de entrevistados, quer seja em termos globais, o leite é a principal fonte do capital empregado na pecuária. Desta maneira, elucida-se, também, a questão do crédito agrícola ligado à pecuária: dos dezenove cooperados que utilizaram crédito nos últimos doze meses, apenas treze aplicaram-no, total ou parcialmente, na pecuária; dos seis não cooperados, somente dois aplicaram crédito na pecuária.

QUADRO 24 - Porcentuais de Origem de Capital Utilizado na Pecuaria, por Categoria de Entrevistado e por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

		Cooperado	S			Não Coope	erados		Total
Origem de Capital	Atê 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	(%)
Leite	5,18	5,92	5,92	17,02	12,58	2,96	2,96	18,60	35,52
Bezerros e novilhos	3,70	2,96	4,44	11,10	9,62	1,48	1,58	12,58	23,68
Esterco	0,74	40-3		0,74	3,70	<u>-</u>	0,74	4,44	5,18
Cafe	1,48	0,74	2,22	4,44	-	1,48	0,74	2,22	6,66
Crédito	2,22	2,96	4,44	9,62	1,48			1,48	11,20
Outros	4,44	0,74	2,96	8,14	7,40	<u>-</u>	2,22	9,62	17,76
TOTAL	17,76	13,32	19,98	51,06	34,78	5,92	8,24	48,94	100,00
(FREQUÊNCIA)	(24)	(18)	(27)	(69)	(47)	(8)	(11)	(66)	(135)

3.2.9. Rebanho

Não resulta difícil perceber a importância do rebanho para este estudo. Esta variável destina-se a descrever o rebanho de ambas as amostras, qualitativa e quantitativamente.

As principais raças encontradas nas amostras são: Ho landesa, Gir e Jersey. Geralmente, os reprodutores pertencem a uma destas raças. As matrizes podem pertencer a uma delas, ou não. Encontram-se, com maior frequência, rebanhos designados de mestiços. Provêm de cruzamento de reprodutores de uma das raças mencionadas, com matrizes ditas comuns. Por conseguinte, é raro encontrarem-se rebanhos inteiros, pertencentes a raça única.

O QUADRO 25, mostra a composição do rebanho estabelecen do a percentagem e a média de cabeças, por classe de tamanho de propriedade.

As duas amostras reunidas totalizam 3366 cabeças, assim distribuidas: 21,54% pertencentes à classe que vai de um a cinquenta hecta res; 24,99% situados na classe compreendida entre cinquenta e um a cem hectares; e 53,47% pertencem a propriedades com mais de cem hectares. A média de cabeças, das mesmas classes são: 24,17, 64,68 e 128,56, respectivamente.

Mattoso, citado por MONTEIRO et alii (45), sugere uma composição ideal para o rebanho de corte. Tomando-se esta sugestão como aplicavel ao rebanho leiteiro, ter-se-ia, segundo Mattoso, a seguinte composição ideal para o rebanho: touros e tourinhos, 1%; vacas secas, 9%; vacas em lactação, 36%; novilhas, 18%; e, bezerros, 36%.

QUADRO 25 - Composição do Rebanho, Porcentagens e Média de Cabeças de Bovinos por Classe de Tamanho da Propriedade. Amostras em Estudo. Sul de Minas, 1977.

Classe			Com	posiçã	o do	Reba	nho			
de	Reprodut	cores	Vaca	ıs	Novilh Novilh		Bezerra:		Tota	a1
Tamanho de Propriedade (ha)	% por Classe de Propriedade	x por Classe de Propriedade								
Ate 50	28,75	0,77	24,21	12,80	13,23	3,87	24,54	6,73	21,54	24,17
50 - 100	26,25	1,62	24,84	30,30	25,20	17,00	24,91	15,76	24,99	64,68
Mais de 100	45,00	2,57	50,95	57,71	61,57	38,57	50,55	29,71	53,47	128,56
TOTAL	100,00	<u>-</u>	100,00	- <u>-</u>	100,00		100,00		100,00	
	(80)		(1586)		(877)		(823)		(3366)	

O QUADRO 26 sintetiza a composição porcentual do rebanho de cooperados e não cooperados. Para cooperados encontram-se os seguintes resultados médios: touros e tourinhos, 2,72%; vacas secas, 14,74%; vacas em lactação, 31,75%; novilhas, 43,69%; e, bezerros, 7,10%. A composição média do rebanho de não cooperados está assim estabelecida: touros e tourinhos, 2,57%; vacas secas, 13,01%; vacas em lactação, 32,67%; novilhas, 36,28%; e, bezerros, 15,47%. Agrupando-se as duas amostras, encontra-se a seguinte composição média: touros e tourinhos, 2,55%; vacas secas, 15,01%; vacas em lactação, 31,95%; novilhas, 40,51%; e, bezerros, 9,98%.

A composição porcentual dos rebanhos, em estudo, difere da composição ideal proposta por Mattoso. Esta discrepância ocorre quando se considera o rebanho de cooperados e não cooperados isoladamente, ou quando se tomam ambos os rebanhos numa análise global.

3.2.10. Distância da Propriedade.

A importância desta variável reside, entre outros pontos, no aspecto de utilização do quadro institucional urbano, por parte do agrope cuarista, e no da comercialização de seus produtos.

O QUADRO 27 mostra a distância das propriedades que com põem as duas amostras, em relação à sede do município.

Tem-se, pois, que 75,86% de propriedades de cooperados, e 92,86% de não cooperados, situam-se entre zero e quinze quilômetros da sede do município. Estes dados, tomados em relação ao conjunto de propriedades das duas amostras, contêm 84,15% das propriedades.

QUADRO 26 - Composição Porcentual do Rebanho Leiteiro, por Categoria de Entrevistados e por Classe de Tamanho de Propriedade.

Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Classe de Tamanho de			Сооре	rado	S			Não	Coo	pera	ados	
Propriedade (ha)	Touros e Tourinhos	Vacas Secas	Vacas em Lactação	Nov <u>i</u> lhas	Bezer ros	Total	Touros e Tourinhos	Vacas Secas	Vacas em Lactação	Novi lhas	Bezer ros	Total
Até 50	3,76	14,18	29,48	46,27	6,34	100	2,81	18,14	29,16	35,64	14,25	100
50 100	2,46	13,36	33,03	45,62	5,53	100	2,56	10,77	35,43	32,32	16,92	100
Mais de 100	1,94	16,68	32,75	39,18	9,45	100	2,36	10,13	31,43	40,88	15,20	100
Média	2,72	14,74	31,75	43,69	7,10	100	2,57	13,01	32,67	36,28	15,47	100

QUADRO 27 - Porcentagens de Cooperados e Não Cooperados Segundo a Distância da Propriedade à Sede do Município. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Distância até a Sede	Cooperados	Não Cooperados	Total
do Município (km)	(%)	(%)	(%)
Até 15	38,52	45,61	84,15
Mais de 15	12,26	3,61	15,85
тотаь	50,78	49,22	100,00
(FREQUÊNCIA)	(29)	(28)	(57)

As propriedades que se situam a mais de quinze quilôme tros da sede do município, estão assim distribuidas : de cooperados, 12,26 % e de não cooperados, 3,61%. Perfazem o total de 15,85% de propriedades a mais de quinze quilômetros da cidade.

Portanto, os não cooperados estão situados em distân cias mais privilegiadas do que os cooperados.

QUADRO 28 - Porcentagem de Categorias de Entrevistados, por Classe de Distân cia das Propriedades aos Receptadores de Leite. Amostras em Est<u>u</u> do, Sul de Minas, 1977.

Classe (km)	Cooperados	Não Cooperados	Total (%)
Até 15	42,15	38,50	80,65
Mais de 15	8,85	10,50	19,35
TOTAL	51,00	49,00	100,00
(FREQÜÊNCIA	(29)	(28)	(57)

As distâncias retro ficam relativizadas quando se con sideram dados a respeito da utilização de veículo próprio para ir da proprie dade à cidade, e vice-versa. Dos cooperados, 82,75% dispõem de veículo próprio. Este dado, para não cooperados, é da ordem de 60,71%.

Infere-se, pois, que a distância, da propriedade à sede do município, não constitui obstáculo para filiação à cooperativa.

Por sua vez, o QUADRO 28, apresenta as distâncias das propriedades aos receptadores de leite (Cooperativa, Laticínios e venda in natura).

Entre cooperados, o leite é transportado em distância máxima de quinze quilômetros, para 42,15% dos casos. Cifra idêntica para não cooperados, é da ordem de 38,5%. Tomando-se as duas categorias de proprieda des, em relação ao total das amostras, a distância de até quinze quilômetros, entre propriedade e receptador de leite, é atribuida a 80,65% de proprieda des.

Situam-se a mais de quinze quilômetros do receptador de leite: 8,85% de propriedades de cooperados e 10,5% de não cooperados. Toma dos em conjunto, estes dados representam 19,35% do total de propriedades de ambas as amostras.

3.2.11. Sistema Viário.

Esta variável detecta, em especial, a qualidade das vias que dão acesso às propriedades rurais de ambas as categorias de entre vistados.

O QUADRO 29 dá conta da qualidade das estradas que li gam as propriedades à sede do município.

Entre os cooperados, os porcentuais de propriedades, se

gundo classificação das vias de acesso, são as seguintes : 13,02% têm vias asfaltadas inteiramente ; 7,75% têm vias asfaltadas parcialmente ; 16,61% são servidas por estradas não asfalticas, mas transitáveis o ano inteiro ; e 10,62% ligam-se por vias intransitáveis à época das chuvas.

A classificação das estradas, para não cooperados, fica assim constituida: 7,25% possuem vias asfaltadas inteiramente; 29% são ser vidas por estradas asfaltadas parcialmente; 8,75% possuem estradas não as faltadas, mas transitáveis durante o ano inteiro; e 7% possuem vias intransitáveis à época das chuvas.

Tomando-se as duas amostras em conjunto, a classifica ção, por qualidade de estradas, fica assim : 19,37% das propriedades estão servidas por vias asfálticas : 36,76% possuem estradas parcialmente asfalta das ; 26,36% valem-se de vias sem asfalto, mas transitáveis durante o ano inteiro ; e 17,51% possuem estradas intransitáveis à época das chuvas.

Conforme menção no item anterior, 82,75% de cooperados e 60,71% de não cooperados dispõem de veiculo próprio para sua locomoção.

Embora a variável não se ocupe da análise das vias de acesso que ligam as propriedades aos receptadores de leite, o QUADRO 30 sintetiza tal situação.

Em termos globais, ficam tais vias assim classificadas: 5,43% de propriedades ligam-se ao receptador de leite por vias asfálticas ; 35,03% de propriedades ligam-se ao receptador de leite por estradas parcial mente asfaltadas ; 27,54% ligam-se por vias não asfaltadas, mas transitáveis durante o ano inteiro ; 11,1% não dispõem de acesso à época das chuvas ; e 20,9%, classificam-se como outros (conforme explicação contida no QUADRO 30).

· QUADRO 29 - Classificação de Estradas que ligam as Propriedades à Sede do Município, em Termos Porcentuais, por Categoria de Entrevistado e por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

		Cooperados				Não Coop	erados		Total
Classificação de Estradas	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Atē 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Total
Totalmente asfaltada.	7,00	5,01	1,76	13,02	3,50	1,75	-	7,25	19,37
Parcialmente asfaltada.	4,13		3,40	7,75	23,75	1,75	4,50	29,00	36,76
Sem asfalto, mas transitável									
o ano inteiro.	3,50	7,00	7,00	16,61	6,25	1,75	1,75	8,75	26,36
Intransitavel à época das									
chuvas.	1,76	3,30	4,14	10,62	3,50	1,75	1,75	7,00	17,51
TOTAL	16,39	15,31	16,30	48,00	37,00	7,00	8,00	52,00	100,00
(FREQUÊNCIA)	(10)	(9)	(10)	(29)	(20)	(4)	(4)	(28)	(57)

QUADRO 30 - Porcentagem das Estradas que Ligam as Propriedades Rurais aos Receptadores de Leite, Segundo sua Classificação por Categoria de Entrevistado e por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

		Coopera	ados		N	lão Cooperado	os		Total
Classificação das Estradas	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Total (%)
Totalmente asfaltada.	3,60	_	1,73	5,40		_	-	-	5,43
Parcialmente asfaltada.	5,40	1,84	4,53	13,70	12,95	3,70	3,70	20,35	35,03
Sem asfalto, mas transitāvel o									
ano inteiro.	3,60	6,40	3,70	13,70	8,25		3,70	12,85	27,54
Intransitavel à época das chuvas.	_	3,70	3,70	6,30	1,85	1,85	-	3,80	11,10
Não se aplica ⁽¹⁾	3,60	3,70	3,70	10,10	12,95	1,85		13,80	20,90
TOTAL	16,20	15,64	17,36	49,20	36,00	7,40	7,40	50,80	100,00
(FREQÜÊNCIA)	(10)	(9)	(10)	(29)	(20)	(4)	(4)	(28)	(54)

⁽¹⁾ Refere-se a propriedades que industrializam o próprio leite, ou vendem-no in natura, ou que estão situadas a menos de 1 km do receptador de leite.

3.3. <u>Variaveis Estruturais</u>

3.3.1. Estrutura Empresarial.

Esta variável descreve a estrutura interna das proprieda des que compõem as amostras de cooperados e não cooperados.

Ainda são escassos os estudos relativos à maneira pela qual se organizam, administrativamente, as propriedades rurais.

O primeiro ponto de referência que se tem, para este es tudo, é a consideração a respeito da composição da mão-de-obra, no ítem 3.2.6.. Percebe-se, por aquela variável, que a mão-de-obra nas empresas de cooperados é predominantemente, baseada na conjugação de trabalhadores fixos e temporários. Por outro lado, a predominância, entre não cooperados é de mão-de-obra estritamente familiar, ou desta, conjugada à de trabalhadores tem porários. Estas considerações servem de ponto de partida para a análise desta variável.

VASCONCELLOS & NOGUEIRA (60) apresentam modelos de estrutura organizacional para empresas indusitriais e/ou comerciais. Para os objetivos colocados aqui, usar-se-ão dois dos modelos apontados pelos referidos autores, para adaptá-los em seguida, à compreensão da organização das empresas rurais em estudo.

Estrutura Radial - VASCONCELLOS & NOGUEIRA (60) definemna da seguinte maneira :

"A estrutura radial foi a primeira noção de organização empresarial de que se tem noticia. Ela se caracteriza pe lo agrupamento em torno de um homem apenas - o lider ab soluto, o senhor - em torno do qual gravitam todos os de mais participantes da força produtiva e do qual emanam todos os objetivos, planos e ordens".

A seguir, apresentam a representação gráfica da estrutura radial, segundo VASCONCELLOS & NOGUEIRA (60):

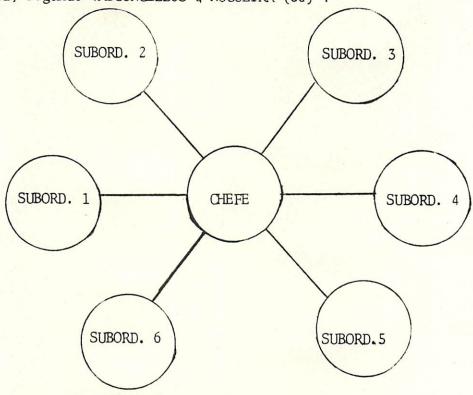


FIGURA 5 - Representação Gráfica da Estrutura Radial.

Não resulta difícil compreender que é modelo que se presta a explicar a organização da empresa rural, de características menos complexas.

Acompanhando o modelo, ter-se-ia que : o chefe é o proprietário rural ; os subordinados podem ser membros da família e/ou trabalha dores temporários e fixos. Não é preciso que se diga que, ao redor do proprietário, pode gravitar maior ou menor quantidade de mão-de-obra.

Alguns proprietários, já pela idade, já pelo exercício de outras ocupações, declararam haver incluído um filho, ou a esposa, para compartilhar de suas funções.

Concretamente, o uso deste tipo de estrutura radial, em empresas rurais, apresenta os seguintes resultados :

a) Centralizada apenas no proprietário : 19,29% de pro

priedades de cooperados, e, 24,56% de propriedades de não cooperados;

b) Centralizada no proprietário e outro membro da família: 12,28% de propriedades de cooperados, e, 12,28% de propriedades de não cooperados.

Estrutura em Linha

Dizem VASCONCELLOS & NOGUEIRA (60) que:

"A estrutura em linha apareceu pela necessidade de divisão da supervisão de tarefas, uma vez que era impos sível, com o crescimento da organização, um só homem controlar grupos a cada dia maiores".

A seguir comentam que essa estrutura pode apresentar duas variações : estrutura em linha pura, onde há divisão quantitativa de ta ne has, e se caracterizam por autoridade descendente, ausência de especializa ção e prestação de contas única, ao superior imediato ; estrutura em linha departamental, em que as tarefas são divididas quantitativa e qualitativamente, e cada supervisor é especializado em uma atividade, não sendo portan to substituível por outro do mesmo nivel hierárquico.

Encontram-se, nas amostras estudadas, variações e até combinações de ambos os tipos de estrutura em linha. Entretanto, é mister que se tenha em mente que as motivações geradoras destas estruturas, no meio rural, em estudo, divergem das apontadas na citação anterior. Não se origi nam por causa do crescimento do empreendimento rural. Antes, sua fundamenta ção reside na maneira de organizar a mão-de-obra, a fim de evitar conflitos, e consequentemente, aumentar a produtividade. Não há, pois, substituição de supervisor por outro do mesmo nível hierárquico. Em produtor ao referir-se à divisão de trabalho, em sua propriedade, disse que um retireiro, um encar regado de culturas e um encarregado de máquinas, exercem suas funções, sem que um dê palpites no trabalho do outro. Quando isto acontece, é motivo de séria contenda.

Observem-se, pois, três tipos, aparentados, de estrutura em linha:

a) O primeiro é estritamente vertical, caracterizado por autoridade descendente, embora a divisão de trabalho seja qualitativa. \underline{E} xemplo gráfico deste tipo de organização :

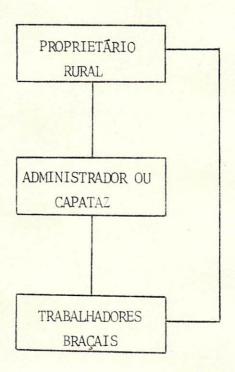


FIGURA 6 - Representação gráfica da Estrutura em Linha Vertical Simples.

Enquadram-se neste tipo de estrutura organizacional : 12,28% de propriedades de cooperados ; e. 3,52% de propriedades de não cooperados.

b) O segundo é vertical e horizontal, e descreve um tipo de organização algo mais complexa do que a anterior. Do proprietário, originam-se, em sentido descendente de autoridade, duas ou três departamentalizações, que representam tarefas qualitativas. Abaixo dos departamentos situa-se a mão-de-obra braçal. Seguem-se as respectivas representações grāficas.

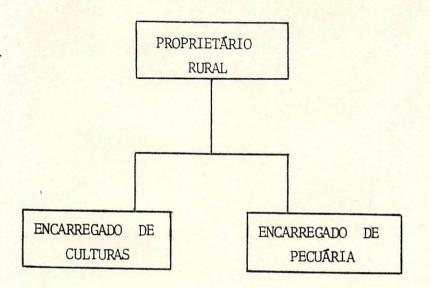


FIGURA 7 - Representação Gráfica de Estrutura em Linha, com Dupla Departamen talização

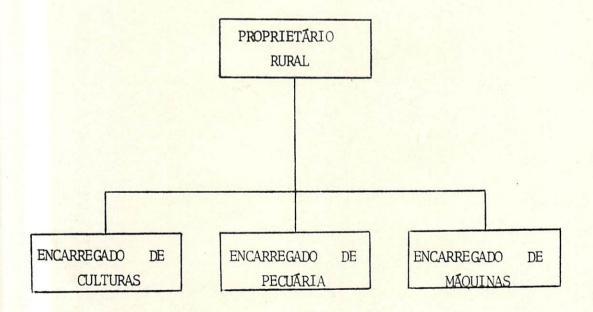


FIGURA 8 - Representação Gráfica de Estrutura em Linha, com Tríplice Departa mentalização.

Estes tipos de estrutura são encontrados nas senguintes proporções :

- Estrutura em linha, com dupla departamentalização : 1,75% de propriedades de cooperados ; e, 1,75% de propriedades de não cooperados ;
- Estrutura em linha, com triplice departamentalização: ocorre somente em propriedades de cooperados, representando 6,89% do total desta categoria.
- c) Finalmente existe um terceiro tipo de estrutura em linha, que consiste na combinação da estrutura em linha vertical simples com a estrutura em linha, com triplice departamentalização. Ocorre que o proprie tário delega poderes a um administrador, ou capataz, para supervisionar os respectivos encarregados. Este tipo de estrutura ocorre apenas em 5,26% de propriedades de cooperados. Constitui, pois, uma forma de estrutura hibrida, e sua representação gráfica é a que segue:

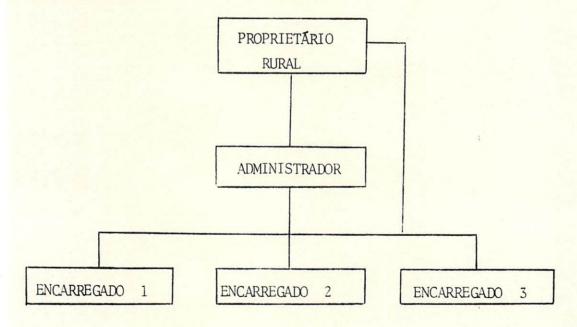


FIGURA 9 - Representação Gráfica de Estrutura em Linhas Vertical e Horizon tal (Estrutura Híbrida).

Finalmente, 3,51% de propriedades de cooperados, e 5,26% de não cooperados apresentam um caso sui generis para o estudo de orga nizações: o proprietário abarca todas as funções de administração e de produção; não possui nenhum tipo de auxiliar. Entretanto, isto é esperado para o caso de organizações rurais.

Estas considerações sobre estrutura organizacional <u>a</u> cham-se sumariadas no QUADRO 31.

O outro aspecto com que se ocupa esta variável é o de identificar a fonte de onde emanam as decisões na empresa rural. A estrutura organizacional fornece subsídios para a compreensão da origem das decisões. E, para confirmar os dados já relatados, a pesquisa averiguou, que à exceção de um proprietário não cooperado (que atribui o poder de decisão à esposa), todos foram unânimes em afirmar que têm a última palavra em sua empresa.

3.3.2. Administração.

O objetivo da variável é detectar os tipos de recursos administrativos utilizados por cooperados e não cooperados, capazes de auxilia-los na tomada de decisão.

Incluindo-se planejamentos, controles contábeis, controles de produtividade, etc. foram alistados vinte e um ítens. E os resultados obtidos são, à primeira vista, desalentadores.

a) <u>Entre cooperados</u>: 71,42% fazem uso de, pelo menos, um tipo de recurso administrativo; destes, 35,7% se ocupam com medidas relativas à mão-de-obra (contrato de trabalho, recibo de empregado, recibo de férias, livro de registro de inspeção, etc.); 21,43% se ocupam com planejamen tos para a empresa rural; cerca de 31% fazem controles ligados à pecuária (controle de nascimentos, controle de produção do leite, etc.); 10,34% pos

QUADRO 31 - Porcentagens de Tipos de Estrutura Organizacional de Propriedades Rurais, por Categoria de Entrevistados e por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

		Cooperad	os			Não Coope	erados		Total
Estrutura Organizacional	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Total
Radial, com centralização única	5,26	7,01	5,26	17,54	19,29	3,51	1,75	24,56	42,10
Radial, com centralização dupla	5,26	3,51	3,51	12,28	7,02	1,75	3,51	12,28	24,56
Em linha vertical simples	3,52	1,75	7,02	12,28	3,51	-	-	3,52	15,79
Em linha, com dupla departamentalização	1,75	-	-	1,75	-	-	1,75	1,75	3,51
Em linha, com tríplice departamentalização	-	3,51	1,75	5,26	-		-	-	5,26
Em linhas horizontal e vertical	- 1			-	1,75	_		1,75	1,75
Outro*	1,75			1,75	3,51	1,75	-	5,26	7,03
TOTAL	17,54	15,78	17,54	50,86	35,08	7,01	7,01	49,14	100,00
(FREQÜÊNCIA)	(10)	(9)	(10)	(29)	(20)	(4)	(4)	(28)	(57)

^{*} Refere-se a estrutura elementar, em que o proprietário cumpre todas as funções administrativas e de produção.

suem contabilidade geral da empresa. Os demais cooperados valem-se da memo ria para efetuar seus controles.

b) <u>Entre não cooperados</u>: 50% fazem uso de, pelo menos, um tipo de recurso administrativo: 14,28% fazem uso de controle de produção diária do leite e de nascimento; a maioria que compõe os 50%, afirma fazer uso de anotações, em rascunho, de entradas e saídas; os demais 50% controlam apenas através da memória.

Vê-se, pois, que é limitado o uso de recursos adminis trativos, por parte dos entrevistados. O recurso mnemônico é usado amplamen te.

3.3.3. Grupo Vicinal.

Os contatos primários caracterizam, ainda, o tipo de relacionamento de não cooperados. Todos mencionaram que se relacionam mais com, pelo menos, um vizinho. Há não cooperados que alistaram até seis vizinhos, com os quais se relacionam. Para este ítem, não houve respostas negativas na categoria.

Os cooperados, ao contrário, têm maior vinculação com o ambiente urbano. Três elementos desta categoria dizem não ter contato com ne nhum vizinho. A vizinhança, para esta categoria, não recebe a mesma importân cia que para a de não cooperados.

SOLARI (57), coloca o que se deseja expressar, aqui, a respeito de interação social :

'No aspecto qualitativo, as diferenças são muito impor tantes porque mostram uma série de traços característi cos da interação social rural. A área do sistema de con trole do membro de uma comunidade rural é muito mais es treita e limitada do que a do membro de uma comunidade urbana, tanto do ponto de vista individual como do pon to de vista do grupo. Entende-se por area do sistema de contato a extensão do território em que se encontram lo calizados os indivíduos e as instituições, com os quais um indivíduo ou grupo estão em contato. As pessoas da cidade mantêm contatos com pessoas nascidas em todas as partes do mundo, pertencentes as mais diversas culturas e as mais diferentes religiões. O homem do campo, em ge ral, so tem contato com sua vizinhança, e, quando muito, escreve uma ou outra carta aqueles que foram viver nas cidades".

3.3.4. Origem da Propriedade.

Esta variável porcura analisar a maneira pela qual os entrevistados se tornaram proprietários rurais. A explicitação da origem da propriedade é importante para a compreensão de outros fatores.

Tem-se, pelo QUADRO 32, que 8,75% das propriedades de cooperados foram herdadas dos pais ; 15,75% foram herdadas e acrescidas com aquisições de terras ; 19,25% foram compradas ; e, 7% se constituem de propriedades arrendadas.

Entre os não cooperados, 10,57% se constituem de <u>pro</u> priedades herdadas dos pais ; 17,56% são propriedades herdadas e acrescidas de áreas adquiridas posteriormente ; 15,76% são de propriedades adquiridas pelo produtor rural ; e, 5,36% são de propriedades arrendadas de terceiros.

Nenhum entrevistado mencionou propriedade herdada de so gros ou outros parentes, que não dos próprios pais.

Entre as duas categorias de entrevistados, o $\,$ resultado $\tilde{\mathrm{e}}$ o seguinte :

19,36% são propriedades herdadas dos pais; 33,36% constituem propriedades herdadas e acrescidas com aquisição de terras; 35,00 % são propriedades adquiridas pelo proprietário; e, 12,28% constituem as propriedades arrendadas.

Cerca de 50% de proprietários com mais de cem hectares, em ambas as categorias, herdaram a propriedade e compraram mais terras, ou simplesmente, compraram as respectivas propriedades. Esta é a principal característica digna de destaque.

QUADRO 32 - Porcentagens de Pecuaristas Entrevistados e Caracterização da Origem das Respectivas Propriedades, por Categoria e por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Origem da Propriedade	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub - Total (%)	Total (%)
Herdada dos pais	5,25	3,50	, ii = 1	8,75	8,76	1,75	-	10,57	19,36
Parte herdada e parte comprada	1,75	5,25	8,75	15,75	12,36	1,75	3,51	17,56	33,36
Comprada	8,75	3,50	7,00	19,25	10,55	1,75	3,51	15,76	35,00
Arrendada	1,75	3,50	1,75	7,00	3,56	1,75	-	5,36	12,28
TOTAL (FREQUÊNCIA)	17,50 (10)	15,75 (9)	17,50 (10)	50,75	35,23	7 , 00 (4)	7,02	49,25	100,00

3.3.5. Grupos de Pertenência.

A variavel associativismo explica o essencial para a ana lise desta variavel.

Entre cooperados, existem proprietários em todos os tipos institucionais mencionados. É categoria que também se vale do relaciona mento com a cooperativa.

Entre não cooperados, as relações se estabelecem em fum ção de duas instituições : o sindicato rural e a igreja. Mas, não constitui exagero questionar-se até que ponto as pessoas se sentem realmente pertencem tes a esses dois grupos. Em primeiro lugar, porque a igreja se situa na cida de e é altamente heterogênea em sua composição; em segundo lugar, porque o sindicato é, também, uma instituição urbana.

A filiação político-partidária é diminuta entre não coo perados. Apenas três entrevistados da categoria afirmam sua filiação num dos partidos políticos.

Resta, pois, inferir-se que os grupos de pertenência, para os cooperados, identificam-se com os grupos e instituições urbanas. Para não cooperados são identificados com os grupos vicinais, conforme o ítem 3.3.3.

3.3.6. Local de Residência.

As inferências do îtem anterior encontram certa fundamentação na análise da presente variável. O QUADRO 33, oferece o seguinte panorama:

Residem no meio urbano 33,36% de cooperados e 19,26% de não cooperados ;

Na propriedade, residem 14,11% de cooperados e 28% de

não cooperados .

Existem, ao todo, três proprietários que passam a sema na na propriedade; vêm ocasionalmente à cidade. Isto se dá em função dos es tudos dos filhos. Representam 3,51% entre cooperados e 1,76% entre não cooperados.

QUADRO 33 - Porcentagens de Entrevistados, Cooperados e Não Cooperados, Segundo Local de Residência. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

	Cooperados	Não Cooperados	Total
Residência	(%)	(%)	(%)
Cidade	33,36	19,26	52,50
Propriedade	14,11	28,00	42,15
Ambos	3,51	1,76	5,35
TOTAL	50,98	49,02	100,00
(FREQUÊNCIA)	(29)	(28)	(57)

FONTE : Dados da Pesquisa.

Em termos totais, 52,5% de entrevistados residem no meio rural ; 42,15% na propriedade e 5,35% residem na propriedade, durante a semana, e em fins de semana na cidade.

Lembre-se, ainda, o maior porcentual de casas sedes en contradas entre não cooperados, quando da análise da variável referente a equipamentos (îtem 3.2.3.).

Por fim apresentam-se porcentagens, de cooperados e não cooperados, consoante ao local de nascimento.

Assim, temos que, 35,1% entre cooperados e 36,85% entre não cooperados, nasceram no meio rural ; 15,7% de cooperados e 12,35% de não

cooperados nasceram no meio urbano. Veja-se o QUADRO 35.

Portanto, os não cooperados residem, em sua maioria, no meio rural e os proprietários da categoria nasceram, em sua maioria, no meio rural. A relação é inversa para cooperados : a maioria reside no meio urbano, mas a origem da maioria é o próprio meio rural.

QUADRO 34 - Porcentagens de Cooperados e Não Cooperados, Consoante o Local de Nascimento. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Local de Nașcimento	Cooperados (%)	Não Cooperados	Total (%)	
Meio Rural	35,10	36,85	71,85	
Meio Urbano	15,70	12,35	28,15	
TOTAL	50,80	49,20	100,00	
(FREQUENCIA)	(29)	(28)	(57)	

FONTE : Dados da Pesquisa.

3.5.7. Informação.

Esta variável analisa as principais fontes de informação de que se valem os agropecuaristas, no tocante a assuntos ligados à propriedade. O QUADRO 35, dá conta das fontes de informação para ambas as amos tras.

Entre cooperados, as principais fontes de informação - quanto a preço do produto agropecuário, preço de insumos e outros - são as seguintes: televisão, rádio e jornais, com concentrações de respostas da or dem de: 14,41%, 13,77% e 11,46%, respectivamente. Nota-se a presença de informação, na categoria, oriumda de todos os veículos citados no QUADRO 35.

Os não cooperados comportam-se diferentemente. A altera ção do preço do produto, no caso, o leite, é informada através da folha de pagamento do laticínio ou cooperativa. Esta fonte de informação ocupa 71,79% das respostas da categoria; o rádio ocupa o primeiro lugar, com 12,56% das respostas. As informações através da caso Agro-Comercial e da te levisão, ocupam 3,86% das respostas, cada fonte. Os elementos da categoria, pertencentes à classe compreendida entre cinquenta e um e cem hectares, va lem-se apenas do rádio e da folha de pagamento do leite, com 0,77% e 3,31%, respectivamente. Encontram-se não cooperados, da classe de até cinquenta hectares, que utilizam todas as fontes de informação, exceto do técnico da EMATER-MG. Vale a observação para as demais classes, de ambas as categorias.

O que no QUADRO 35 nomeia-se por outros, designa, em <u>ge</u> ral, conversas fortuitas, bate-papo ocasional, inclusive com empregados e vizinhos.

Conclui-se que os veículos de informação de que se valem os não cooperados, são em número reduzido, comparando-se a dados idênticos para cooperados.

Em termos globais, é a seguinte ordem decrescente de utilização de veículos de informação: rádio (25,42% de respostas), televisão (18,26%), jornais (13,77%), folha de pagamento do leite (12,33%), dono de casa agro-comercial (7.6%), vizinhos (6,84%), revistas (6,39%), outros (4,75%) e técnico da EMATER-MG e Cooperativa (com 2,32% cada, do total de respostas).

QUADRO 35 - Porcentagens das Principais Fontes de Informação Quanto a Preço do Produto Agropecuário, Preço de Insumos, Concursos de Produtividade e Outros, de Que se Valem Entrevistados Cooperados e Não Cooperados, por Classe de Tamanho de Propriedade. Amostras em Estudo, Sul de Minas, 1977.

Contag do Informação	Cooperados			Não Cooperados				Total	
Fontes de Informação	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Sub- Total (%)	Até 50 ha (%)	De 51 a 100 ha (%)	Mais de 100 ha (%)	Mais de Sub - 100 ha Total ((%)
Fazendeiro vizinho.	0,77	2,23	0,74	3,75	2,32		0,77	3,09	6,84
Técnico EMATER	-	0,66	1,42	2,32	-			1	2,32
Cooperativa	0,77	0,66	- 1	1,54	0,77	-	F. 64-	0,78	2,32
Casa Agro-Comercial	0,77	1,55	1,54	3,76	2,32		1,54	3,86	7,60
Rádio	6,33	3,54	4,52	13,77	8,48	0,77	2,32	12,56	25,42
Revista	0,77	2,31	1,54	4,63	0,77			0,78	6,39
Televisão	3,44	4,61	6,16	14,41	3,86	<u>.</u>	_	3,86	18,26
Jornal	2,34	3,06	6,16	11,46	2,32	1 1-1	- II - I	2,32	13,77
Folha de pagamento do leite	-	0,66	0,76	1,45	6,94	3,31	1,54	11,79	12,33
Outros	1,44	0,66		2,32	2,56			1,55	4,75
тотаь	16,63	19,94	22,84	59,41	30,34	4,08	6,17	40,59	100,00
(FREQUÊNCIA)	(22)	(27)	(30)	(79)	(38)	(4)	(8)	(50)	(129)

3.4. Sintese das Tendências Características
do Fato Administrativo das Empresas
Rurais Estudadas.

As variáveis até aqui analisadas pretendem afirmar o <u>fa</u>
to administrativo em empresas rurais. Elidem, entretanto, o elemento <u>funda</u>
mental, que é a decisão. A decisão é compreendida como o elemento estruturan
te do fato administrativo.

O fato administrativo, de forte influência durkheimiana, e inspirado essencialmente em RAMOS (53), foi adaptado, por força de circuns tância, às empresas rurais. Sua constatação, contudo, pode aparecer, especialmente aos peritos da sociologia da administração, simples transparência do social. Maurice Halbwachs, citado por BOUDON (07), afirma, a propósito da questão do óbvio em sociologia:

"È um fato que não se faz sempre justiça a sociologia porque ela parece, frequentemente, descobrir truismos. Quando Durkheim, depois de Marselli, demonstrou que o casamento protegia do suicídio, e que as pessoas tem filhos se suicidam menos que as pessoas casadas sem descendência, aos olhos de muitos leitores era uma des sas verdades do senso comum que, praticamente, não pare cia util provar com grande reforço de cifras. Mas, dominio do verossimil, a uma proposição se opõe mente outra que pode parecer tão evidente quanto a pri meira. Ha, portanto, tanto merito científico em determi nar, entre duas opiniões verossimeis qual corresponde à realidade, quanto descobrir uma verdade inteiramente nova. E, exatamente, transpor o limite que separa o co nhecimento científico do conhecimento vulgar".

Pretende-se neste îtem, sintetizar as tendências de com portamento do fato administrativo, quer seja por concentrações porcentuais, quer seja por médias, ou ainda por frequência máxima observada. A natureza do próprio sato social, coercitiva e disseminada ao grupo, autoriza a pensar no sato administrativo da empresa rural como fenômeno social amplo, por razão semelhante. É com esta compreensão que se intenta sintetizar as tendên

cias do fato administrativo das empresas rurais estudadas.

A elisão das decisões do fato administrativo conforme exposto no Capítulo Dois, fica compensada através da identificação das pessoas responsáveis pelo processo decisório na empresa rural.

Feitas estas elucidações, passa-se à síntese de tendên cias do fato administrativo da empresa rural, consoante as amostras em estu do. Tal síntese está baseada na amálise das amostras, de forma isolada. Os dados que expressa não revelam, necessariamente, os dados já apresentados nos quadros e discussões. Antes, foram re-elaborados para fins de comparação entre ambas as amostras.

QUADRO 36 - Sintese do Fato Administrativo das Empresas Rurais Estudadas, Segundo Tendências e Características - Elementos Individuais.

A) Elementos Indi viduais	Tendências e Cooperado	Características Não Cooperado
1. Idade	Média : 50,3 anos.	Media: 54,85 anos.
2. Instrução for- mal	Maiores frequências : 31,03% com curso pri mário completo e 20,7% com curso superior.	Maiores frequências: 35,72% com curso primário in completo e 42,86% com curso primário completo.
3. Associativismo	Maiores frequências : 12,94% de participa ção em parcerias ; 31,76%, no Sindicato Rural ; 29,41%, em igrejas ; e, 12,94%, em clubes recreativos e esportivos.	Maiores frequências : 41,66% de participação no Sindicato Rural ; e 43,32% em igrejas.
4. Valores	Maiores frequências : honestidade, 82,75%; fé religiosa, 17,24%; e, ser trabalhador, 42,27%.	Maiores frequências: honestidade, 78,57%; fé re ligiosa, 14,28%; è, ser trabalhador, 39,3%.
5. Tradicionalismo	Componente apenas analítico.	Componente apenas analítico.
6. Emoções	Maiores frequências: gênio calmo, 24,14%; gênio nervoso, 24,14%; e, gênio explosivo, 20,69%.	Maiores frequências: gênio muito calmo, 17,86%; gênio calmo, 25%; gênio meio nervoso, 28,57%; e, gênio nervoso, 17,86%.
7. Aspirações de vida	Maior frequência de satisfação com a atividade agropecuaria: 58,62%.	Maior frequência de satisfação com a atividade agropecuária: 57,85%.
8. Necessidades a fetas à Produ - ção	Principais: escassez de mão-de-obra, baixo xo preço para os produtos agropecuários e elevado preço dos insumos.	Principais: escassez de mão-de-obra, baixo preço para os produtos agropecuarios e elevado preço dos insumos.
9. Satisfação Pes soal	Muito satisfeitos, 55,17%; e, muitissimo satisfeitos, 41,38%.	Muito satisfeitos, 60,72%; e, muitissimo satisfeitos, 35,71%.

QUADRO 37 - Síntese do Fato Administrativo das Empresas Rurais Estudadas, Segundo Tendências e Características - Elementos Infra-Estruturais.

B) Elementos Infra-	Tendências e Carac	teristicas
Estruturais	Cooperado	Nao Cooperado
1. Tamanho da Pro priedade.	Área média : 128,8 ha. Distribuição proporcional entre as classes.	Área média : 49 ha. Maior frequência : 1 - 50 ha (71,42%).
2. Instalações	Maiores frequências : casa para colono, 17,36%; depósito, 11,08%; curral, 14,07%; e,silo, 10,78%.	Maiores frequências : casa sede, 16,85%; depósito, 13,59%; galpão para maquinas, 11,41%; e, curral, 14,13%.
3. Equipamentos	Maiores frequências: picadeira e desintegrador, 23,9%; arado manual, 16,35%; pulverizador costal, 15,10%; carro-de-boi, 10,69%; e, ordenha deira mecânica, 10,06%.	Maiores frequências: picadeira e desintegrador, 36,98%; arado manual, 20,55%; pulverizador costal, 20,55%; e, carro-de-boi, 12,33%.
4. Exploração principal	Pecuaria de leite : 59,37%.	Pecuaria de leite : 59,37%.
5. Tecnologia empre gada.	Média: 6,5 técnicas por produtor.	Média : 4,5 técnicas por produtor.
6. Mão-de-obra	Familiar, com empregados ocasionais: 20,69%; composta de empregados fixos e temporários: 65,51%.	Familiar, 21,43%; familiar e empregados ocasionais, 32,14%; e, empregados fixos e temporários, 32,14%.
7. Assistência téc nica	Recebida por 55,17% dos pecuaristas. Destes , 68,75% recebem-na ocasionalmente.	Recebida por 25% dos pecuaristas. Destes,71,5% recebem-na ocasionalmente.
8. Capital	Principalmente oriundo da pecuária.	Principalmente oriundo da pecuária.
9. Rebanho	Predominância de rebanho mestiço. Média da população bovina: 84,27% cabeças/propriedade.	Predominância de rebanho mestiço. Media da popula ção bovina : 34,42% cabeças/propriedade.
10. Distância da propriedade	75,86% de propriedades situam-se entre um quinze quilômetros da sede do município.	92,86% de propriedades situam-se entre um e quin ze quilômetros da sede do município.
11. Sistema viário que liga a pro priedade à sede do município	Para 27,59% das propriedades, as estradas são asfaltadas; para 17,24%, são parcialmente asfaltadas; para 34,48%, são sem asfalto, mas transitaveis o ano inteiro; e, para 20,69%, são intransitaveis à época das chuvas.	Para 10,71% das propriedades, as estradas são as faltadas; para 57,14%, são parcialmente asfaltadas; para 17,86%, são sem asfalto mas transitaveis o ano inteiro; e, para 14,29%, são intransitaveis à época das chuvas.

QUADO 38 - Síntese do Fato Administrativo das Empresas Estudadas, Segundo Tendências e Características - Elementos Estruturais.

C) Elementos Estru	Tendências e	Características
turais	Cooperado	Não Cooperado
1. Estrutura empre sarial	Apresentam estrutura radial, 62,07% das propriedades. 20,69% apresentam estrutura em linha ver tical simples. Decisão: compete ao proprieta rio.	Apresentam estrutura radial, 75% das proprieda des. Decisão: pertence ao proprietário.
2. Administração	Uso de recursos administrativos : 71,42% fazem uso de, pelo menos, um tipo de recurso.	Uso de recursos administrativos : 50% fazem uso de, pelo menos, um tipo de recurso.
3. Grupo vicinal	De significação relativa para o agente.	De máxima significação para o agente.
4. Origem da pro priedade	Principais : 31,03% são propriedades herdadas e acrescidas com novas aquisições de terra ; e, 37,93% são compradas integralmente.	Principais: 21,44% são propriedades herdadas do pais; 35,71% são herdadas e acrescidas de novas glebas; 32,14% são proriedades adquiridas in tegralmente.
6. Grupos de perte nência	De máxima significação, e identificam-se, em geral, com grupos e instituições urbanos.	De significação relativa, à exceção do sindicato rural e da igreja.
local de resi dência	Meio urbano: 65,52%; na propriedade: 27,58%; e, em ambos: 6,9%.	No meio urbano: 39,29%; na propriedade: 57,14% e, em ambos: 3,57%.
7. Informação (li gada à pecuária)	Principais veículos : televisão, $(25,32\%)$; $r\overline{a}$ dio $(22,78\%)$ e jornais $(18,99\%)$.	Principais veículos ; rádio (30%) e folha de pagamento do leite (28%).

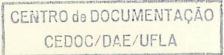
O objetivo do exposto, até aqui, foi tornar clara a de finição de fato administrativo, adaptada para a empresa rural, conforme Capítulo Dois:

Fato administrativo, para a empresa rural, é um complexo de elementos e de suas relações entre si, resultante da tomada de decisão do proprietário rural (ou proprietários), no desempenho de suas funções, ten do em vista objetivos sistematicamente estabelecidos.

Na verdade, tem-se um complexo de elementos (individuais, infra-estruturais e estruturais) cuja trama de relações está implícita. Não foi descrita a dinâmica do fato administrativo em virtude das limitações do proprio modelo teórico. Sabe-se, também, que é resultante da tomada de decisão do proprietário rural, no desempenho de suas funções, a partir de objetivos sistematicamente estabelecidos.

Encontra-se, pois, que o fato administrativo da empresa rural $\tilde{\mathbf{e}}$:

- a) <u>Dinâmico</u>, porque a administração é essencialmente <u>hábito</u>, e, secundariamente <u>ato</u>. Isto é compreensível, também, através da <u>in</u> ter-relação que existe entre os elementos que o compõem;
- b) Referente ao <u>desempenho de funções</u>, a exemplo das que são executadas pelo proprietário rural, quando preside o que ocorre na sua propriedade, dirigindo e determinando os resultados a serem logrados;
- c) Ligado à <u>ação social</u>, pois, pressupõe atividades h<u>u</u> manas limitadas e orientadas ;
- d) Implicado com <u>atividades humanas associadas</u>, implícita ou explicitamente : implicitamente, quando as atividades administrativas demandam a existência de um conjunto de pessoas, denominado, aqui, de mão-de-obra; e explicitamente, quando o proprietário, trabalhando a sós e prescindindo da mão-de-obra, exige a interveniência de outros agentes humanos pa



ra executar a parte derradeira de sua função administrativa : a comercialização do produto.

Aduz-se, ainda, que o <u>fato administrativo da empresa</u>
rural é um <u>fato social</u>, porque :

- a) Possui caráter de <u>coerção</u>, visto que não se encontra nenhuma empresa rural que prescinda da administração, por rudimentar que <u>se</u> ja;
- b) É disseminado no meio rural, mesmo que seja por imitação ou por tradição. Apesar disto, varia de empresa rural para empresa rural, conquanto se faça presente em todas. Isto também se verifica em organizações mais complexas, a exemplo das indústrias; cada indústria possui um padrão administrativo, embora possam existir pontos em comum entre o padrão de uma e outra empresa.

Peitos estes comentários finais a respeito do fato administrativo da empresa rural, passa-se à análise do comportamento da Decisão, no tocante à Cooperativa.

3.5. O Pecuarista e sua Atitude Face à Cooperati

Esta seção destina-se a analisar a atitude dos entrevistados, de ambas as categorias, com relação à Cooperativa. O apoio teórico desta análise, conforme já indicado no ítem 2.1.2. é a teoria da ação social, segundo Weber.

O Professor R. BENDIX, erudito comentador da obra de Weber, afirma, consoante MACRAE (38) :

"Segundo Weber, os interesses materiais sem interesses ideais são vazios mas, os ideais sem interesses materiais são impotentes".

De fato, Weber tem sua atenção voltada para aspectos curiosamente objetivos da realidade : a História e a Economia. Não obstante, sua teoria da ação social está centrada em indivíduos, e se identifica por seu sentido subjetivo. Ele define ação como a conduta humana, pública ou não, a que o agente atribui significado subjetivo. Este é o primeiro problema com que se defronta na consideração deste tipo de ação social.

O problema seguinte, é o da interpretação da ação so cial. Existe uma compreensão que é puramente típico-ideal: a ação e os agentes são ideais; existe a compreensão da ação a partir de um caso historica mente dado; e, por último, existe a compreensão da ação em termos de média e/ou de aproximação numa determinada massa de casos dados. É esta última modalidade de compreensão que se busca atingir na presente análise. Salientase, contudo, que a tipologia de ação social é ideal, ou pura. Raramente se exemplifica, de forma absoluta, em termos empíricos.

Por fim, resta a dificuldade em se identificar quais são os elementos constitutivos essenciais da ação social weberiana. O proprio Weber não explicita, pormenorizadamente, a composição da ação social.

3.5.1. O Sentido da Ação Social : Aplicação a Cooperados e Não Cooperados.

Para Weber, é preciso distinguir três formulações da realidade: a física ou objetiva, a psíquica ou mental e a dos significados ou idéias. Considera erro grosseiro o confundir-se a realidade dos significa dos com a realidade psíquica. Assim, sua interpretação da ação social, ao nível dos significados, não se pode confundir com a interpretação psicológica do mesmo fenômeno. Antes, a interpretação ao nível de significados tem cará ter estritamente sociológico. A este respeito, manifesta-se TIMASHEFF (59):

'Weber não considera sociais as ações similares de diversas pessoas sujeitas ao mesmo estímulo, ou a condu ta consistente em meras imitações (...). Entretanto ,

não exclui da Sociologia esses modos de conduta. Os processos e as uniformidades na conduta humana que não são compreensiveis (porque carecem de significado subjetivo) e não constituem, portanto, objeto imediato para a Sociologia não devem por isso ser negligenciados no estudo da vida social, embora cumprisse estuda-los por métodos diferentes. Em outras palavras, o foco da Sociologia deveria localizar-se na ação social que envolve significado subjetivo (ou pelo menos significado médio ou hipotético), dado que as condições objetivas ou psicologicas que influenciam a ação social são considerações periféricas, embora frequentemente relevantes, para a disciplina".

Assim, somente pertencem ao estudo da ação social, as ações dotadas de significação. E, significação, para Weber, liga-se, estreitamente, ao atual conceito sociológico de *interação social*. Ele designou tal conceito, por relação social, embora este não se ajuste, perfeitamente, aque le. O próprio WEBER (61) exemplifica tal correlação:

"(...) Toda classe de contato entre os homens não tem, necessariamente, caráter social; mas apenas uma ação com sentido proprio, dirigida à ação dos outros. Um cho que de dois ciclistas, por exemplo é um simples aconte cimento de caráter equivalente ao de um fenômeno natural. Em compensação, apareceria uma ação social se hou vesse a intenção de evitar o choque, ou então uma briga ou considerações amistosas subsequentes ao encontrão".

De forma específica, a ação racional conforme fins $d\underline{e}$ terminados, tem profunda dotação de sentido. Conforme o próprio WEBER (61) assinala, \hat{e} ação determinada por expectativa no comportamento, tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens (...).

Por seu turno, ação social baseada na tradição, está do tada de um sentido específico, atribuido pelo consenso social. Entretanto, a vinculação ao costumeiro pode manter-se consciente em diversos graus e sentidos, afirma WEBER (61). Neste caso, podem ocorrer transições que determinam uma passagem ou para a racionalização axiológica ou para a ação conforme fins determinados.

Finalmente, cumpre assinalar que o que Weber designa

de significação, a vários níveis, é designado de subuniversos de significação por BERGER & LUCKMANN (05). E acrescentam :

"Como todos os edificios sociais de significação, os subuniversos devem ser transportados por uma coletivi dade particular, isto é, pelo grupo que produz continuamente os significados em questão e dentro do qual estes significados têm realidade objetiva (...) Nas sociedades industriais avançadas, que permitem, com seu imenso excedente econômico, que grande número de individuos se devotem em regime de tempo integral aos objetivos mais obscuros, a competição pluralista entre sub universos de significação de todas as espécies concebiveis torna-se a situação normal".

E ainda:

"(...) Não é preciso dizer que esta multiplicidade de perspectivas aumenta muito o problema de estabelecer um docel estável simbólico para a sociedade inteira. Cada perspectiva, seja lá com que teorias anexas ou mesmo Weltanschauungen venha acompanhada. estará rela cionada com os interesses sociais concretos do grupo que a sustenta. Isto não significa, porém, que as várias perspectivas, muito menos as teorias ou Weltanschauungen, não sejam senão reflexos mecânicos dos interesses pessoais, (...)".

Posto isto, assinale-se que um é o subuniverso de significação de cooperados, e outro é o de não cooperados, no que se refere à Cooperativa. Pode-se, também, afirmar que as perspectivas de mundo, ou Weltanschauungen de ambos os grupos refletem a perspectiva de cada um. Por sua vez, cada perspectiva grupal constitui-se de interesses pessoais. Com preendido desta forma, passa-se à análise, a nível de significado, de cada grupo. Entretanto, ressalta-se que, de cada grupo, foram retirados os ele mentos cujas perspectivas não se aproximam da média grupal, o que ocorre em ambas as categorias. Tais elementos serão tratados à parte.

⁶Plural de weltanschauung, palavra alemã que designa visão do mundo, mundi vivência.

A) O nivel de significação contido na atitude de cooperados.

Constatou-se, na análise descritiva do fato administrativo (ítem 3.4.), que os cooperados já pela residência, já pelo local de nas cimento, identificam-se ao universo urbano, mais do que ao rural. Ora, o universo urbano é caracterizado por uma economia de mercado e pelo teor capita lista de seus empreendimentos. O capitalismo aplicado à ordem econômica, tem consequências mais amplas do que a mera necessidade aquisitiva. Comentam do a respeito da interpretação weberiana do capitalismo, TIMASHEFF (59) de clara que :

"O capitalismo maduro não se baseia simplesmente na ne cessidade aquisitiva. É uma atividade racional, dando ênfase à disciplina e à hierarquia na organização. Enca ra a realização da conduta como uma espécie de apelo. Acentua o sucesso como tal, não as alegrias que o suces so econômico pode comprar."

Ora, constitui ato apressado dizer-se que as amostras em estudo se posicionam num meio sócio-econômico representativo de que o au tor retro designou de capitalismo maduro. Mas não representa nenhum exagero falar-se da conduta econômica como uma espécie de apelo.

Acrescente-se ainda, que além da intenção de agir com sucesso econômico na atividade agropecuária, existe a expectativa de outros agentes, pecuaristas ou não, que se situam, em especial, nos grupos de perte nência dos cooperados, conforme já se assinalou.

Sendo a cooperativa em estudo, instituição urbana, existe também identificação dos cooperados com o grupo que detém o poder. Isto não anula o criticismo que se exige de uma ação racional conforme a fins de terminados, conforme se verá posteriormente.

Em suma, o pertencer a cooperativa é uma ação social , relacionada com as expectativas das outras pessoas, de onde se origina seu

sentido original. A outra fonte de sentido é a sociedade urbana, e seu modo de produção capitalista, que induz à ordem e à racionalidade relativas em quaisquer empreendimentos econômicos.

B) O nivel de significação e a atitude de não coopera dos.

Pelo nível tecnológico, pela organização menos complexa do empreendimento rural, infere-se do caráter mais tradicional da pecuária, entre não cooperados. Isto, ao lado de serem propriedades mais próximas à se de do município e de disporem de melhor infra-estrutura viária, conforme se constatou nos ítens 3.3. e 3.4.

Contudo, é mister que se esclareça o uso que se está dando à palavra tradicional. Diz SCHULTZ (56), que a agricultura baseada in teiramente nas espécies de fatores de produção usados durante gerações pelos agricultores pode ser chamada de agricultura tradicional. Mutatis mutandis, isto é o que se considera, aqui, de pecuária tradicional.

É necessário, também que se precavenha quanto ao perigo de se criarem duas realidades estanques : a rural e a urbana. Fazem parte de um continuum. Alguns produtores rurais localizam-se mais perto do polo rural, e, outros, tendem ao urbano. O ítem 3.3. já cuidou desta perspectiva.

É exatamente esta tendência tradicional do pecuarista que oferece dificuldade na interpretação do sentido que ele próprio atribui à sua ação (neste caso, omissão). O sentido da ação mal pode ser distinguido. O recurso aqui utilizado foi o da empatia ou da participação complacente . COOLEY, segundo TIMASHEFF (59), designou tal recurso de compreensão complacente.

Ora, a compreensão complacente, neste caso, refere-se mais a uma justificativa. Ocorre que entre não cooperados predominam minifum

dios, com área média inferior a cinquenta hectares. Os proprietários residem, em grande parte, na casa sede. Dispõem de mão-de-obra familiar, ou esta as sociada à mão-de-obra temporária. Estão desvinculados da maioria dos grupos de pertenência urbanos. Têm nível de aspiração mais limitado, em relação a cooperados. Em última análise, sua atividade agropecuária não se referenda por uma visão capitalista. Ademais, não existe acentuada expectativa de agropecuaristas cooperados, no sentido de que se tornem cooperados. Estes são vizinhos daqueles, e isto em nada modifica sua posição quanto à Cooperativa. Por esses motivos todos, são omissos com relação à Cooperativa.

Ilustram o procedimento retro, algumas respostas de não cooperados à pergunta : "Por que o sr. preferiu não se associar à cooperativa, onde o sr. poderia adquirir vários insumos, ao invés de comprá-los em ou tros lugares?" Ei-las :

- 'Nunca tive conhecimento de como funciona a cooperati_
 va'';
- ''Não gosto desta forma de associação, pois não gosto de compromissos, financiamentos, etc'!;
- ''Nunca fui convidado a associar-me, e acho que não de pendo da cooperativa'';
 - ''Não gosto de sociedades...'' ;
- "Porque o movimento de meus negócios é pequeno" (obs: este proprietário possui mais de cem hectares); e
- ''Comodismo. Uso pouquíssima quantidade de insumos .
 Compro em qualquer lugar''.

São apenas alguns exemplos que sugerem o tipo de com preensão complacente, aqui utilizada.

3.5.2. Meios Utilizados por Cooperados e Não Cooperados.

Para a teoria da ação social, de Weber, há expectativa, por parte do agente, de que objetos e pessoas, se comportem de determinada maneira. A essa expectativa Weber atribui o nome de meios ou condições para que o agente atinja os objetivos que estabelece.

A propósito da questão dos meios na teoria weberiana da ação, comenta MCRAE (38) :

"Para Weber, um ato é racional quando pode ser descrito de acordo com os cânones da lógica, os procedimentos da ciência ou do comportamento econômico bem sucedido ; quer dizer, quando se propõe a consecução de um objetivo, em suas intenções, e está em total concordância com o conhecimento fatual e a compreensão teórica, em seus meios. Sempre que a escolha de um objetivo final, entre outros objetivos finais, e a escolha de meios satisfa zem esses critérios um ato é plenamente racional (...). Contudo, se os objetivos finais de um ato são aceitos por tradição - uma espécie de valor - e os meios (que não são por isso necessariamente ineficazes) também são dados pela tradição, no todo ou em parte, teremos o com portamento de um gênero que tem sido o modo dominante na maioria das sociedades de todos os tempos (...)".

Tendo-se em mente o significado dos meios, tanto para a ação racional conforme fins determinados, quanto para a ação tradicional, \underline{a} nalisam-se cooperados e não cooperados.

A) Os Meios Utilizados por Cooperados.

Sabendo-se que os meios referem-se a expectativa no com portamento de objetos e pessoas, tem-se que o primeiro meio utilizado pelo grupo de cooperados é o da adequação dos próprios meios de produção.

Assim é que para esta categoria, encontra-se uso mais intensivo de insumos, de tecnologia, de capital e de mão-de-obra. Espera o grupo que através da organização dos meios de produção os resultados sejam satisfatórios e correspondam aos objetivos. Segundo MACRAE, uma ação de acor do com os procedimentos da ciência ou do comportamento econômico bem sucedi

do.

Há, por outro lado, a filiação à cooperativa, como dupla maneira de estabelecer meios consonantes aos objetivos propostos : o primei ro reside na expectativa da atuação e desempenho da Cooperativa, em si mes ma ; o segundo, na expectativa do bom desempenho dos dirigentes da Cooperativa.

Quanto à expectativa de desempenho da própria Cooperativa, existem, no Brasil, antecedentes históricos que a justifiquem. MARTINS (36), em artigo que se reporta a dados da última década, diz:

"O cooperativismo constitui-se na técnica econômica ca paz de permitir ao produtor rural ampliar a retenção de sua parcela no preço final do produto ou, ao menos, ate nuar a descapitalização no nível do estabelecimento rural".

Por outro lado, a cooperativa tem sido compreendida como instrumento de modernização do empreendimento agrícola. CASTRO (18), nas conclusões de pesquisa, em cooperativa de cafeicultores, afirma:

'Na análise da ação da cooperativa como agente de mudanças tecnológicas, verificou-se que os cooperativados es tão utilizando novas tecnologias mais do que os não cooperativados, no empreendimento cafeeiro, como as tecnicas de despolpamento, adubação, controle à erosão e colheita na peneira. Os cooperativados também estão utilizando mais as assistências técnica e creditícia".

Os resultados obtidos por CASTRO, guardadas as devidas diferenças, são idênticos aos encontrados neste estudo. Portanto, existe uma relação causal entre a expectativa do cooperado quanto à cooperativa, e seu êxito econômico.

Entretanto, para que isto ocorra, de forma efetiva, há também expectativa quanto ao desempenho da administração da cooperativa. Is to se deve ao fato de que a cooperativa não é entidade esotérica, mas constituida e administrada por seres humanos. O resultado desta expectativa será analisado no ítem 3.5.4.

B. Os Meios Utilizados por Não Cooperados.

Na ação ditada pelo tradicionalismo, os meios podem ser, também, ditados pela tradição. Contudo, ao que parece,os meios estão em conflito, para não cooperados. Acontece que, por causa de seus objetivos, não existe expectativa quanto à Cooperativa. Sendo ela instrumento modernizador, poderia conduzir a crescente descapitalização da pecuária de não cooperados.

Ademais, na categoria, já existe uma sensação de fracas so quanto ao empreendimento econômico da pecuária, defrontada que está, dia riamente, com o maior êxito dos cooperados. Vários não cooperados citaram como empecilho à associação na Cooperativa, o fato de terem de integralizar uma quota, o que é considerado oneroso.

Visto deste ângulo, a omissão de não cooperados, com relação à Cooperativa, possui teor altamente racional. A associação à Cooperativa, acarretando descapitalização para integralizar a quota-parte, pode também aumentar a sensação de fracasso face à atividade agropecuária.

Por outro lado, sendo a Cooperativa uma instituição tipicamente urbana, estabelece conflito com o Weltanschauung de não cooperados, posicionando-os mais em um ambiente técnico do que em um natural. Isto se torna manifesto pelo continuo clamor de não cooperados para que haja maior desburocratização para obtenção de crédito agrícola, para a participação na própria cooperativa, entre outros.

Em resumo, a compreensão complacente da omissão de não cooperados quanto à Cooperativa, sugere atitude plenamente racional por parte da categoria.

3.5.3. Objetivos: Dotação em Cooperados e Não Cooperados.

Os objetivos, ou fins, da ação, são escolhidos entre fins alternativos, quando se trata de ação racional conforme a fins determina

dos. Não obstante, a composição dos fins pode ser influenciada por vasta gama de componentes internalizados na mente do ator. Neste ponto se situa uma séria controvérsia entre Weber e Marx. Para Weber, Marx não é preciso quanto aos componentes do domínio econômico. Para Weber, fatores não- econômicos interferem no que é definido como econômico. Para a economia, pois, e xistem parâmetros não econômicos. Este ponto é salientado por vários comentadores de Weber. TIMASHEFF (59), somente para ilustrar, afirma:

"(...) Weber pode afirmar : condições econômicas espe cificas não asseguram o surgimento do capitalismo ; e necessária pelo menos uma segunda condição, que perten ça ao mundo interior do homem ; deve haver, em outras palavras, um poder motivador específico, a aceitação psicológica de valores e ideias favoráveis à transfor mação".

Portanto, existem entre objetivos alternativos, a escolha por um deles, determinado por motivações que pertencem a cada indivíduo. Não cumpre descer a detalhes, nestas considerações.

Sabe-se, pela descrição do sentido da ação, que o objetivo fundamental de cooperados é lograr atividade agropecuária bem sucedida economicamente. A este objetivo geral, supõe-se, podem-se alinhar vários outros, de ordem pessoal.

Quanto a não cooperados, existe a intenção de que <u>ati</u> vidade agropecuaria seja capaz de prover sustentação econômica para a vida quotidiana.

Entretanto, percebem-se objetivos conflitantes nesta última categoria, de forma especial. A maioria de não cooperados planeja me lhorar sua propriedade; se suas metas são atingidas, colocam seu empreendimento ao nível da atividade de cooperados. Alguns planos para o futuro, por parte de não cooperados, são os seguintes:

- Melhorar e aumentar o rebanho ;
- Construir silos e melhorar pastagens ;

- Construir rancho coberto e formar capineiras ; e
- Melhorar o rebanho para obter maiores lucros.

Estes exemplos são indicativos de que a simples sobre vivência já não satisfaz à maioria dos não cooperados. Possuem claros obje tivos de lucro. Entretanto, pode ocorrer a inadequação no uso dos meios para que alcancem seus objetivos. Tal inadequação sugere a hipótese da causação circular, discutida por MYRDAL (48). Na hipótese da causação circular, não existe um fator básico, tal como o fator econômico, afirma MYRDAL, pois tudo é causa de tudo, de maneira circular e interdependênte. Mas, o referido autor adverte que tal raciocínio implica, inconscientemente, na aplicação de determinismo econômico marxista.

Resta, pois, identificar que motivações ou fatores ex termos levam os não cooperados ao impasse de objetivos em que se encontram. E este problema não é suscetível de discussão no presente trabalho.

3.5.4. Avaliação da Cooperativa por Cooperados e Não Cooperados.

Este îtem é fundamental por causa de suas explicações a nível empírico. Refere-se à avaliação da Cooperativa como instrumento ca paz de legitimar os objetivos que cada categoria de entrevistado tem em mente.

Numa ação racional conforme fins determinados, existe avaliação de meios, de fins, e dos fins e meios alternativos entre si.

Por seu turno, uma ação tradicional, em termos absolutos, poderia prescindir de avaliação dos meios e dos fins. A ação valeria em si mesma. Contudo, vê-se que não cooperados também avaliam a Cooperativa, em relação ao seu comportamento como meio e como um sim possíveis.

É obvio que a Cooperativa é um meio para se atingir o objetivo de êxito econômico, quando presta serviços aos seus associados .

Um desses serviços liga-se à venda de insumos. Foi perguntado aos entrevis tados: "Por que o sr. não compra todos os insumos que usa, na Cooperativa?" O resultado foi que 50% dos entrevistados alegaram problema de preço elevado nos insumos da Cooperativa. Outros, embora conscientes do preço elevado, com pram os insumos na Cooperativa por comodidade. Há, porém, um terceiro grupo que não tem consciência do problema. Este grupo não se enquadra na aproxima ção de que trata o presente estudo. Será referido no ítem 3.5.7.

De igual sorte, 50% dos não cooperados mencionaram os elevados preços da Cooperativa como um dos obstáculos a sua filiação.

De posse dos dados sobre preços dos insumos na Cooperativa, o autor fez levantamento de preços de alguns insumos na Cooperativa, e em várias casas agro-comerciais. O resultado está sintetizado abaixo. Preferiu-se não mencionar o nome do insumo para evitar fortuitas identificações.

QUADRO 39 - Preços de Alguns Insumos Agropecuários, em Unidades Idênticas ,
Segundo a Mesma Data de Comercialização, nos Postos de Venda da
Cooperativa e de Três Casas Agro-Comerciais, Localizados no Mes
mo Município. Sul de Minas, 1977.

Postos de Venda	Preços (Cr\$)				
	Insumo A	Insumo B	Insumo C	Insumo D	Insumo E
Cooperativa	4.000	2.400	180	45	80
Casa Agro-Comercial	1 3.840	2.250	75	36	78
Casa Agro-Comercial	2 3.841	2.255	-	38	77
Casa Agro-Comercial	3 -	2.255	86	40	83

PONTE : Coleta de Preços Efetuada pelo Autor.

Verifica-se, através do QUADRO 39, que cooperados e não cooperados estão atentos ao problema de preços, em sua maioria. Esta é uma forma de avaliar a Cooperativa como um dos meios a serem utilizados para a obtenção dos objetivos. Em nenhum dos insumos a Cooperativa apresenta preço compensador em relação aos demais postos de venda; exceção: insumo E, casa agro-comercial 3.

Outra maneira de avaliar a Cooperativa como um meio h<u>a</u> bil ao pecuarista, consiste na avaliação do seu proprio desempenho, ou seja, o exercício da administração da Cooperativa.

Solicitados a opinar sobre a atual administração da Cooperativa, o fizeram da seguinte forma : 72,5% de cooperados acham que a administração é deficiente ; e, 25% de não cooperados têm a mesma opinião . Os cooperados expressam seu descontentamento de várias formas. Eis algumas :

-"Todos os que entram para a administração da Cooperativa se enriquecem ; de modo geral são corruptos".

-"Falta-lhe visão comercial ; está precisando de bons cursos de administração de cooperativa".

-"Todos são espertos. A gente manda vinte e dois li tros de leite e eles dizem que số hã dezoito litros".

-"A administração é boa, mas podia ser melhor. Não es tamos tendo vantagem em ser cooperados."

-"Não está boa (a administração) ; certos insumos são encontrados a melhores preços, noutras casas comerciais".

-"Deixa muito a desejar..."

-"Ficam na administração até encherem a barriga : Mui
ta ladroagem!"

-"Deficiente, mas não sei a razão. Pode ser que não saiba comprar os insumos".

Existe finalmente, a avaliação de objetivos. Isto se dá no momento de vender o produto - o leite, no caso. E é o preço do produto pa go pela Cooperativa que vai configurar o êxito econômico do empreendimento pecuário, e, confirmar os objetivos propostos.

Apenas cerca de 45% de cooperados entregam o leite à Cooperativa ; e 3,5% de não cooperados procedem da mesma forma. A maioria de cooperados afirma que vende o leite para os outros leticínios porque o preço é melhor. Trata-se pois de escolher entre meios similares para atingir o objetivo proposto.

São estas, basicamente, as avaliações que o pecuarista faz da Cooperativa. Todas elas, em certa medida, provocam diminuição do nível de lealdade por parte dos cooperados, ao tempo que desestimulam não cooperados avaliadores.

3.5.5. Motivos ou Conexão de Sentido.

Esta fase da tarefa interpretativa é denominada por Weber de operação <u>verstehen</u> (compreensão). TIMASHEFF (59) explicita a operação <u>verstehen</u> da seguinte forma :

"(...) Precisamos imaginar as emoções despertadas nas pessoas pelo impacto de uma dada situação ou acontecimento; precisamos imaginar o motivo existente por tras da ação de uma pessoa ou grupo, e precisamos encontrar ou construir uma máxima plausível de ação que deveria mostrar que o estado-de-sentimento por nos atribuido a uma dada ação humana é dirigido pelo estado-de-sentimento que presumimos evocado por uma situação ou acontecimento superveniente. Nas palavras de Mclver, ao analisarmos o comportamento humano precisamos utilizar a reconstrução imaginativa".

Neste trabalho, não se procura estabelecer máximas que consubstanciem a ação de cooperados e não cooperados, com referência à Cooperativa. Intenta-se, antes, sintetizar o motivo que está por trás dos dois tipos de conduta.

Acredita-se que a ação dos cooperados relativa à as sociação à Cooperativa pode ser resumida assim :

"A filiação à Cooperativa tem, em comum com as ativida des desenvolvidas na propriedade, e na sociedade que referenda a ação do pe cuarista, metas modernizadoras. A filiação é, por conseguinte um dos meios para se alcançar atividade agropecuária economicamente bem sucedida."

Idêntico procedimento é utilizado para com os não cooperados, da seguinte forma :

"A filiação à Cooperativa pode alterar o modus operandi da atividade agropecuária tradicional; isto se dá em função do ambiente têc nico da cooperativa (instituição urbana) e do caráter modernizador da mesma!" Portanto, a omissão quanto à cooperativa, tem conotação de racionalidade, face aos objetivos que estes pecuaristas se auto-propõem.

Estas colocações indicam o comportamento de um grupo, e não de uma única pessoa. Representam a conexão de sentido para as duas amos tras estudadas.

3.5.6. Ações Resultantes.

O estudo da ação social weberiana, ligado à interpreta ção da atitude de Cooperados e Não Cooperados face à Cooperativa logra aproximação em determinada massa de casos, tanto para uma, quanto para outra categoria.

A ação social, para cooperados, aproxima-se da racional conforme fins determinados. Diz-se aproxima-se, porque a tipologia é ideal. Somente é encontrada, de forma plena, em termos de imaginação.

Por seu turno, encontra-se que a ação resultante da atitude de não cooperados (omissão), é forma de ação social híbrida, entre a tradicional e a racional conforme fins determinados.

Os resultados alcançados não são explicativos da racio nalidade da Cooperativa, mas da de cooperados e de não cooperados. Os meto dos de produção tradicionais não implicam em irracionalidade. MARTINS (34) efetuou estudos no Vale do Paraíba, e encontrou resultado diferente do aqui apresentado, além de haver constatado a racionalidade do método tradicional em produção de leite:

'O elemento básico desta ligeira descrição da economia agraria do Vale do Paraíba está na probabilidade de que uma mesma area geografica, dedicando-se fundamentalmen te a produção da mesma mercadoria, apresente o empreen dimento mais tradicional como sendo paradoxalmente mais rentavel ou, dizendo de outro modo, o que não apre senta rendimentos líquidos negativos. Na planicie o va lor da produção não cobre a ampliação da faixa absoluta de custos pela introdução de insumos urbanos, que preci sam ser adquiridos a peso de dinheiro, acrescentando-se ao custo dos fatores normalmente utilizados. Na nha, ao contrário, o aumento da produção se faz utilização de fatores que de outra forma ficariam uso. Em outros termos, embora a inserção no eixo- indus trial Rio - São Paulo, na cultura urbana e nas ções capitalistas torne viavel e, ate, culturalmente ne cessaria a modernização dos empreendimentos do Vale, no sentido da adoção de práticas capitalistas típicas, as condições gerais concretas favorecem o exito do contrario.

Esta citação somente confirma o que foi dito nos objetivos deste trabalho (îtem 1.2); não se buscam aqui, generalizações, mas somente a análise do comportamento das amostras que foram determinadas.

Ademais, não consiste demérito nenhum a constatação de um grupo tendente ao tradicional, e outro ao moderno. São partes da mesma realidade. A propósito, comenta MANNHEIM (32) :

"(...) Em nossa sociedade, essa diferença é, muitas vezes, paralela ao conflito entre a tradição rural ou da pequena cidade e as tendências cosmopolitas; a primei ra continua mantendo a disciplina da influência familiar e os hábitos dos grupos primários, ao passo que a segunda proporciona oportunidades e vantagens à liber dade individual, muito natural na vida cosmopolita, que é baseada nas importações e exportações, tanto mate riais como mentais".

A síntese da atitude de cooperados e não cooperados, com respeito à Cooperativa, pode ser observada através do QUADRO 40 e do QUADRO 41, respectivamente.

QUADRO 40 - Síntese da Análise dos Componentes da Ação Social, por Aproximação, em uma Massa de Casos Estudados. A) Cooperados.

Composição da Ação	Aproximação em Massa de Casos Estudados
Social	Cooperados
 Sentido ou Sig nificação. 	Produção racional e bem sucedida em outros níveis de produção em que atuam agentes do comportamento econômico no universo urbano. A ação dos pecuaristas, individualmente, se inspira no tipo de conduta econômica do meio urbano.
2. Meios ou Condições.	A propriedade rural é o primeiro deles. As decisões con figuram a administração rural; entre elas está a as sociação à Cooperativa, visualizada que é, como instrumento modermizador e conducente aos objetivos propostos Ademais, constituem condições, a expectativa quanto ao comportamento dos meios de produção e quanto ao da Cooperativa, em geral, e dos dirigentes, em particular.
3. Fins ou Objeti- vos.	Atividade agropecuária bem sucedida economicamente.
4. Avaliação	Avaliação racional de meios e fins, estes com as consequências da ação presente. Avaliação de fins com as consequências, e dos diversos fins, entre si.
5. Motivos ou Con <u>e</u> xão de Sentido.	A filiação à Cooperativa tem em comum com as atividades desenvolvidas na propriedade, e na sociedade que referenda a ação do pecuarista, metas modernizadoras. A filiação é, por conseguinte um dos meios para se alcançar atividade agropecuária economicamente bem sucedida.
Ação Resultante	Aproxima-se da racional, conforme fins determinados.

QUADRO 41 - Síntese da Análise dos Componentes da Ação Social, por Aproximação em uma Massa de Casos Estudados. B) Não Cooperados.				
Composição da Ação Social	Aproximação em Massa de Casos Estudados Não Cooperados			
1. Sentido ou Significação	Produção agropecuária seguindo padrões de conduta tradicionais. Dá-se a nível consciente ou in consciente. O sentido da ação é, pois, tênue.			
2. Meios ou condições	Em conflito em face das expectativas de outros pecuaristas bem sucedidos economicamente. Está em vias de tornar-se racional, conforme a fins determinados desta ação. Meios : a propriedade e a expectativa dos demais produtores. A associa ção à cooperativa pode aumentar a sensação de fracasso face à atividade agropecuária.			
3. Fins ou Objetivos	Atividade agropecuária capaz de prover sustenta ção econômica quotidiana e gerar excedentes.			
4. Avaliação	Avalia fins e meios conflitantes. Resultado : omissão em referência à Cooperativa, especialmente por causa da avaliação que dela fazem seus as sociados.			
5. Motivos ou Conexão de Sentido	A filiação à Cooperativa pode alterar o modus operandi da atividade agropecuária tradicional; isto se dá em função do ambiente técnico da cooperativa (instituição urbana) e do caráter moder nizador da mesma. Portanto, a omissão quanto à cooperativa, tem conotação de racionalidade, face aos objetivos que estes pecuaristas se autopropõem.			
Ação Resultante	Forma de ação social hibrida, entre a tradicio nal e a racional conforme fins determinados.			

3.5.7. Exceções

Foi referido anteriormente, que na analise de aproxima ção nem todos os elementos foram incluidos. Constituem desvios ou aberrações do comportamento global. Não são, pois, representativos de uma ação com consequências sociais significativas.

Entre os cooperados, observam-se as seguintes exceções:

Dois profissionais liberais, cuja ação é essencialmen te imitativa. Como grande maioria de proprietários rurais é constituida de cooperados, tornaram-se também membros da Cooperativa. Contudo, não visam a lucros em sua propriedade. Têm-na como passa-tempo ou hobby. Por isso não efetuam quaisquer tipos de avaliação da Cooperativa como um meio que podem utilizar, com vantagem, para atingir seus objetivos. Para o modelo weberia no utilizado, esta ação não é social, porquanto não está dotada do mesmo sentido que preside a ação do imitado.

Na mesma categoria de cooperados, existem outros dois associados que vêem a Cooperativa como um valor pessoal a ser perseguido. É possível que se enquadrem na transição a que Weber designa de racionalização axiológica, propria de ativistas. Enquadram-se pois no tipo de ação so cial racional conforme valores determinados. Isto se deve ao fato de não fazerem avaliação dos fins. A ação é valida, por si so.

Finalmente, na categoria, é encontrado um indivíduo que se caracteriza pela ação emotiva. Esta ação só é avaliada em si mesma. O que motiva a ação deste associado é o fato de ser parente do presidente da Cooperativa.

Entre não cooperados encontram-se, também, pessoas que não se enquadram na análise de aproximação. Os parágrafos seguintes se ocupam em descrever tais exceções.

Existe um indivíduo que apresenta comportamento omisso para com a cooperativa, que pode ser caracterizado como anômico, irracional ou aberrante. Trata-se de pessoa que não age de forma social significativa porque desconhece as instituições ao seu redor. Portanto, não participa de nenhuma forma de interação social capaz de conduzi-lo à formulação de objetivos claros ou de meios adequados. Ignora o que seja cooperativa, como funciona, etc. Ademais, não apresenta sensibilidade a problemas de seu próprio empreendimento rural. Por todas estas razões, classifica-se tal comportamento de anômico, irracional ou aberrante. Conquanto Weber tenha-se dado conta da possibilidade de emergir tal comportamento, não apresentou tipologia adequada à sua análise.

Existe um profissional liberal que aparentemente estáse conduzindo segundo racionalidade conforme fins determinados. Analisa os
principais problemas da Cooperativa, mas deixa de participar dela por causa
de conduta reativa contra os detentores de sua direção. Trata-se de forma
hibrida de ação social, com forte conotação emotiva.

Existem, por fim, suinocultores e avicultores que não se enquadram na aproximação realizada na categoria de não cooperados. Sua atividade principal não é a pecuária de leite, o que torna inócua sua participação na Cooperativa. Afirmam que usufruem de seus benefícios, sem o compromisso de associações. Sua conduta pode ser considerada como próxima ao tipo racional conforme a fins determinados. Contudo, não podem pertencer à análise de aproximação porque seus objetivos e o sentido de sua ação difere dos que compõem a aproximação; a maioria de não cooperados tem na pecuária a atividade principal. Portanto, estes são omissos perante a Cooperativa por razões distintas das que aqueles apresentam.

Estas são basicamente, as principais exceções observa das entre as duas categorias de entrevistados.

3.6. A Valorização da Cooperativa

Consoante a análise efetuada até aqui, a Cooperativa se exclui a si mesma, do interesse e da confiança de cooperados e não coopera dos. De cooperados, por causa de sua malfadada administração, segundo a per cepção de entrevistados, de elevados preços nos insumos agropecuários e de baixo preço pago ao leite que lhe é confiado. Entretanto, a expectativa so cietária para com os cooperados, associada ao fato de que sua administração permeia os grupos de pertenência já identificados e à liderança política mu nicipal, constituem empecilhos para que grande parte de associados a abando nem.

Entre os não cooperados, os problemas administrativos da Cooperativa e a discrepância de preços de insumo em relação aos dos demais postos de venda, constituem obstáculos que desestimulam sua filia ção. Um pecuarista referiu-se ao problema de preço de insumos ligado à admi nistração, da seguinte forma : "Se a cooperativa cobrasse um cruzeiro por sa co de ração vendido, teria dinheiro suficiente para cobrir os custos opera cionais". O contexto de sua conversa refere-se ao fato de que, a cada em seu balanço, ao inves de apresentar sobras, a Cooperativa apresenta defi cit. Ademais, vários pecuaristas manifestaram o desejo de participar em COO perativa que seja realmente sua. Isto confirma a análise que foi feita de que a Cooperativa, em sua forma atual, não passa de uma instituição urbana. Este fato, por si so, deixa de atrair a participação de pecuaristas que se caracterizam por ênfase a grupos primários (constituidos por familiares, vi zinhos, amigos, empregados e similares).

Concluindo, para os cooperados, não existe a sensação de pertencer à Cooperativa, por causa da ruptura de lealdade provocada pela propria organização. Antes, vêem-na como organização manipulada por sua administração. Tal administração se efetiva, eleição apos eleição, por causa de

expresso desinteresse dos sócios para com a Cooperativa.

Para ambas as categorias, a Cooperativa é, de fato, cooperativa, quando usufrui de suas prerrogativas (em especial a cobrança da quota de participação); mas não passa de uma casa comercial vulgar, quando exerce suas responsabilidades.

A desvalorização da Cooperativa em estudo, é um processo crescente, gerado e alimentado pela propria Cooperativa.

4. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

4.1. Conclusões

A primeira parte analítica deste trabalho (ítem 2) ocu pa-se do fato administrativo da empresa rural voltada à pecuária de leite. A amostragem é constituida de cooperados e não cooperados.

O autor acredita haver contribuido às pesquisas ligadas à Sociologia da Administração Rural, visto que RAMOS (53) propôs um modelo específico para o estudo do fato administrativo. Buscou-se adaptar tal mode lo às empresas rurais, com o objetivo de mera constatação. Esta adaptação consistiu em abolir elementos estruturais de terceiro grau e acrescentar elementos individuais que permitissem qualificar o agente do fato administrativo rural.

Contudo, seria desejavel que a constatação do fato admi

nistrativo rural obtivesse tratamento estatístico-matemático adequado, a fim de que se constatasse o comportamento das vinte e sete variáveis no interior do próprio fato. Problemas cronológicos impediram tal procedimento.

Acredita-se satisfatória a simples constatação do fato administrativo. Através dela transpareceu o melhor nível educacional de coo perados, uso mais adequado e intenso de tecnologia moderna e seu posiciona mento estreitamente identificado com grupos urbanos, comparativamente aos não cooperados. Ademais, verificou-se que mesmo as empresas rurais rudimenta res não podem prescindir da administração.

O fato administrativo, também traz, implicitamente, vasta gama de decisões. Constitui limitação do trabalho o fato de não se ter considerado, de forma ampla, as decisões. Preferencialmente, tomaram-se as decisões como dados fixos ou estabelecidos. A seguir foi isolada para fins de análise uma decisão, oriunda do próprio fato administrativo: a decisão do pecuarista face à Cooperativa.

As decisões do pecuarista, quanto à Cooperativa, constituem a segunda fase das análises. O modelo teórico utilizado foi a teoria da ação social, segundo Max Weber. Novamente o autor acredita haver contribuido à Sociologia da Administração Rural, em termos de Brasil, visto que não se encontram análises weberianas para o contexto rural. O resultado da análise informou que cooperados aproximam-se da ação social racional conforme fins determinados. Isto se dá em virtude do pré-estabelecimento de objetivos, de dotação de sentido, de avaliação e de conexão de sentido.

Por outro lado, o comportamento de não cooperados diferes substancialmente. São dotados de menor grau de instrução, de tecnologia e de condições intrinsecas para participar de uma instituição tipicamente urbana. A cooperativa, para o pecuarista não cooperado, representa o ambiente técnico de que se fez menção na parte introdutória deste trabalho. A ação so

cial deste grupo aproxima-se da tradicional em transição à ação racional con forme fins determinados. Este hibridismo é possível de se constatar na teo ria da ação social, segundo Weber.

O caminho percorrido para que se chegasse a tais resultados foi o do estabelecimento de aproximação na massa de casos dados, para cada categoria. Aproximação significou, pois, tendência geral de ação em cada amostra, determinada pelo uso da empatía na manipulação dos dados empiricos. No entanto, foram identificadas exceções, para ambas as amostras. Consideraram-se exceções, os indivíduos que não se coadunaram com a tendência geral das duas massas de casos. Todos os resultados foram obtidos através de sua correlação com as vinte e sete variáveis configurativas do fato administrativo.

Conquanto hajam sido utilizados, para fins de clareza, são considerados pontos frágeis deste trabalho: uso excessivo de citações e a intermediação de abusivo número de quadros. O primeiro ítem pressupõe que nem todos possuem familiaridade com a literatura da teoria sociológica; o segundo, consistiu em recurso metódico para que se expusessem as análises e interpretações do fato administrativo.

Os resultados pertinentes ao objetivo específico desta pesquisa situam-se no fato de que a valorização da cooperativa no subsistema rural se dá mais em função de seu caráter de instituição urbana do que por suas características intrínsecas. Em outras palavras, o processo de desvalo rização da cooperativa no subsistema rural, é gerado e alimentado pela pró pria cooperativa. Ademais, tal processo possui caráter cumulativo, que deses timula a ação, o interesse e a motivação dos cooperados, ao mesmo tempo que cria sérias barreiras à participação de não cooperados. Nestes termos, a Cooperativa é vista como tal, no uso de seus direitos; mas quando exerce suas responsabilidades, é vista como empresa capitalista.

O senso de alheiamento face à cooperativa, levou seus associados a considerarem-na como sendo deles (da administração). Isto suge re considerações sobre o que RIOS (55) designou de Pré-Cooperativismo : eta pa queimada. Sugere, também, a inadequação da doutrina cooperativista para enfrentar o impacto de uma sociedade competitiva, porquanto capitalista.

A última consideração é quanto ao emprego do termo sub sistema, no título deste trabalho. Subsistema é vocábulo oriundo da teoria dos sistemas e designa, aqui, a idéia de continuum rural-urbano, esposada no texto do trabalho. O subsistema rural juntamente com o subsistema urbano com põem o sistema global da sociedade. A idéia de continuum é homóloga à de sis ema social global.

Apontados méritos e deméritos deste estudo, o autor con siderou útil e oportuna a sua realização. Útil porque faz aplicações conside radas inéditas de modelos da Sociologia e da Administração ao subsistema ru ral. Oportuna em face da atualidade que o tema cooperativismo apresenta, não só para indivíduos, quanto para instituições governamentais que buscam a ade quação das formas de produção agropecuária, com vistas à crescente produtivi dade.

4.2. Sugestões

Basicamente, as sugestões que o autor apresenta são as seguintes :

- Que outras cooperativas da Zona Fisiográfica do Sul de Minas Gerais sejam estudadas ; acredita que os resultados de tais estudos possam, eventualmente, ser diametralmente opostos aos que se encontraram aqui ;
- Que o modelo do fato administrativo aplicado à empresa rural deva ser estudado de forma completa, levando-se em consideração to

das as decisões nele implícitas ;

- Que a pesquisa em administração rural atribua maior atenção às propriedades familiares, face às bruscas transformações sociais e econômicas atuais, visto que, se não conseguirem adequação às transformações, sua mão-de-obra será candidata virtual para compor os contingentes do êxodo rural; e

- Que a teoria da ação social weberiana seja testada em outros modelos que exijam a interpretação de ação social.

Tais sugestões são feitas em virtude do caráter inconcluso deste trabalho, e porque as generalizações não pertencem ao âmbito de seus objetivos.

CENTRO de DOCUMENTAÇÃO

CEDOC/DAE/UFLA

5. RESUMO

O objetivo geral foi constatar a existência do fato administrativo, mesmo em empresas rurais de organização elementar. Fêz-se uso de modelo adaptado do fato administrativo para organizações mais complexas, proposto por Guerreiro RAMOS.

De forma específica, isolou-se do fato administrativo a decisão do pecuarista favorável ou contrária à cooperativa. Utilizou-se, para a análise deste tipo de decisão, a teoria da ação social de Max WEBER.

Para cumprir os objetivos, foram entrevistados vinte e nove cooperados e vinte e oito não cooperados, na área de um município loca lizado na Zona Fisiográfica do Sul de Minas. O município não foi identifica do neste trabalho.

A coleta de dados consistiu em ficha individual de in formante e em roteiro de entrevista, aplicados a cada elemento das duas a

mostras.

Vinte e sete variáveis foram distribuidas em três grupos : variáveis individuais : variáveis infra-estruturais e variáveis estruturais. Estas variáveis forneceram os elementos analíticos e descritivos do fato administrativo rural. Constatou-se que, mesmo a forma de organização rural mais elementar - a de caráter familiar - não pode prescindir da administração.

As variáveis explicativas do fato administrativo respaldaram as análises da derradeira variável - a decisão do pecuarista face à Cooperativa. Dentre as possibilidades de análise da ação social weberiana, escolheu-se a da aproximação numa massa de casos dados. Foram feitas duas a proximações: uma para cooperados e outra para não cooperados. Por último, foram apontadas as exceções de ambas as categorias, ou seja, casos que, em virtude de sua heterogeneidade, não puderam ser incluídos nas aproximações.

Verificou-se que a valorização da cooperativa se da, mais em função de suas características de grupo social urbano, do que em função de suas características de instrumento a ser utilizado, com proveito , pelos pecuaristas, na solução dos problemas da empresa rural.

Outrossim, o processo de desvalorização da cooperativa tem caráter cumulativo, e é gerado e alimentado pela própria organização.

Em outras palavras, ambas as categorias vêem uma dualidade de comportamento na Cooperativa. Quando exerce seus direitos, caracteriza-se como empresa cooperativa; quando exercita suas responsabilidades, não passa de empresa capitalista. Esta síndrome faz parte do impasse em que se encontra a Cooperativa, tanto para cooperados como para não cooperados. Aque les por manifesto desentusiasmo e estes por recusa de participação.

Constatou-se na análise da ação social weberiana que cooperados agem de forma aproximada à ação racional conforme fins determina

dos. Esta é forma híbrida de ação social.

A despeito de problemas ligados ao binômio constitutivo do quadro de referência teórico, o presente estudo mostrou a importância da análise da cooperativa, do ponto de vista do usuário de fato, e do usuário em potencial.

Finalmente, os modelos de análise propostos constituem contribuição à Sociologia da Administração, pelo caráter inédito de sua aplicação conjunta ao meio rural. Ressalte-se, porém, que esta pesquisa não visou a generalizações; seus resultados pertencem a um caso. Qualquer forma de extrapolação dos resultados não se coaduna aos objetivos desta pesquisa.

6. SUMMARY

The general objective of this study was to confirm the existence of the administrative fact, even in rural enterprises of the most rudimentary organization. Use was made of a modified version of the administrative fact model for more complex organizations, proposed by Guerreiro Ramos.

In specific: the dairy producer's decision, favorable or contrary, concerning the local dairy cooperative was isolated from the administrative fact in this study. Weberian social action theory was employed in the analysis of this type of decision.

In fulfilling research objetives, twenty - nine cooperative members and twenty-eight non-members were interviewed in the geographical area of one <u>municipio</u> in the Brazilian Physiografic Zone, Southern Minas Gerais.

Data collection techniques utilized were individual questionaires consisting of both open and closed questions. The measure was applied to each respondent within the two sample groups, according to a structured interview schedule.

Twenty-nine variables were categorized in three groupings: individual variables, infrastructural variables and structural variables. These variables provided analytical and descriptive elements of the rural administrative fact. It was confirmed that even the most elementary form of rural organization - the family enterprise - cannot dispense with administration.

Explanatory variables of the administrative fact supported analyses of the final variable - the dairy producer's decision concerning the cooperative. Within the analytical possibilities of Weberian social action theory, approximation among a number of given cases was selected. Two approximations were devised: one for members, the other for non members. Finally, exceptions to both categories were annotated separately, that is, those cases which in virtue of their heterogeneity, could not be included in the approximations.

It was verified that valuation of the cooperative is more a function of its urban social group characteristics, rather than its function as a problem-solving instrument utilized by dairy producers in their rural enterprises.

Moreover, the devaluation process of the cooperative has a cumulative character, and is generated and reinforced by the cooperative organization itself.

In other words, both categories of producers perceive a duality in the conduct of the cooperative. When exercising rights, the cooperative performs as a cooperative enterprise; in exercising

responsibilities, it performs as a capitalist enterprise. This syndrome constitutes part of the impasse in which one encounters the cooperative, both with respect to members and non-members; members, by manifested lack of enthusiasm, non-members by refusal to participate.

Through Weberian social action analysis, it was confirmed that in an approximate form, members conduct themselves in accordance with rational action according to determinate ends; non-members present, in an approximate manner, a transitional behavior pattern, or that of a combination of traditional action and rational action according to determinate ends. The last is a hybrid form of Weberian social action.

Despite difficulties related to the split within the theoretical frame of reference, the present study demonstrates the importance of analysing the cooperative, both from the perspectives of current and potential employers of this aspect of administrative fact, i.e., participation in a cooperative.

Finally, proposed analytical models constitute a contribution to the Sociology of Adminstration due to the unprecedented nature of their application in a rural context. It is stressed, however, that this study was not an attempt at generalizations; results pertain but to one case. Extrapolation of results in whatever form is not admissable according to objectives of this study.



7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1. ALENCAR, Edgard. <u>Valorização da cooperativa agrícola de Gouveia (MG)</u>. Viço sa, UFV, Imprensa Universitária, 1976. 117 p. (Tese M.S.).
- ALENCAR, Maria Helena. Estudo de liderança e barreiras do incremento de cooperativas em três municípios do Médio Jequitinhonha. Viçosa, UFV, Imprensa Universitária, 1966. 92 p. (Tese M.S.).
- 3. BAUDHIN, Fernand. <u>Princípios de economia contemporânea</u> (vol. I).São Paulo, Difel, 1966. 290 p.
- 4. BERGER, Peter. <u>Perspectivas sociológicas uma visão humanística</u>. Petrópo lis, Vozes, 1972. 202 p.
- 5. BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade. 2ª edição. Petropolis, Vozes, 1974. 247 p.
- 6. BORDA, Orlando Fals. <u>Formación y deformación de la política cooperativa</u>
 en la América Latina. Lima, Federación Nacional de Cooperativas de Cré

- dito del Peru, 1970. 27 p.
- 7. BOUDON, Raymond. <u>Métodos da Sociologia</u>. 2^a edição. Petrópolis, Editora Vozes, 1973. 118 p.
- 8. BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Instituto de Pla nejamento Econômico e Social (IPEA). II Plano Nacional de Desenvolvi mento. In: Agricultura e Abastecimento. Brasília, 1974. 66 p.
- 9. BRASIL. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Departamento de Desenvolvimento Rural. Divisão de Cooperativismo e Sindicalismo. Cooperativismo no Brasil. /SNT/197 p.
- 10. _____. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Instituto Nacional de Colonização e

 Reforma Agrária (INCRA). Estatísticas Cadastrais/1. Brasília, 1972.

 491 p.
- 11. _____. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Di vulgação Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Brasília, 1974. 1015 p.
- 12. _____. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de <u>Di</u> vulgação Estatística. <u>Sinopse Estatística do Brasil</u>. Brasília, 1969. 574 p.
- 13. _____. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Divulga ção Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Brasilia, 1975.
- 14. BRUGGER, Walter. <u>Dicionario de filosofia</u>. 2ª edição. São Paulo, Herder, 1969. 574 p.

- 15. CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. 2ª edição. São Paulo, Difel, 1972. 204 p.
- 16. CASTELLS, Manuel. <u>Problemas de investigação em sociologia urbana</u>. Portugal, Editorial Presença, 1975. 301 p.
- 17. CASTRO, Anna Maria de & DIAS, Edmundo F. <u>Introdução ao pensamento socio-</u>
 <u>lógico</u>. 4ª edição. Rio de Janeiro, Eldorado, 1976. 242 p.
- 18. CASTRO, José P. Ramalho de. A cooperativa de cafeicultores de Venda Nova: a comercialização e o emprego de novas tecnologias. Conceição do Castelo, Espírito Santo 1966/1967. Viçosa, UFV, Imprensa Universitária, 41 p. (Tese M.S.).
- 19. DISTRIBUIÇÃO da participação das federações de cooperativas no conjunto da economia do Estado em 1972. Agricultura e Cooperativismo. Porto A legre, 1:33, março 1976.
- 20. DRUCKER, Peter. <u>Prática de administração de empresas</u>. (II vol.).3.ª edição. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1969. 287 p.
- 21. ETZIONI, Amitai. Análise comparativa de organizações complexas : sobre o poder, o engajamento e seus correlatos. Rio de Janeiro, Zahar & USP, 1974. 406 p.
- 22. GALJART, Benno. Difusão cultural, modernização e subdesenvolvimento. In: SZMRECSANYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo. Vida rural e mudança social. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973. p. 70-80.
- 23. GAVA, Eloy. <u>Análise da administração de cooperativas agrícolas e sua influência na formação de capital, Estado do Espírito Santo.</u> Viçosa , UFV , Imprensa Universitária, 1972. 194 p. (Tese M.S.)
- 24. GOODE, W.J. & HATT, P.K. Métodos em pesquisa social. 3.ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1969. 488 p.

- 25. GUIGOU, Jacques. Le sociologue rural et l'idéologie du changement L'home et la société. Basiléia, (19): 93-100, jan/março 1971.
- 26. HAMERSCHIMIDT, B. Eficiência econômica de comercialização do trigo em cooperativas agrícolas no Estado do Paranã. Viçosa, UFV 1973. 103 p. (Tese de M.S.).
- 27. HOPPER, David W. Eficiência na alocação de recursos em uma agricultura tradicional da Índia. In: ARAÚJO, Paulo F.C. & SCHUH. G. Edward.

 Desenvolvimento da agricultura: natureza do processo e modelos dualistas. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1975. p. 67-81.
- 28. KOONTZ, H.& O'DONNELL, C. <u>Princípios de administração uma análise das</u>
 <u>funções administrativas</u>. São Paulo, Pioneira, 1974. (2 vol.) 827 p.
- 29. LAMMING, G.N. Eficiência em administração de cooperativas. In: PINHO, Diva B. A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico. São Paulo, Artegráfica, 1973. p. 281-314.
- 30. LAWRENCE, Paul R. & LORSCH, Jay H. As empresas e o ambiente : diferenciação e integração administrativas. Petrópolis, Vozes, 1973. 300 p.
- 31. LIKERT, Rensis. <u>Novos padrões de administração</u>. São Paulo, Pioneira , 1971. 307 p.
- 32. MANNHEIN, Karl. <u>Liberdade</u>, poder e planificação democrática. São Paulo , Mestre Jou, 1972. 414 p.
- 33. <u>Sociologia sistemática</u>. 2ª edição, São Paulo, Pioneira, 1971 .
 211 p.
- 34. MARTINS, José de Souza. Modernização agrária e industrialização no Brasil. América Latina. Rio de Janeiro, 12 (2): 3-16, 1969.
- do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 3 (6): 121-145, 1969.

- 36- _____. O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário. In:

 SZMERSCSÁNYI, Tamás & QUEDA Oriowaldo. <u>Vida rural e mudança social</u>.

 São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973. p. 253-267.
- 37- MAURER JR. Th. Henrique. O cooperativismo : um ideal de solidariedade humana na vida econômica. /SNT/, São Paulo, 1970. 119 p.
- 38- McRAE, Donald G. <u>As idéias de Weber</u>. São Paulo, Cultrix & USP, 1975.
- 39- MENDRAS, Henri. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Sociologia rural. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. p. 33-40.
- 40- MERLEAU-PONTY, M. <u>Fenomenologia da percepção</u>. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos S.A., 1971. 465 p.
- 41- MERTON, Robert K. <u>Sociologia, teoria e estrutura</u>. São Paulo, Mestre Jou, 1970. 758 p.
- 42- MINAS GERAIS. MINISTERIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística. Departamento de Censos .

 Sinopse preliminar do censo demográfico. VIII recenseamento geral, 1970 Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1971. 284 p.
- . SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Superintendência de Cooperativismo. Lei nº 5764/71. Belo Horizonte, 1972.
- Diagnóstico de Cooperativismo em Minas Gerais. Belo Horizonte. 1972.
- 45- MONTEIRO, José de Anchieta et alii. Relações econômicas da exploração leiteira do município de Carrancas MG Ano agrícola 1969/1970 .

 Informativo Estatístico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 8 (106) : 2-32, março 1974.

- 46- MOTTA, Fernando C. Prestes. <u>Teoria geral da administração</u>: <u>uma introdu-</u> <u>ção</u>. 2^a edição São Paulo, Pioneira, 1975. 146 p.
- 47- MOULY, George J. <u>Psicologia educacional</u>. São Paulo , Pioneira , 1969. 529 p.
- 48- MYRDAL, Gumnar. <u>Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas</u>. 3ª edição . Rio de Janeiro, Editora Saga, 1972. 240 p.
- 49- OLIVEIRA NETTO, J.A. <u>Crédito para capital de giro às cooperativas</u> de <u>suinocultores no Rio Grande do Sul, estudos de caso</u>. Porto Alegre , UFRS, 1972. 223 p. (Tese de M.S.).
- 50- PINHO, Carlos Marques. O Estado brasileiro e as cooperativas . In: PINHO,
 Diva B. A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico .

 São Paulo, Artegráfica, 1973. p. 107-132.
- 51- PINHO, Diva B. O cooperativismo no Brasil desenvolvido e no Brasil subdesenvolvido. São Paulo, Editora da USP, 1965. 85 p.
- 52- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Por que uma sociologia dos grupos rurais ?

 In: Sociologia rural. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. p. 7-32.
- 53- RAMOS, Alberto Guerreiro. <u>Administração e estratégia do desenvolvimento</u>.

 Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1969. 453 p.
- 54- RIOS, Gilvando Sa Leitão. <u>Cooperativas agricolas no Nordeste brasileiro</u>
 <u>e mudança social</u>. Piracicaba, ESALQ, 1976. 187 p. (Tese de M.S.).
- 55- RIOS, Gilvando Sá Leitão. Pré-cooperativismo: etapa queimada. In: PINHO, Diva B. A problemática do cooperativismo no desenvolvimento econômico. São Paulo, Artegráfica, 1973. p. 315-347.
- 56. SCHULTZ, Theodore W. A transformação da agricultura tradicional. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1965. 207 p.

- 57- SOLARI, Aldo E. <u>Sociología rural latino-americana</u>. 2ª edição. Buenos Aires, Paidos, 1973. 115 p.
- 58- SUL DE MINAS : <u>Informações básicas para investidores</u>. Instituto de Desen volvimento Industrial de Minas Gerais (INDI). /SNT/ 77 p.
- 59- TIMASHEFF, Nicholas S. <u>Teoria sociológica</u>. 3^a edição. Rio de Janeiro , Zahar Editores, 1971. 419 p.
- 60- VASCONCELLOS, Augusto de & NOGUEIRA, Paulo R.G. de Oliveira. Empresas sistemas e analistas. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora & LTD/DATAMEC, 1975. 106 p.
- 61- WEBER, Max. Economia y Sociedad. México, Fondo de Cultura Economica
 1969. (2 vol.)
- 62- <u>História geral da economia</u>. São Paulo, Mestre Jou, 1968. 367 p.
- 63- <u>O político e o cientista</u>. 2ª edição, Lisboa, Editorial Presença . 1973. 188 p.
- 64- WEIL, Pierre. Manual de psicologia aplicada. Belo Horizonte, Editora <u>I</u> tatiaia, 1967. 254 p.

APÊNDICE A

A Legislação Cooperativista (43) distingue as cooperativas das demais sociedades pelas seguintes características :

- "I adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossib<u>i</u> lidade técnica de prestação de serviços;
- II variabilidade do capital social, representado por quotas-partes;
- III- limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado , facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV Incessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII- retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às opera ções realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII-indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educa cional e Social ;
- IX neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X prestação de assistência aos associados, e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião , controle, operações e prestação de serviços".

